GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Santa Maria, Maio de 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF
Ibaneis Rocha

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE
Leandro Cruz Fróes da Silva

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA
Claudiney Formiga Cabral

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
1. HISTÓRICO DA ESCOLA 6
2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR 10
3. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA 13
4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 14
5. OBJETIVOS 16
5.1 Aprendizagem: 16
5.2 Formação de professores: 17
5.3 Ensino Especial 17
5.4 Educação Integral: 18
6. CONCEPÇÕES TEÓRICAS 19
7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO 21
7.1 Atuação das Equipes Especializadas e Outros Profissionais 25
7.1.1 Equipe Especializada de Apoio À Aprendizagem – EEAA 25
7.1.2 Atendimento Educacional Especializado – AEE e Sala De Recursos 27
7.1.3 Serviço de Orientação Educacional - SOE 29
7.2 Regimento Interno Escolar 29
7.3 Ensino Remoto mediado pelas tecnologias 34
8. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO 35
8.1 Procedimentos Avaliativos 37
8.2 Conselho De Classe 39
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 39
9.1 Ensino Fundamental 40
9.2 Bloco Inicial de Alfabetização 42
9.3 Educação Especial 43
9.4 Ensino Remoto 44
10. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP 45
10.1 Dimensão: Gestão Pedagógica 46
10.2 Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais 46
10.3 Dimensão: Gestão Participativa 47
10.4 Dimensão: Gestão de Pessoas 47
10.5 Dimensão: Gestão Financeira 48

10.6 Dimensão: Gestão Administrativa 48
11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP 49
12. PROJETOS ESPECÍFICOS 50
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51
ANEXOS 54

APRESENTAÇÃO

Vivemos sob o impacto de mudanças mundiais, dos avanços científicos, da comunicação cada vez mais rápida, da informação que se perde pelo seu volume e acúmulo diário. A educação, com seus objetivos e procedimentos, precisa se ajustar e inovar, buscando por soluções que deem conta de seus desafios.

A Escola Classe 116 de Santa Maria, por meio da Coordenação Regional de Ensino, no intuito de oferecer uma educação de qualidade à comunidade desta Unidade de Ensino (U.E.), construiu este Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse sentido, a organização escolar prioriza as ações consideradas importantes e inovadoras visando oferecer uma educação que possa preparar crianças para viver em uma sociedade plural, democrática e em constante mudança, bem como a formação da cidadania para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com a mudança social.

Construir a cidadania requer trabalhar com suas verdadeiras motivações interiores, sonhos, potenciais e anseios. Desse modo, o PPP da Escola Classe 116 de Santa Maria norteará o fazer educativo no período desse ano, podendo ser reestruturado com ajustes internos, mediante Avaliação Institucional nas datas previstas (dias letivos temáticos) pela Secretaria de Estado de Educação do DF, conforme Calendário Escolar.

Em termos curriculares, o PPP desta U.E. se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, bem como, no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF. Do ponto de vista de sua elaboração, este documento foi construído de forma coletiva com o grupo docente e representantes do Conselho Escolar de modo a se adequar à realidade escolar vivenciada. Os instrumentos para tal intento envolvem reunião com o grupo docente e formulário para levantamento de dados e opiniões junto à comunidade. Para o presente ano, em especial, levou-se em consideração as peculiaridades do ensino remoto impostas pelo contexto da pandemia de Covid-19 desde o ano anterior, o que exigiu reelaboração de metas, estratégias e currículos, baseado nos aspectos legais da SEDF.

Portanto, o presente PPP busca contemplar as necessidades da comunidade escolar, priorizando aprendizagens significativas, promovendo a inclusão, a cidadania e a cultura da paz.

1. HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Classe 116 localiza-se na QR 116, Conjunto M, Lote 01, na Zona Urbana da Região Administrativa de Santa Maria, no Distrito Federal. É parte integrante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e está vinculada à Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria.

Santa Maria é a XIII Região Administrativa do Distrito Federal, rodeada por 2 ribeirões: o Alagado e o Santa Maria, sendo que este último deu origem ao nome da cidade. A cidade surgiu da expansão do núcleo rural Santa Maria que pertencia a RA II Gama até 1992, quando a Lei 348/92 e o Decreto 14.604/93, criou a Região Administrativa de Santa Maria, RA XIII (CODEPLAN, 2018).

Segundo dados da Codeplan (2015, 2018), Santa Maria ocupa uma área de 176,9 km². A cidade possui uma grande concentração de indústrias e empresas de logística no Pólo JK e também compõe sua estrutura urbana as áreas militares do CINDACTA/Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa/Ministério da Marinha.

Possui uma população de aproximadamente 128.882 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e dois) habitantes, com uma renda per capita média de R$ 887,63 (oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos). Desse total 4,4% da população é considerada analfabeta.

A EC 116, atualmente, destina-se a estudantes do Ensino Fundamental I de 9 anos (1º ao 5º ano) com um quantitativo 743 estudantes em 34 turmas que estão assim distribuídas:

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TGD
MATUTINO	**00**	**06**	**03**	**00**	**06**	**02**
VESPERTINO	**07**	**00**	**04**	**04**	**00**	**02**
TOTAL	**07**	**06**	**07**	**04**	**06**	**04**

Essa organização escolar atende às necessidades da comunidade. No anterior, a escola não apresentou índice de evasão escolar e o percentual de alunos em distorção idade/ano atualmente é de 0,27%. No ano de 2020, dado o contexto do ensino remoto imposto pela Pandemia de Covid-19 tivemos um índice de reprovação de 0,4% sendo referente aos estudantes que não foi possível estabelecer contato durante o ensino remoto. Ainda assim, podemos afirmar que historicamente a EC 116 apresenta baixos índices de evasão e reprovação escolar, excluídos os estudantes ANEE's dadas as suas peculiaridades no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, tal afirmativa pode ser observada na seguinte tabela:

	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.
2016	0%	0%	0%	0%	0%	12,33%	0%	0%	0%	3,2%
2017	0%	1,68%	0%	0%	0%	5,98	0%	0%	0%	5,92%
2018	0%	1.55%	0%	0%	0%	4.11%	0%	0,78%	0.8%	0.8%
2019	0%	0%	0%	0%	0%	0,81%	0%	0,27%	0%	0,4%
2020	0%	0%	0%	0%	0%	0,1%	0%	0%	0%	0%

Vale ressaltar que os alunos atendidos nesta Instituição são oriundos, em sua maioria, da comunidade residente próximo à U.E. e alguns fazem uso do transporte oferecido pela SEE.

A EC 116 abriu suas portas pela primeira vez à comunidade em 07 de março de 1994, dando início ao ano letivo. Naquele momento, contava com 12 salas de aula e aproximadamente 1.600 alunos, distribuídos do CBA à 8ª série e Ensino Especial, tendo como 1ª diretora a professora Maria Rita Vieira Ferreira.

Em 1995 a U.E. recebeu a ampliação de 9 salas de aula para atender a demanda da comunidade, o ano foi atípico e tumultuado, tendo 3 diretoras para gerir o corrente ano letivo: Cristina, Marília e Divina, mas sempre mantendo um excelente nível pedagógico, sendo, inclusive, premiada no concurso de redação no âmbito do Distrito Federal, com o tema Semana do Trânsito, pela aluna Michele Maciel.

Veio a Lei de Gestão Democrática e em 1996 assumiu a direção, eleita pela comunidade, a professora Verônica José Inácio, permanecendo na direção até o ano de 1999, por dois mandatos eletivos, sendo até então a diretora que mais tempo gerenciou a U.E.

Em sua gestão, a escola mostrou seu potencial vitorioso, vencendo vários concursos e inclusive lançando um livro, de autoria dos alunos de séries iniciais, intitulado: “Eu também sou Poeta”. A Sala de Leitura surgiu no ano de 1997, a qual recebeu o nome de “Paraíso do Livro”. Atualmente, a mesma conta com uma profissional da área dos Auxiliares de Educação para desenvolver o trabalho de incentivo à leitura junto ao corpo docente e discente, embasada no projeto da U.E.

O novo milênio iniciou com nova direção, assumia ali a professora Kátia Jardim, dando continuidade ao trabalho de qualidade historicamente desenvolvido por esta U.E. Em 2001 sob direção da professora Maria Aparecida Pena Ribeiro, projetou-se um espaço para a recreação dos alunos da escola.

Em 2002 assumiram a direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho, como Diretor e a professora Zuleide Moura e Silva como Vice-Diretora, os quais foram absorvidos por um desejo cada vez maior de manter a qualidade de ensino oferecido por esta escola, e empenhados em solidificar a construção da cidadania em nossos alunos, valorizando o lúdico, o civismo, as artes e o respeito às diferenças do ser humano.

No ano de 2002, a Escola Classe 116 oficializa, em 16 de julho, uma parceria com o Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, a qual trouxe algumas melhorias físicas ao espaço que atendia 1.100 alunos diariamente.

O ano de 2004 inicia com novos membros na equipe de direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho continua como Diretor e como Vice-Diretor assume o professor Jeovany Machado dos Anjos juntamente com os Assistentes de Direção João Batista de Freitas e Marcelo Torgone Vicente da Silva.

De 2006 a 2007 forma-se a nova Equipe de Direção tendo como Diretor o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho e Vice Diretor o Professor Marcelo Torgone Vicente da Silva. Nesse mesmo ano, a U.E. passa a contar com uma sala de Apoio Psicopedagógico que realiza atendimento a alunos com problemas de aprendizagem com apoio de psicólogo, orientador e psicopedagoga, tanto para alunos desta U.E. como para alunos de outras instituições públicas.

Ainda no ano letivo de 2006, a U.E. passou a disponibilizar um laboratório de informática, com equipamentos doados pelo Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, o que possibilitou aos discentes e docentes desta U.E. o uso das TIC´s para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

No mês de maio de 2007 assume a Direção uma nova equipe, tendo como Diretora a Professora Zuleide Moura e Silva e Vice-diretor, o Professor Denílson Silva Araújo. Neste ano, a escola foi contemplada com uma sala de Recursos para atendimento aos estudantes ANEE's.

A SEEDF implantou no ano de 2008, o sistema de Gestão Compartilhada, tendo como eleitos a Professora Zuleide Moura e Silva e o Professor Denílson Silva Araújo, que convidaram para assumir a Supervisão Pedagógica a Prof.ª Rosa Maria Rodrigues de Mesquita Araújo e Prof. Marcelo Torgone Vicente da Silva como Supervisor Administrativo e continuando na Equipe a Chefe de Secretaria Sônia Mª Marques. A escolha dos Gestores se deu por meio de eleição, mediante a escolha com o voto direto, e isso se efetivou com a participação e apreciação do conselho escolar, uma vez que foi chapa única.

No ano de 2009 houve novamente a eleição direta com a apreciação do Conselho Escolar, pois o vice-diretor Denilson afastou-se em maio. Assumiu como vice-diretora a professora Mayra Elayne Marques Cabral. A nova Equipe Diretiva foi formada pelas professoras Zuleide Moura e Silva (diretora) e Mayra Elayne Marques Cabral (vice-diretora) para um mandato da Gestão Compartilhada por 2 anos.

Em 2012 assume a direção da escola a professora Lúcia D'Arc Rodrigues, como diretora, e a professora Simeir Gonçalves Prestes, como vice-diretora em um ano de transição para implementação da Gestão Democrática. Nesse mesmo ano, ambas foram eleitas para assumir a Gestão Democrática da escola até 2013.

Em 2013, realizou-se uma nova eleição nos parâmetros da Gestão Democrática, onde a então Equipe Gestora foi reeleita para cumprir mandato de mais três anos. Na gestão desta Equipe, a escola recebeu uma série de benefícios estruturais: nova pintura, reforma da parte elétrica, reforma do forro de algumas salas, ampliação da Biblioteca com novos mobiliários, reforma dos banheiros, mobiliários novos para as salas de aula e arquivo da secretaria, forro do teto e armários novos para a cozinha, novos computadores, equipamentos de som para as salas de aula, entre outros.

A partir do ano de 2012 a escola passou a desenvolver projetos voltados para o enfrentamento da violência e o envolvimento coletivo, a fim de garantir o direito de aprendizagem à parcela de estudantes mais vulnerável, Gincana do abraço, resgatando valores, entre outros. Dentre os projetos, surgiram alguns até o momento, que podemos destacar: Grupos de Vivência, programa Novo Mais Educação, Terapia do Abraço, Projeto Semeando saberes, entre outros. No ano de 2014, a escola recebeu um reforço quanto aos recursos humanos, com a chegada de uma Psicóloga Escolar.

Na eleição do ano de 2019, seguindo os parâmetros da Gestão Democrática a equipe gestora foi reeleita. Entretanto, em 2020 a Diretora Lúcia D'arc se aposentou, assumindo a Direção a Prof.ª Simeir Gonçalves Prestes e a vice direção a Prof.ª Suzana Medeiros de Souza Aguiar. Nesse mesmo ano, em virtude da Pandemia da Covid-19 toda a rede de ensino ingressou no ensino remoto a partir do mês de março/2020 e segue até a presente data, orientado pelo Decreto do GDF de nº 40.509, de 11 de março de 2020, com prorrogação do período de suspensão das atividades educacionais presenciais na rede de ensino Pública, até a data de (re) elaboração do PPP.

2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Atualmente, nos aspectos que se referem à aprendizagem dos estudantes desta U.E, podemos observar, que na escola ainda há alunos com um percentual abaixo das metas. O índice da escola quanto ao IDEB atualmente é de 6,5 e está acima da meta nacional, entretanto, no ano de 2019 observou-se uma queda de 0,1 ponto quando comparado ao aferimento do ano de 2017 que constava uma nota de 6,6. A equipe gestora junto ao corpo docente analisou os dados e traçou metas e estratégias dentro da realidade observada para superar a queda. A escola adota uma postura de avaliação formativa, onde se preconiza as atividades diárias e momentos definidos de avaliação formal e informal. Utiliza-se largamente o teste da psicogênese para identificar os esquemas prévios em relação à aquisição da língua escrita e para orientar planejamentos de estratégias pedagógicas que considere a zona de desenvolvimento proximal no processo de alfabetização. Em matemática, a escola

aderiu ao projeto da Caixa Matemática, possibilitando um trabalho concreto para desenvolver o pensamento lógico-matemático.

Em relação ao atual retrato da comunidade desta U.E., fez-se uma pesquisa quantitativa por amostragem com a comunidade escolar no ano de 2020, utilizando os Formulários Google, onde 295 famílias participaram e constatou-se que: quanto à moradia, 39,7% moram em casa própria, 41,4% em casa alugada e 17, 6% em residência cedida. Quanto ao estado civil dos pais, 62,7% são casados/união estável, 25,4% são solteiros e 8,5% são divorciados. Quanto à renda familiar 38% recebe de dois a três salários mínimos, 29,8 recebe um salário mínimo, 15,6% recebe menos de um salário mínimo e 9,5% recebe de quatro a cinco salários mínimos. Quanto ao recebimento de benefício do governo (como Bolsa família, cartão material escolar, BPC) 29,8% afirmaram receber algum desses benefícios. No que se refere à opinião dos pais em relação à escola, 53,9% considera que a escola é ótima, 39% boa, 6,4 regular e 0,7% ruim.

Os dados evidenciados no parágrafo anterior podem ser ilustrados pelos gráficos que se seguem.

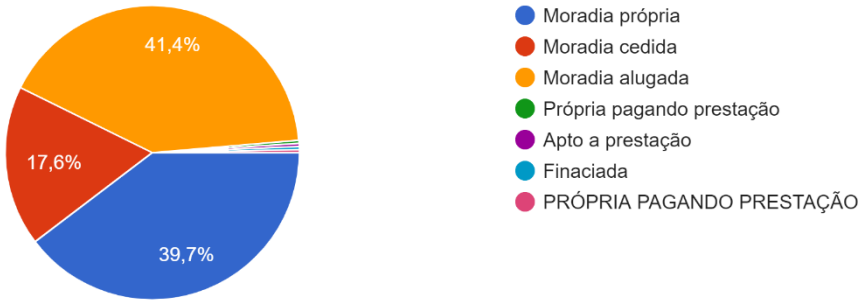


Gráfico 1:
Tipo de Moradia

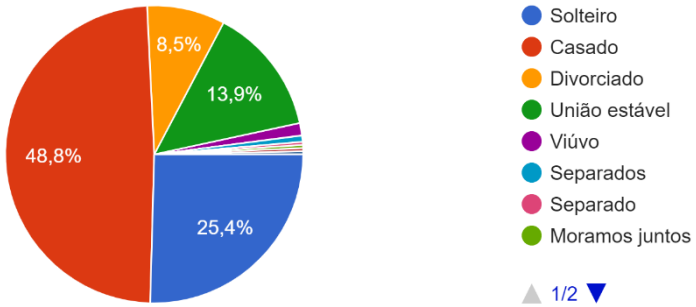


Gráfico 2:
Estado Civil dos Pais

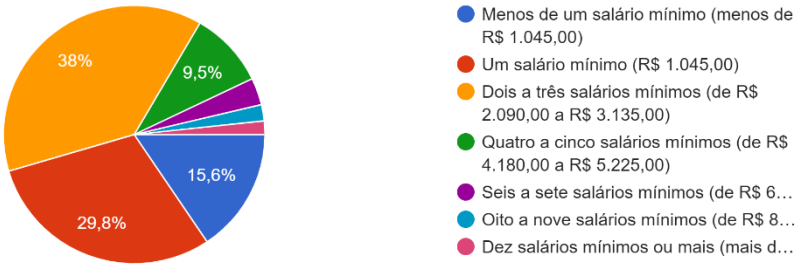


Gráfico 3:
Renda Familiar

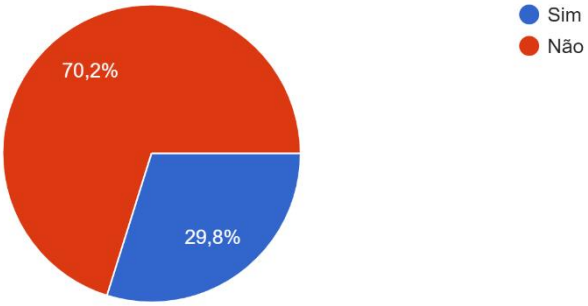


Gráfico 4:
Recebimento de Benefícios do Governo (Bolsa família, cartão material escolar, BPC)

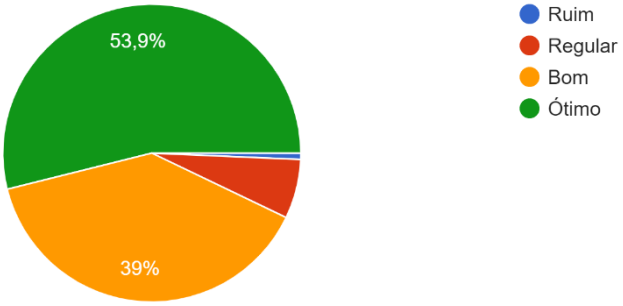


Gráfico 5:
Como considera o ensino da U.E.

Em pesquisa qualitativa realizada anteriormente com os estudantes, fizemos perguntas relacionadas ao aspecto da “escola que temos” e da “escola que queremos”. Podemos destacar como mais recorrente e relevante: no quesito do que mais gostam na escola, destacou-se estudar, aprender, ir à biblioteca e à informática; no quesito sobre o que menos gostam na escola, destacou-se o recreio; no quesito sobre o que a escola precisa para ser melhor, destacou-se refeitório, piscina, quadra poliesportiva e brinquedoteca; e, por último, no quesito sobre o que gostaria de aprender destacou- se línguas, música, caratê e balé.

Na pesquisa qualitativa realizada anteriormente com professores, servidores e funcionários da escola, as respostas mais recorrentes foram: quanto ao ambiente de

trabalho, a maioria relatou que se sente bem acolhido; quanto ao que precisa melhorar, destacaram-se os momentos de confraternização, oficinas pedagógicas, mais formação continuada, mais visibilidade no PPP aos projetos desenvolvidos pelos professores, mais atividades da Biblioteca escolar que envolva toda a escola, mais engajamento do SOE, EEAA e Sala de Recursos; quanto às sugestões, os professores propuseram a realização do Soletrando e Circuito da Matemática.

Os apontamentos levantados por estas pesquisas nos dão uma dimensão da situação social e econômica das famílias, além de nortear ações para encabeçar este Projeto Político Pedagógico.

Os principais desafios a serem vencidos na escola são: alfabetização de todas as crianças até 8 anos de idade, alfabetização matemática para todos os anos, problemas disciplinares e comportamentais, alunos que se encontram em situação de risco e que prejudicam seu desempenho pedagógico, excesso de faltas que provocam repetências e evasão escolar, participação ativa da comunidade escolar, entre outros.

Atualmente, em termos de ensino remoto, os professores avaliaram no Conselho de Classe que as principais dificuldades enfrentadas têm relação com o acesso dos estudantes à internet e devolutiva por parte das famílias, dado que nesse contexto o processo de ensino-aprendizagem dos anos iniciais é mediado pelas tecnologias e pelas famílias, dada a idade e a falta de autonomia dos estudantes. A escola como um todo percebe que o processo de enfrentamento e superação dos desafios necessita de um trabalho mais articulado entre os diversos segmentos a fim de garantir tomadas de decisões que surtam efeito na prática.

3. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola que se insere em uma sociedade marcada pela exclusão social e por práticas mercadológicas neoliberais, precisa buscar metodologias pedagógicas que possam ir de encontro a esta perspectiva, no sentido de promover uma educação libertadora com o intuito de romper com esta prática excludente. Portanto, esta U.E. busca uma prática pedagógica pautada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural em consonância com as diretrizes adotas no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. Nesta perspectiva, Saviani

defende que a educação implica “uma atividade que supõe uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada” (SAVIANI, 1985, p. 76).

Assim, a educação a que nos propomos visa um trabalho pedagógico intencionalmente planejado para atuar de maneira libertadora, levando em consideração as especificidades da comunidade escolar em que estamos inseridos e, principalmente, as necessidades diversas de ensino-aprendizagem dos estudantes que atendemos.

Nos meandros da Psicologia Histórico-Cultural, temos o importante papel da cultura e da linguagem na formação da subjetividade dos sujeitos. De tal maneira que as concepções e visões de mundo de cada sujeito/educando devem ser levadas em consideração na prática pedagógica da escola. Vygostky (2001) defende uma aprendizagem inter-relacional que se propaga na relação com o outro, por isso, a “zona de desenvolvimento imediato” proporciona interações que pedagogicamente planejadas podem levar ao desenvolvimento dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Devemos levar em consideração também a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que encontra na educação uma forte aliada, instrumento fundamental para sua disseminação, devido à facilidade do contato com as diversidades sociais. Daí a necessidade de investir na formação docente no sentido de romper com práticas excludentes, através de ações pedagógicas que alcancem a comunidade escolar como um todo, do educando ao educador. Dessa forma, garante-se minimamente, que a criança, ao adentrar à escola, usufrua de uma educação não só qualitativa, mas acima de tudo, igualitária.

4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A EC 116 de Santa Maria se fundamenta em fins e princípios consoantes com a democratização do saber, fraternidade humana, solidariedade nacional, consciência ética, nos quais o educando se desenvolve com dignidade para o exercício da cidadania, no intuito de contribuir com o processo de formação de pessoas críticas, participativas, criativas, que sejam capazes de, a partir da fraternidade e da justiça,

contestar questões da vida, e que possam conceber uma educação comprometida com a realidade de um povo de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação.

Em sua proposta de teoria educativa Freire (1996) defende que “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 61). Dessa forma, entendemos o papel primordial da escola, como espaço formal onde a educação se desenrola e, por isso, é essencial sua postura em ofertar uma educação qualitativa que atenda aos anseios da comunidade escolar.

Assim, a escola tem como finalidade o desenvolvimento dos processos educacionais que favoreçam o crescimento pessoal, social e cultural do aluno. É uma instituição de ensino voltada para a oferta de bons serviços essenciais à comunidade, visando o desenvolvimento de atividades permeadas por metodologias progressistas da Pedagogia Crítico-social, com imersão na Pedagogia Pós Crítica que, apesar de interagirem com uma sociedade neoliberal, busca romper com os processos de exclusão socioeconômicos às quais a comunidade está submetida.

A educação oferecida fundamenta-se nos princípios:

- Da compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais;
- Da garantia dos direitos de aprendizagem conforme estabelecido no Currículo em Movimento da SEEDF;
- Da democratização do saber, pelo qual é possibilitado ao aluno a apropriação e a transformação dos conhecimentos historicamente acumulados, como condição necessária à construção de uma escola sintonizada com o seu tempo e comprometida com uma sociedade em mudança, mais justa, fraterna e solidária;
- Do respeito à diversidade humana nos seus mais variados aspectos: cultural, sexual, religioso, entre outros;
- Da educação inclusiva como forma de nortear o trabalho docente e possibilitar aos educandos o respeito às suas especificidades e a convivência harmoniosa entre os pares;
- Da compreensão acerca do meio ambiente, sua conservação e preservação, bem como as relações de sustentabilidade;

- Do respeito à pessoa do educando, que é o centro de toda ação educativa, como ser ativo e participante, construtor do seu presente e futuro, na perspectiva do desenvolvimento máximo de sua potencialidade;
- De colaboração no desenvolvimento de uma consciência ecológica de proteção ambiental e integração ativa do homem com o meio ambiente.

5. OBJETIVOS

A EC 116 de Santa Maria prioriza em suas ações pedagógicas os seguintes objetivos e foco de atuação, conforme cada aspecto observado.

5.1 Aprendizagem:

- Proporcionar ao aluno uma Base Comum em nível nacional, de conhecimentos que lhe propiciem o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando interagir com o meio social no qual está inserido para que possa prosseguir seus estudos;
- Fazer as intervenções necessárias ao educando, proporcionando avanços em sua aprendizagem;
- Desenvolver o processo educativo, com a participação da família e da comunidade, objetivando formar o educando consciente de seus deveres e direitos inerentes à cidadania, bem como, cidadão ativo na (auto) transformação do meio em que vive;
- Promover o desenvolvimento do aluno nos aspectos éticos, estéticos, afetivos, políticos e sociais, com vistas ao aprimoramento de sua capacidade para a vida cidadã articulada com o meio em que vive.
- Diminuir o índice de distorção idade/série, permitindo aos estudantes sua aprendizagem no tempo e idade adequada;
- Proporcionar aos educandos e educadores meios e ações efetivas para garantir a alfabetização na idade certa;

- Criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático para todos os estudantes, através da utilização de vivências e materiais concretos;
- Organizar eventos que promovam a interação e desenvolvimento pedagógico nas mais variadas áreas, como: Feira de Ciências, Circuito da Matemática, Soletrando, Mostra Literária, etc.
- Desenvolver projetos que envolvam os estudantes em situação de risco e/ou com problemas comportamentais, a fim de garantir sua aprendizagem.

5.2 Formação de professores:

- Construir junto ao corpo docente condições para um ensino de reconhecida qualidade;
- Mediar formas de atualização, enriquecimento e aprimoramento profissional aos professores e demais funcionários, principalmente, nas reuniões coletivas;
- Fomentar meios de interação sociocultural com a comunidade escolar;
- Realizar fóruns de avaliação e planejamento visando a formação de educadores reflexivos.
- Proporcionar grupos de vivência envolvendo todos os serviços especializados da escola;
- Promover coordenações temáticas, conforme a necessidade do grupo de professores priorizando temas referentes à Leitura, Meio Ambiente, Atitudes Sociais, Cultura da Paz, Vivenciando Diferenças, Consciência Cidadã, o Saber Matemático e Educação para a vida.

5.3 Ensino Especial

- Atender às diferenças individuais do aluno através da adaptação de técnicas às diversas fases do seu desenvolvimento;
- Propiciar situações de vivências, análise e reflexão que possibilitem o desenvolvimento do respeito com relação aos estudantes ANEE’s;

- Sensibilizar sobre a necessidade de vivenciar o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes possam ser diferentes sem serem discriminados ou diminuídos;
- Trabalhar a questão dos valores, proporcionando à comunidade escolar refletir sobre o respeito a si mesmo e ao próximo;
- Permitir aos estudantes sentir-se parte integrante de um grupo.

5.4 Educação Integral:

- Promover educação integral que compreenda ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educacionais por meio da realização do trabalho pedagógico que favoreça as aprendizagens, com vistas à formação integral do educando.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino com vista à educação integral do estudante, seu pleno desenvolvimento como pessoa.
- Resgatar a autoestima dos estudantes para que se tornem autônomos e emancipados.
- Proporcionar acesso ao lazer, cultura, esporte, arte, etc.
- Incluir a participação das famílias aos eventos organizados na Educação Integral.

Assim, a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, a Avaliação Nacional do rendimento Escolar (ANA) e pelo SIPAEDF – Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal. Além disso, terá como base as avaliações da aprendizagem realizadas internamente, como o Teste da Psicogênese, importante

ferramenta utilizada pela escola para avaliar os esquemas prévios da aquisição da leitura e da escrita e as avaliações formativas desenvolvidas pelos professores em sala de aula.

6. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

As concepções teóricas que embasam a prática pedagógica desta U.E. estão em consonância com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF que preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural.

A Pedagogia Histórico-Crítica defendida por Saviani (1985) propõe a perspectiva do educando como centro do processo educativo, devido a importância que se atribui aos sujeitos na construção da história.

Assim, tomando como base os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), temos que:

> na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. (SEDF, 2014, p. 32)

A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolares, culturais, científicos, assumindo a igualdade entre todos eles.

O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos atores. É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública do ensino do Distrito Federal são condições fundamentais.

É importante reconhecer que todos os agentes envolvidos com a escola participam e formam-se no cotidiano da escola. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Assim, a aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

A escola utiliza o teste da Psicogênese estruturado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), onde ambas defendem que:

> não podemos esquecer, porém, que a alfabetização tem duas faces: uma, relativa aos adultos, e a outra, relativa às crianças. Se em relação aos adultos trata-se de sanar uma carência, no caso das crianças trata-se de prevenir, de realizar o necessário para que essas crianças não se convertam em futuros analfabetos (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999, p. 19)

Portanto, é imprescindível adotar um instrumento que permita aos docentes uma avaliação de sua prática pedagógica, bem como, dos resultados de suas ações junto à alfabetização dos educandos.

Assim, a educação da EC 116 de Santa Maria do Distrito Federal, adequada à LDB, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, aos PCN’s e ao Currículo em Movimento da Educação Básica do DF dispõe de instrumento norteador, compatível com as exigências que o mundo, em processo de globalização e transformação, impõe à sociedade que necessita de novas condições e de novos parâmetros e valores para modificar-se e aprimorar-se.

Diante disso, percebe-se a necessidade de uma mudança significativa da função social da instituição educacional, considerando as novas tendências pedagógicas. Educar para a competências é, portanto, proporcionar ao educando condições e recursos capazes de intervir em situações-problema.

7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A educação de qualidade é o objetivo que norteia a Escola Classe 116 de Santa Maria a fim de proporcionar ao educando uma formação cidadã, com capacidade e potencialidade globais.

Nossos estudantes vivem imersos nesta sociedade de informação e o professor atual também faz parte desse contexto. Uma escola eficaz tem um diferencial que a distingue, que pode ser a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, atendendo às novas exigências da sociedade.

Uma escola de qualidade deve ser administrada de forma compartilhada como uma organização viva e solidária em seus objetivos, voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de seus alunos, pais, comunidade e sociedade.

Para levar a efeito as propostas idealizadas, a EC 116 de Santa Maria está alicerçada nas Diretrizes Pedagógicas da SEE/DF, e conta com um grupo de docentes capacitados, organizado de acordo com a própria formação, para atender aos alunos da Educação Especial, do Ensino Fundamental de 9 anos, Serviço de Orientação Educacional, Profissionais da Sala de Recurso e Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem sempre na busca da melhoria no processo ensino aprendizagem.

No ano de 2013, a escola aderiu à proposta dos Ciclos de Aprendizagem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo os pressupostos teóricos dos mesmos, os Ciclos para as Aprendizagens estruturam-se por meio da gestão democrática, da formação continuada dos (as) profissionais da educação, da reorganização dos espaços-tempos para o direito de todos (as) os(as) estudantes de aprender, do fortalecimento de espaços da coordenação pedagógica e do conselho de classe, da articulação entre os três níveis da avaliação: “aprendizagem (avaliação de desempenho dos (as) estudantes pelos (as) professores (as)), institucional (avaliação do trabalho pedagógico) e de larga escala (avaliação externa)” (SEDF, 2014, p. 14). Assim, esse PPP está centrado no estudante, considerando seu contexto real de vida e objetivando a melhoria de seu processo de aprendizagem a partir de um ensino de qualidade.

Esta U.E. aderiu a Educação Integral do programa Mais Educação a partir do ano de 2015, tendo como base de sustentação ampliar os tempos e espaços para as aprendizagens dentro e fora da escola. O Projeto iniciou com o semi-integral atendendo ao todo 50 alunos, sendo 25 em cada turno. De acordo com o manual operacional o atendimento ao estudante foi estabelecido em 7 horas de permanência dentro da escola com ofertas de oficinas variadas como: dança, capoeira, horta, artes, Educação em Movimento e reforço escolar.

No ano de 2017, através do Programa Novo Mais Educação/MEC houve ampliação do tempo de atendimento aos alunos para 8 horas diárias com lanche e almoço, como também aumentou a quantidade de alunos para o projeto de 50 para 100, envolvendo-os em diversas atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Atualmente temos o Programa: Educação Integral, com 8h, atendendo cem estudantes, porém temporariamente suspenso dada a condição do ensino remoto.

As atividades a serem trabalhadas foram organizadas em oficinas assim distribuídas:

- Oficina de letramento e matemática;
- Oficina de jogos e matemática;
- Oficina de Artes plásticas/visuais;
- Oficina de Artes Cênicas;
- Oficina de judô;
- Oficinas de música/coral.

O programa busca fortalecer as relações da escola com a família articulando as atividades escolares ao contexto da realidade local, pois tem por objetivos gerais a educação humana e solidária, enfatizada na construção do conhecimento a partir das relações com a realidade e com o próximo, e de acordo com os parâmetros curriculares, o pleno desenvolvimento do educando nos aspectos: individual, social e seu preparo para o exercício da cidadania.

A nossa realidade requer uma escola que tenha como proposta de educação um projeto que considere o momento histórico atual, na dinâmica do real, numa perspectiva de escola de qualidade, inovadora e renovadora, priorizando o desenvolvimento integral da criança a partir de seis anos de idade, em seus aspectos

físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação da família e da comunidade, conforme apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

No que se refere ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE – a escola propõe ações que proporcionem um clima agradável e privilegiem a afetividade e a qualidade das relações que incidem diretamente nos domínios afetivos, cognitivos e psicomotor com vistas à adaptação e integração dos estudantes, focando nas necessidades educacionais especiais.

Assim, a E.C. 116 vem adotando estratégias educativas para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e os coloca em prática através dos seguintes projetos: Projeto Interventivo, Reagrupamentos extra, intra e interclasse, Polidocência (5° ano), Projeto de Informática, Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar), Projeto: Semeando Saberes, Projeto Horta, Projeto Hora do Recreio e grupos de vivência dos profissionais em educação. Tais projetos são voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental tendo como meta principal elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, pois os resultados recentemente divulgados tanto pelas avaliações nacionais realizadas pelo MEC, quanto as internacionais realizadas pelo PISA, têm nos preocupado uma vez que apontam as dificuldades que os alunos apresentam em relação à leitura, à escrita e à interpretação de textos de diversas naturezas, bem como o uso da matemática e suas tecnologias. Ressaltando que o Reagrupamento Extraclasse é realizado mediante a necessidade apresentada pelo aluno. A cada bimestre é realizado com os alunos o Diagnóstico – Teste da Psicogênese – para avaliar seu desenvolvimento pedagógico e apontar as intervenções necessárias.

Entretanto, dado o contexto de ensino remoto imposto pela pandemia da Covid-19, o grupo docente viu a necessidade de reavaliar os projetos desenvolvidos pela escola e adaptá-los ao presente contexto. Dessa forma, os seguintes projetos e atividades ficam temporariamente suspensas dada a impossibilidade de adequar com qualidade ao contexto remoto: Projeto Semeando Saberes nas atividades do Soletrando, Mostra Literária e JEPP; Projeto da Educação Integral; Projeto Hora do Recreio; e Projeto Horta Escolar. Em contrapartida, os seguintes projetos e atividades acontecerão de forma adaptada ao ensino remoto: Semeando saberes (definição bimestral de gêneros textuais; hora da leitura com link de textos da Virtualteca na

Plataforma Google Sala de Aula; Reagrupamentos e Interventivos, sendo os atendimentos via Google Meet; Concurso de desenho; Circuito de Ciências conforme orientações da SEDF; Circuito da Matemática com jogos pelo kahoot e Wordwall; Mostra da Cultura Afro.

Para o ano letivo de 2021 a EC 116 aderiu ao Pacto pela Alfabetização em Santa Maria, um projeto encabeçado pela CRE de Santa Maria em conjunto com a SEDF e em parceira com o Instituto Raiar que objetiva a alfabetização das crianças de 1º e 2º ano a ser implantado a partir do mês de junho como forma de melhorar o desempenho das crianças e contribuir para o desempenho ao longo da vida escolar dos nossos estudantes.

Por entender a importância de avaliar os resultados da Provinha Brasil junto à equipe gestora e corpo docente, como forma de nortear o trabalho pedagógico do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, registramos abaixo os índices apresentados pela escola nas últimas aferições.

2 º ANOS – PROVINHA BRASIL – PORTUGUÊS

	INICIO	FINAL
2012		80,2%
2013	94,4%	91,5%
2014	93,1%	81,1%
2015	77;5%	86,9%
2016	97,5%	75,42%
2017	99,2%	92,10%

2 º ANOS – PROVINHA BRASIL – MATEMÁTICA

	INICIO	FINAL
2012		67,0%
2013	99,1%	81,3%
2014	100%	97,0%

2015	96,9%	96,2%
2016	100%	80%
2017	99,2%	94,50%

A EC 116 se compromete a cumprir dentro de sua competência as metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observadas as especificidades da unidade de ensino, implementando todos os esforços neste sentido, em consonância com as normas internas da escola.

7.1 Atuação das Equipes Especializadas e Outros Profissionais

A Escola Classe 116 conta com a atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA), do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Serviço de Orientação Educacional (SOE).

7.1.1 Equipe Especializada de Apoio À Aprendizagem – EEAA

As atividades da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA desta U.E são regulamentadas pela Portaria nº 07 de 03 de Fevereiro de 2011 (SEDF, 2011) que dispõe sobre o histórico, atribuições e formação necessária de cada profissional.

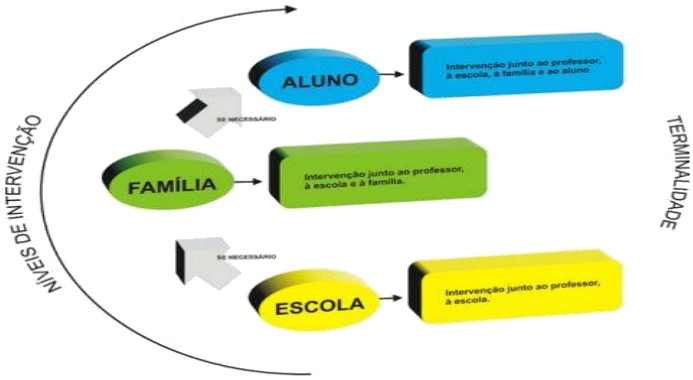
A referida portaria afirma que:

> o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, caracteriza-se como um apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação e devidamente habilitados em Pedagogia e Psicologia (SEDF, 2011, p.11).

Segundo a Orientação Pedagógica, tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas.

A atuação da EEAA baseia-se em três dimensões: mapeamento institucional, assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar e acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem, estimulando a ressignificação das práticas educacionais e as intervenções necessárias. Ao falarmos sobre intervenção, é importante lembrar que utilizamos o modelo PAIQUE (Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares):

FIGURA 1



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PAIQUE (Neves, 2009)
Nota. Neves, M. M. B. J. (2009). Procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção – PAIQUE. (Trabalho não publicado). Reproduzido com a permissão direta da autora.

Segundo a Orientação Pedagógica, documento que norteia o trabalho das equipes no DF, são atribuições da EEAA:

I - refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;

II - contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a resignificar suas atuações;

III -favorecer o desempenho escolar dos alunos, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos alunos;

IV -atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Na EC 116, esta equipe é formada por uma pedagoga que atua 20 horas no matutino e 20 horas no vespertino.

Os alunos com algum transtorno funcional são acompanhados pela EEAA e quando necessário são atendidos no pólo da SAA (CEF Santos Dumont).

O assessoramento das atividades pedagógicas e o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem com intervenções preventivas e/ou imediatas são realizados por meio de escuta ativa, formação continuada nas reuniões pedagógicas semanais ou intervenção direta com professor e em última instância com o aluno diretamente.

Para o atendimento do aluno, é solicitado o preenchimento da ficha de encaminhamento da queixa do professor. Os profissionais da SEAA farão sugestões de intervenções possíveis, escuta da família, observação do comportamento do aluno no ambiente escolar.

Após a execução das sugestões dadas ao professor regente e permanecendo a queixa inicial, será feita uma intervenção direta com o aluno.

Nesse processo avaliativo, a EEAA fará um relatório de Avaliação e Intervenção Educacional, que identificará as possibilidades de aprendizagem do aluno e auxiliará o trabalho do professor.

7.1.2 Atendimento Educacional Especializado – AEE e Sala De Recursos

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que tem como objetivo: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com visão a autonomia e independência na escola e fora dela. Alunos com deficiência física, mental, sensorial, visual, com surdez parcial ou total, alunos com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades são o público alvo da Educação Especial e necessitam ser atendidos nas suas especificidades para que possam participar ativamente do ensino comum.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno e, preferencialmente, na própria escola, na Sala de Recursos. Esta equipe tem como principais atribuições:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidades e estratégias considerados as necessidades especiais dos alunos públicos alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Ensinar e usar Tecnologia Assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos promovendo autonomia, atividade e participação. Dentre eles, podemos citar: tecnologias de informação, comunicação alternativa, informática acessível, soroban, recursos ópticos e não ópticos, softwares específicos, códigos e linguagens, atividades de orientação e mobilidade, entre outros;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares;
- Orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno.
- Durante o período de isolamento social, devido à Pandemia do CORONAVÍRUS, os estudantes serão atendidos de forma remota pela Plataforma Google Sala de Aula, encontros via Google Meet e Whatsapp. Da mesma forma, os professores e responsáveis também serão orientados virtualmente.

Na Sala de Recursos da Escola Classe 116, a professora especialista atua atendendo os estudantes com necessidades especiais matriculados que, na sua

singularidade, apresentam diagnósticos diversos, como: Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtorno do Espectro Autista, Condutas Típicas, Síndrome de Down.

Os estudantes com Deficiência Auditiva têm como escola polo a EC 206, e os estudantes com Deficiência Visual o CEF 308, ambas em Santa Maria.

O Atendimento Educacional Especializado é voltado para ações que contemplam não só as atribuições da Sala de Recursos, mas também os objetivos do próprio Atendimento Educacional Especializado, sendo que alguns alunos, como os DV's e os alunos atendidos nas Classes Especiais são atendidos indiretamente no intuito de auxiliar diante a diversidade existente em relação à inclusão.

As ações são planejadas ao iniciar o ano letivo, porém elas poderão sofrer algumas alterações ou o acréscimo de outras mediante a realidade do cotidiano escolar encontrado. Ações que tem como intenção apontar intervenções, caminhos, práticas para que todos os coparticipantes deste processo reflitam sobre a importância da construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Pensar e agir para que o ambiente educativo tenha qualidade na aprendizagem, com práticas bem articuladas, debates entre pais e professores, formação continuada dos profissionais envolvidos, enfim, possibilidades e oportunidades para que todos possam conviver com as diferenças com respeito para obter como resultado o sucesso neste processo de inclusão.

7.1.3 Serviço de Orientação Educacional - SOE

A orientação educacional integra-se ao trabalho pedagógico da escola e da comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, isto é, exercido nas atividades cotidianas defendendo o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral, com ações que apoiam a formação do cidadão competente, crítico, reflexivo e criativo.

7.2 Regimento Interno Escolar

As diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da EC 116, leva em consideração o documento relativo ao Regimento Interno Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, bem como, complementa e é complementado pelo mesmo.

I) Horários, entrada e saída

1. Tanto os alunos como a família devem estar atentos ao cumprimento dos horários de entrada e saída:

	ENTRADA	SAÍDA
MATUTINO	7h30min	12h30min
VESPERTINO	13h	18h

2. Os alunos que chegarem atrasados, após a tolerância de 15 minutos, deverão se dirigir à coordenação/disciplinar para apresentar uma justificativa plausível e, caso não a apresente, serão tomadas as seguintes providências: três advertências escritas e posterior encaminhamento às instâncias superiores (Conselho Tutelar).

3. Para os alunos que ficarem na escola após o horário de tolerância (12h45min e 18h15min), serão tomadas as providências citadas no item 1.1, caso o estudante não apresente uma justificativa que possibilite compreender a necessidade de permanecer na escola um pouco mais, após o horário de término das aulas.

II) Identificação

4. O uso do uniforme é indispensável no ambiente escolar (tênis, camiseta, bermuda, short-saia, calça azulada ou preta, preferencialmente);

5. É proibido o uso de roupas decotadas, transparentes e/ou curtas tais como: minissaias, micro shorts, tops ou qualquer outra peça que exponha o corpo do (a) aluno (a), pais e/ou responsáveis;

6. Não é permitido o uso de boné, touca, gorro, boina (para ambos os sexos), exceto com autorização expressa do professor;

III) Material escolar e livro didático

7. O (a) aluno (a) deverá cumprir suas atividades de estudante, portar e cuidar prioritariamente de seu material escolar, repondo conforme a necessidade;
8. O estudante deverá portar, zelar e devolver os livros didáticos e literários utilizados durante o ano letivo, sendo a título de empréstimo pelo MEC/FNDE/PNLD, cabendo ao responsável repor em caso de extravio ou danos;

IV) Aparelhos Eletrônicos

9. Levando em consideração os diversos meios de aprendizado, o uso de aparelho celular será permitido em situações e momentos específicos, nos quais poderão ser utilizados como ferramentas pedagógicas facilitadoras do aprendizado, em especial nas aprendizagens das ferramentas tecnológicas utilizadas no século XXI. Entretanto, caso haja extravio desses objetos a escola não se responsabilizará.

9.1 Em caso de desrespeito ao item anterior, o aparelho será recolhido e entregue à família, sendo o aluno advertido pela Direção/Coordenação.

V) Porte de Armas e Drogas e atividade ilícitas

10. Visando a segurança, a saúde e a integridade física da comunidade escolar, não é permitido o porte de armas ou qualquer outro objeto que represente perigo para a saúde e segurança do aluno (a) e servidores, tais como: estiletes, canivetes, tesouras com ponta fina, bebidas alcoólicas, etc;

10.1 Em caso de apropriação indébita, além das medidas legais cabíveis, o aluno sofrerá as sanções previstas no regimento.

VI) Lanche

11. É direito de o estudante receber lanche de qualidade na escola e ter conhecimento do cardápio semanal de merenda;

11.1 O estudante não poderá mascar chicletes, comer doces, pirulitos e sanduíches, beber refrigerantes ou sucos fora dos horários estabelecidos para o lanche;

11.2 É expressamente proibido brincadeiras, desperdício e descaso com a merenda escolar e utensílios.

VII) Uso do patrimônio, depredação, limpeza e conservação

12. Não praticar ou induzir a prática de atos de pichação ou depredação do patrimônio público, estando a família incumbida de ressarcir os danos ou até mesmo responder, judicialmente, visto ser um crime já previsto em Lei (Art. 163, Código Penal e Art. 116, ECA);

13. Conforme expresso na Lei, o aluno que pichar o prédio ou a mobília terá seus responsáveis convocados a reparar o dano causado, recaindo sobre estes a obrigação de arcar com o ônus financeiro. Ressalta-se, entretanto, a preferência por medidas pedagógicas direcionadas à conscientização do educando acerca das obrigações para com o patrimônio escolar. Medidas essas que, respeitando os direitos específicos da criança, serão tomadas em concordância com os Responsáveis, visando antes de tudo, o desenvolvimento da criança e/ou adolescente como cidadão pleno. O não cumprimento desse item acarretará no encaminhamento à justiça comum, que qualifica esta situação como ato infracional.

VIII) Relações interpessoais e conduta nas atividades escolares

14. É direito do estudante ser respeitado em sua dignidade humana e valorizado em sua individualidade por todos os membros da comunidade escolar;

15. É dever do aluno tratar com respeito e cordialidade todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos e servidores;

15.1 Em caso de desrespeito ao servidor público, se aplicará as penas previstas na Lei (Art. 331, Código Penal);

16. Não é permitido o (a) aluno (a) mascar chiclete em sala de aula nem durante a hora cívica;

17. É direito do estudante participar das atividades pedagógicas e coletivas oferecidas no ambiente escolar. Bem como, é dever do professor garantir que este direito seja respeitado;

18. É dever do aluno participar com respeito do momento cívico, da entrada e demais momentos pedagógicos. Bem como, é dever do professor garantir que este direito seja respeitado;

19. É proibida a prática de bullying, cyberbullying, racismo, homofobia e quaisquer discriminações por parte de toda a comunidade escolar. A ocorrência de tais atos deverá ser comunicada à Direção, que tomará as providências cabíveis.

IX) Assiduidade

20. Será considerada, para fins de promoção do aluno, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para o ano ou semestre letivo, sendo computados também os exercícios domiciliares amparados por Lei;

21. O aluno que, por motivo justo, faltar a qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar à Direção da escola a justificativa em até 5 dias letivos após o ocorrido.

X) Atendimento extraclasse e das Equipes Especializadas

22. O (a) aluno (a) quando convocado (a) para o reagrupamento extraclasse, atendimento especializado e/ou outra atividade escolar fora de seu horário de aula é obrigado a comparecer nos dias e horários estipulados. Nesse caso, o (a) aluno (a) deverá estar devidamente uniformizado;

22.1 Caso o estudante seja convocado às atividades em turno contrário, a família deverá se responsabilizar pela assiduidade e pontualidade do mesmo.

23. Cabe ao responsável providenciar a documentação solicitada pelas equipes especializadas.

XI) Sanções

24. Ao estudante, cujo comportamento não for condizente com o regimento, serão aplicadas as seguintes medidas:

A) Advertência oral;
B) Advertência escrita;
C) Suspensão com tarefas escolares de até 03 dias letivos e/ou atividades alternativas na escola;

25. Ao aluno, será assegurado amplo direito à defesa com a presença dos pais e/ou responsáveis;

XII) Gerais

26. Os pais e/ou responsáveis deverão procurar os professores de seus filhos no turno contrário, para resolver assuntos pendentes, pois no horário da aula a atenção dos profissionais deverá ser totalmente dispensada aos alunos. Dessa forma, os responsáveis deverão se informar qual o melhor horário para receber atendimento;

27. A escola, bem como seus servidores, não se responsabiliza por bicicletas deixadas na portaria;
28. A mudança de turno só poderá ser realizada mediante apresentação de documento comprobatório da necessidade e com a presença do responsável, estando sujeito à confirmação dos dados pela Direção da escola;
29. A mudança de turma só poderá ser realizada mediante solicitação da Direção ou do Conselho de Classe desta Unidade Pública de Ensino.

7.3 Ensino Remoto mediado pelas tecnologias

O principal projeto pedagógico que norteia o trabalho da escola intitula-se “Semeando Saberes” e parte dele as ações mais importantes na construção das estratégias para alcançar a alfabetização dos nossos estudantes. Entretanto, o contexto do ensino remoto nos impôs a necessidade de adaptação ao novo formato de aula, conforme explicitado anteriormente. Para colocar tais ações em prática, o grupo de professores acordou durante a semana pedagógica os seguintes meios:

- Aulas individualizadas e/ou em grupos via Google Meet;
- Gravação de aulas para estudantes que não podem assistir ao vivo;
- Gravação de vídeos com rotina de alfabetização a ser divulgado via WhatsApp;
- Apostilas impressas voltadas aos alunos PS/S com acompanhamento via whatsapp e Google Meet;
- Formulários na Plataforma para sistematização do conteúdo;
- Atividade de Leitura compartilhada gravada em vídeo;
- Produção e divulgação de jogos dentro da temática de alfabetização e letramento matemático;
- Produção de vídeos norteadores de atividades como ditado mudo, ditado ilustrado e escrita autônoma de frases e palavras;
- Produção de vídeos com explicações de conteúdos;
- Atividades em PDF para realização de forma editável ou impressa;
- Aplicação virtual do teste da psicogênese.

Para facilitar a comunicação com as famílias e estudantes, a escola intensificou o uso das plataformas digitais que já eram utilizadas há alguns anos. Atualmente,

dispomos de uma série de ferramentas para promover a divulgação do trabalho docente e a comunicação entre escola e comunidade, dentre os quais destacam-se os seguintes canais:

- Whatsapp da Secretaria: http://bit.ly/ec116secretaria
- Whatsapp do Pedagógico: http://bit.ly/ec116pedagogico
- Canal do Youtube: http://bit.ly/ec116youtube
- Instagram: http://bit.ly/ec116instagram
- Facebook: http://bit.ly/ec116facebook
- Virtualteca: http://gg.gg/virtualteca
- Laboratório de Informática: http://gg.gg/lab116

Dessa forma, espera-se alcançar o objetivo de manter o vínculo pedagógico com os estudantes e suas famílias, bem como manter o desenvolvimento pedagógico das crianças, mesmo que de forma limitada ao contexto vivenciado.

8. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

No Distrito Federal já se delineia na Secretaria de Educação uma abordagem de Avaliação Formativa, pautada no Currículo em Movimento da Educação Básica (SEDF, 2014), que pressupõe respeitar o desenvolvimento contínuo do aluno, considerando o seu crescimento individual, suas necessidades e potencialidades.

Na avaliação formativa os alunos exercem papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem. Todas as informações disponíveis sobre a aprendizagem dos alunos devem ser observadas pelo professor que deve estar atento para identificá-las, registrá-las e analisá-las. Não se descarta a utilização da prova, que pode ser útil quando seus resultados são associados aos demais procedimentos avaliativos.

Dessa forma, o sentido definitivo da avaliação formativa se dá na observância de quatro dimensões: diagnóstica (levantamento de informações), participativa (relação de reciprocidade professor/aluno- intercomunicação), processual e contínua (intervenções) e cumulativa (dimensões cognitiva, afetiva e psicossocial).

A avaliação formativa, que é a abordagem proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, apresenta as seguintes características: é mediada pelo professor; destina-se a promover a aprendizagem; leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem; prima pelo tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas; e abrange todas as atividades realizadas.

Dessa forma, a avaliação formativa objetiva identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim, de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos.

A EC 116 também prioriza as práticas educativas voltadas para a avaliação em grande escala, como: SAEB, Prova Diagnóstica, Prova Brasil e ANA. A partir do ano de 2014, a EC 116 institucionalizou a realização de projetos como o Circuito de Ciências, Mostra literária, além de participar da Plenarinha, dos encontros de formação e articulação com a CRE, e reuniões entre coordenação, supervisão e CRE. Desta forma, procura-se avaliar e analisar o desenvolvimento pedagógico da escola, bem como, planejar novas estratégias a fim de vencer as metas traçadas.

Na Avaliação Institucional, a escola segue os parâmetros da Secretaria de Estado de Educação do DF, avaliando cada segmento em conjunto com a Comunidade Escolar, visando diagnosticar e melhorar as ações desenvolvidas no âmbito educacional, administrativo, pedagógico e humano.

A avaliação no contexto do ensino remoto ganhou contornos mais desafiadores para docentes e discentes. Por isso, as estratégias avaliativas sofreram adaptações para melhor corresponder aos anseios de professores e estudantes no que se refere às metas de aprendizagem para cada ano. Portanto, as atividades avaliativas passaram a ser realizadas mediadas pela tecnologia e, principalmente, com o auxílio das famílias dado que a idade dos estudantes impossibilita um acompanhamento virtual de forma autônoma.

Atividades como o teste da psicogênese, importante instrumento norteador do trabalho pedagógico da escola, tem a previsão de serem realizadas através de aplicativos que permitem a interação síncrona entre professores e estudantes, como o Whatsapp e o Google Meet. Já em relação aos outros componentes curriculares, a avaliação passou a contar com a utilização de jogos, formulários Google, vídeos gravados pela família onde registra-se o desempenho em leitura, explanação oral e

psicomotricidade, além da análise da devolutiva de atividades impressas para os estudantes sem acesso às plataformas digitais.

8.1 Procedimentos Avaliativos

A escola crítica e criativa enfatiza a avaliação dinâmica, num processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação da cidadania consciente e participativa.

Nessa perspectiva, o ato de avaliar constitui-se no processo ação-reflexão ação em que o professor redireciona o ensino no sentido da aprendizagem. E tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica, a concepção da avaliação deve ser formativa, permitindo que as crianças acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas potencialidades ao longo de seu aprendizado.

A LDB 9.394/96, em seu art. 31, estabelece que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a avaliação deve basear-se na observação e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas. Essencialmente diagnóstica e contínua permite a construção dos avanços obtidos pelo aluno e o (re) planejamento docente considerando as dificuldades enfrentadas no processo e a busca de soluções.

Os resultados das avaliações são registrados sob a forma de Registro Descritivo, individuais, levando-se em conta a singularidade de cada aluno refletindo assim a história da construção da aprendizagem e do seu desenvolvimento. Assim, o Registro de Avaliação – RAv, será repassado aos pais, durante a reunião de pais e mestres, ao final de cada bimestre.

Na avaliação formativa, a observação e o registro são instrumentos metodológicos fundamentais. Assim, para a realização do RAv o professor deve fazer registros diários ou com a maior frequência possível, refletindo todas as situações relevantes com relação ao desenvolvimento do aluno. Sua implementação pode contar com diversos suportes, tais como: ficha individual, portfólio ou dossiê, contendo registros sobre as produções ou observações do aluno.

A recuperação dos objetivos não alcançados, individual ou grupal, ocorre de forma paralela ao desenvolvimento curricular, por meio de atividades diversificadas, atendimento individualizado, projetos de reagrupamento, projetos interventivos e

outras estratégias oportunas em cada caso, não se descartando a utilização da prova, como já fora mencionada.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais a avaliação da aprendizagem não tem caráter promocional e a retenção dar-se-á para os alunos que não obtiverem 75% de frequência no ano letivo. Fora essa especificidade, a retenção poderá ocorrer apenas no 3º e 5º ano, para os estudantes que, realizadas todas as intervenções cabíveis, não alcançarem as metas previstas.

Ao redigir o RAv dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE, deverão ser observadas as adaptações curriculares elaboradas em conjunto com o Serviço de Apoio Especializado, assim a decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adaptações curriculares do aluno.

Assim, a avaliação da EC116 de Santa Maria é composta por dois pontos: Avaliação Educacional e Avaliação Institucional. O processo Ensino-Aprendizagem tem acompanhamento por meio de ações avaliativas nas dimensões diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa com foco no sucesso do aluno.

O diagnóstico realizado por meio de observações pertinentes visa orientar o trabalho futuro. A avaliação processual-contínua proporcionará as oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral do educado, por intermédio de participações, observações, relatórios, trabalhos, pesquisas de modo a atender as individualidades e capacidades de cada um.

A dimensão cumulativa valoriza as descobertas e tentativas para que o aluno possa compreendê-las e utilizá-las. A participação do aluno quanto ao modo e tipo de avaliação é assegurada pelo professor em sala de aula e pela escola quando ocorre o Conselho de Classe, normalmente ao final de cada bimestre e excepcionalmente quando houver necessidade.

A avaliação institucional será feita envolvendo todos os atores do processo educacional de forma ampla buscando analisar a Gestão Escolar no que tange à sua estrutura, desenvolvimento e sucesso nos aspectos: administrativos, pedagógico, financeiro e de pessoal, analisando coletivamente os resultados; tomando os padrões exitosos como parâmetros norteadores e os insucessos como instrumentos de reflexão e mudança de parâmetros e atitudes.

8.2 Conselho De Classe

A escola é um espaço social e, portanto, político, formador de opiniões, produtor e reprodutor de comportamentos sociais, sendo assim, esta é uma instância que pode possibilitar a construção de um espaço verdadeiramente democrático-participativo que abrirá portas para novas relações sociais.

Neste caso, o Conselho de Classe surge como uma das peças-chaves para esta realização na tentativa de promover o coletivo. Possui caráter avaliativo voltado para a comunidade escolar, que por meio das reuniões avaliam os seus estudantes e a si mesmo no que diz respeito ao conteúdo, metodologia e ações pedagógicas. Portanto, este é mais do que um espaço necessário dentro da escola, é um espaço essencial no desenvolvimento da qualidade da mesma.

É uma instância democrática de avaliação, com função de diagnóstico, aconselhamento, prognóstico, levantamento de soluções alternativas, elaboração de programas de recuperação, apoio, incentivo, reformulação de objetivos e metas, envolvimento, coleta de evidências de mudanças de comportamento.

Assim, compete a todos os participantes do Conselho de Classe, analisar os aspectos que influenciam o processo de ensino e de aprendizagem, bem como confirmar a promoção ou não do aluno. No entanto, vale salientar que este não é o objetivo final do Conselho, visto que uma série de outras possibilidades podem e devem ser buscadas com o intuito de promover a aprendizagem dos estudantes.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Ensino Fundamental tem como fundamento da prática pedagógica os princípios e valores emanados da Constituição Federativa do Brasil – CF/1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, dos PCN's, do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), da Base Nacional Curricular Comum (2018), e em consonância com o Relatório da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI (1998), no que tange aos quatro pilares para a aprendizagem: aprender a Conhecer, aprender a Fazer, aprender a Ser e aprender a Viver juntos, proporcionando aos educandos os elementos necessários para exercer

plenamente a cidadania, contribuindo para uma cultura de paz e a transformação qualitativa da sociedade.

O Currículo em Movimento da Educação Básica da Rede Pública de Ensino a partir do ano de 2014 propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de alunos, bem como aos professores e comunidade escolar.

Assim, em conformidade com a legislação, o Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal foi constituído de forma participativa e organizado de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Dentre outros aspectos, o currículo visa possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo, alargar as suas fronteiras de conhecimento, aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência.

9.1 Ensino Fundamental

O planejamento curricular constitui instrumento importante e necessário, como referencial para nortear a atividade docente. Há de ser, todavia, um planejamento aberto e flexível, garantindo a base comum de forma a incorporar o que é peculiar à escola e à localidade, assim como situações imprevistas ou manifestações que fizerem sentido no cotidiano da prática escolar.

Ao se planejar o currículo é preciso levar em conta as crenças e valores implícitos nas relações sociais e nas rotinas da escola, no sentido de verificar se tais normas e procedimentos estão de acordo com o previsto na programação curricular.

O ensino fundamental destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e exercício consciente da cidadania plena. Obrigatório a todos, a segunda etapa da Educação Básica supõe o exposto no art. 3º da LDB 9394/96, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade. A

integração da PP com os projetos institucionais é possível através da conscientização da comunidade sobre a importância de participar desses programas com o objetivo de estimular e desenvolver a aprendizagem dos estudantes, portanto, cabe à escola fazer o diagnóstico e os encaminhamentos necessários em parceria com os órgãos responsáveis.

A Escola Classe 116 de Santa Maria é vista como um espaço onde juntos podemos compartilhar e construir conhecimentos, tendo como base a solidariedade, a justiça e todos os valores éticos que possibilitarão a formação de sujeitos participantes e críticos do processo de transformação da sociedade. Assim, semanalmente são realizadas Coordenações Pedagógicas Coletivas, para avaliação e delineamento de linhas de ação para aprofundamento do processo alfabetizador.

No final do ano letivo, durante o Conselho de Classe do 4º bimestre de cada ano/série, os professores junto com a equipe gestora e coordenação, agrupam os alunos por núcleo comum. Onde é analisado o teste da psicogênese e as demais especificidades de cada estudante, para no ano seguinte, facilitar o acompanhamento de suas aprendizagens.

O currículo escolar tem como objetivo desenvolver a criança em seus aspectos físicos, psicológico, afetivo, intelectual e social, representando um cruzamento de diversidades culturais, articulando-a com os conhecimentos e experiências concretas dos alunos em seu meio social, com a cultura dos meios de comunicação, da cidade e de suas práticas sociais. Significa proporcionar aos estudantes conhecimentos e experiências diversificados em todos os âmbitos educacionais.

O currículo da escola é organizado para direcionar o trabalho pedagógico, orientar e respaldar as ações a serem desenvolvidas a fim de atender às diversas necessidades de aprendizagem, abrangendo as diversidades culturais. Outro aspecto é a questão da avaliação do processo pedagógico que tem o objetivo de planejar novas estratégias para sanar os desafios que surgirem no percurso. Essa organização contribui para atender a diversidade apresentada no contexto escolar, bem como redirecionar as práticas pedagógicas no sentido de alcançar as metas e o desenvolvimento pleno dos educandos.

Os eixos integradores do currículo serão considerados a partir dos três pilares essenciais da educação: saber ser, saber fazer e saber conhecer. Os eixos transversais serão contemplados através do Projeto “Semeando Saberes” e são

desenvolvidas ações de conscientização, momentos de sensibilização, apresentações teatrais, semana de educação para a vida, semana da pessoa com deficiência, projeto reciclagem, feira de ciências, entre outros. Inclui também práticas pedagógicas que englobam temáticas como: meio ambiente, sustentabilidade, sexualidade, direitos humanos, saúde, pluralidade cultural e religiosa, entre outros. Sendo assim, os conhecimentos do currículo se integram aos projetos através dos planejamentos em grupo, individuais e ações planejadas e definidas para alcançar os objetivos traçados.

Por se tratar de uma escola inclusiva, preconiza o trabalho com a diversidade, objetivando conscientizar sobre o respeito às diferenças. A adequação curricular para os estudantes ANEE é elaborada a partir do diagnóstico clínico, após avaliação pedagógica em conjunto com as equipes, coordenação e professor, baseada nas orientações do currículo e de acordo com as especificidades de cada estudante.

A oferta de um ensino de qualidade constitui, assim, um processo permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática pedagógica consciente e responsável.

9.2 Bloco Inicial de Alfabetização

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA (ou 1º Bloco) tem com eixo integrador a Alfabetização, os Letramentos e a Ludicidade, com o intuito de facilitar o desenvolvimento das estruturas cognitivas e as dimensões afetiva, social e motora da criança.

Segundo o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC, 2012) a inserção no mundo da escrita se dá por meio de processos interdependentes e simultâneos: a aprendizagem do sistema de escrita (alfabético e ortográfico) – o que se poderia denominar, em sentido restrito, de alfabetização – e o desenvolvimento de capacidades (habilidades, conhecimentos e atitudes) de uso efetivo desse sistema em práticas sociais que envolvem a língua escrita – letramentos.

O Bloco BIA tem como eixo norteador o processo de aprendizagem do aluno e não a lógica dos conteúdos a ensinar. A ação pedagógica do BIA deve contemplar, simultaneamente, a alfabetização, o letramento e a lúdico assegurando ao aluno a apropriação do sistema alfabético-ortográfico à medida que o aluno se apropria do

uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e também por intermédio de brincadeiras.

9.3 Educação Especial

No decorrer do tempo, a Educação Especial, no enfoque inclusivista, vai sendo vista como um sistema paralelo à Educação regular/normal, caracterizada por uma forte intervenção de natureza pública.

Diante disso, a Educação Especial tem sido atualmente definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo sua marca nos últimos tempos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9394/96 trata especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais.

Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos oferecendo diferentes alternativas de atendimento, voltadas para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.

A política da integração do ANEE (Aluno com Necessidades Educacionais Especiais) nas escolas regulares tem como prioridade a normalização do indivíduo à sociedade com as mesmas oportunidades dos demais cidadãos.

A chamada educação inclusiva, entendida por um processo de inclusão dos ANEE's ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os seus graus, é a busca de uma escola de qualidade para todos, no sentido de resgatar a autoestima dos inclusos e fazer com que se sintam aceitos.

Os ANEE's são assim chamados por possuírem necessidades especiais no processo educacional, ou seja, precisam, por vezes, de adaptações em relação ao conteúdo para seu ano/série, ou do uso de recursos diversos que lhes possibilitem uma aprendizagem mais efetiva, onde os conceitos sejam apropriados às peculiaridades dos ANEE's.

Assim, para superar ou minimizar tais dificuldades, esse aluno necessita de adaptações de infraestrutura física e/ou curricular o que vai exigir uma atenção específica e maiores recursos educativos do que os normalmente utilizados com os companheiros da mesma idade. Isso sem negar que os alunos possam ter perturbações específicas vinculadas a seu desenvolvimento.

A Proposta Pedagógica da escola visa orientar a operacionalização do Currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Pressupondo-se que a realização de adaptações, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliações, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.

Quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adaptações e, quando necessário, realizar estudos de caso com a família e a escola a fim de analisar a promoção ou retenção do estudante.

Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção de aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

- A possibilidade de o estudante ter acesso às situações escolares e com menor necessidade de apoio especial;
- A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação autonomia e aprendizagem;
- A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado;
- O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família.

9.4 Ensino Remoto

Dada tais assertivas supracitadas sobre a concepção que a EC 116 adota sobre currículo, porém, levando em consideração o contexto do ensino remoto, tivemos uma adaptação nas ações, a nível curricular, para alcançar os objetivos de ensino-aprendizagem, tomando como base as implicações desse modelo de ensino mediado pelas tecnologias.

Portanto, a primeira ação realizada pela escola para dirimir ou minimizar os impactos negativos nas aprendizagens data do ano de 2020 onde o processo de

enturmação para o presente ano letivo levou em consideração as dificuldades de aprendizagem para criar grupos com núcleo comum onde fosse possível agrupar zonas de desenvolvimento e assim direcionar o trabalho docente. O objetivo dessa ação foi o de facilitar a resolução das dificuldades apresentadas pelos grupos de estudantes de forma pormenorizada.

Outra importante ação se deu em nível de SEDF onde realizamos o replanejamento pedagógico do currículo com foco nas principais defasagens observadas na escola oriundas do processo remoto de ensino. Nesse aspecto, levou-se em consideração as metas e estratégias para cada ano, bem como um foco na revisão de conteúdos como forma de enfatizar os conteúdos defasados.

10. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação ora delimitado foi pensado com o objetivo de colocar em prática as ações deste PPP visando a melhoria e qualidade dos serviços prestados por esta U.E. Cada tópico diz respeito a uma dimensão institucional da escola e suas particularidades serão apresentadas nos anexos do texto.

A Gestão Pedagógica abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A Gestão de Resultados Educacionais abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos estudantes.

A Gestão Participativa abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve: a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares e APM; o estabelecimento de articulações e parcerias; e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

A Gestão de Pessoas abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas com o Projeto Político Pedagógico da escola e envolve a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a

avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

A Gestão Financeira abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.

A Gestão Administrativa abrange os processos de gestão de materiais, da estrutura física, patrimônio, entre outros.

10.1 Dimensão: Gestão Pedagógica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Garantir de forma eficaz o aprendizado e o crescimento de todos os estudantes; Concluir a alfabetização até a metade do bloco; Diminuir os índices de retenção desta U.E; Valorizar e visibilizar as iniciativas do corpo docente; Permitir a autonomia na elaboração e implantação de inovações; Trazer a comunidade para a escola; Garantir a participação da maioria dos estudantes no ensino remoto.	Tornar a coordenação coletiva objetiva, dinâmica, focando nas necessidades; Garantir a aplicação e execução das estratégias proposta pelo BIA e currículo; Implantar gradativamente a unificação dos anos por turno, garantindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico coeso; Aquisição de materiais pedagógicos necessários para o trabalho diversificado; Firmar parcerias para desenvolvimento de projetos culturais e de esportes com nossos alunos; Promover atividades convocando a participação dos pais; Divulgar o trabalho do professor nos eventos da escola; Elaboração de atividades por nível; Planejamento e execução de projetos pedagógicos diversos; Fazer acolhimento com receptividade e promover ações junto à comunidade; Promover uma busca ativa eficaz para atingir a totalidade dos estudantes.	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Firmar parcerias com grupos que promovem cultura e esporte para adentrarem os espaços da escola. Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de busca ativa.	Toda a comunidade escolar além de parceiros que possam colaborar nas etapas de implementação, subsídio e manutenção dos projetos.	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

10.2 Dimensão: Gestão de Resultados Educacionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Avaliar e redirecionar as estratégias e metas de aprendizagem conforme realidade do contexto remoto. Melhorar o IDEB da escola para o biênio 2021/2022; Alcançar a alfabetização plena até o segundo ano; Alcançar a totalidade de 100% dos estudantes do 2º ano nos níveis 4 ou 5 da Provinha Brasil de Leitura e Matemática; Aferir bons resultados do 3º ano nas avaliações de larga escala; Diminuir os índices de retenção e distorção idade/ano. Promover a participação de todos os estudantes o 1º e 2º ano no Pacto pela Alfabetização de Santa Maria.	Elaborar gráficos comparativos e analisá-los com os professores; Traçar estratégias para alcançar as metas de aprendizagem; Colocar em prática os projetos interventivos e reagrupamentos; Contemplar o currículo nos projetos desenvolvidos na escola; Elaborar avaliações interdisciplinares em consonância com as avaliações em larga escala; Promover avaliações formativas contemplando a diversidade dos estudantes. Promover atividades motivadoras que permitam a participação dos estudantes no contexto do ensino remoto. Promover formação e troca de experiências entre os grupos participantes do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de resgate dos estudantes que não alcançados pelo contexto do ensino remoto. CRE, UNIEB e Instituto Raiar nas ações do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.	Docentes e Discentes de forma direta e comunidade escolar nas ações de avaliação. No contexto remoto, a parceria com a família ganha contornos mais específicos.	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

10.3 Dimensão: Gestão Participativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Envolver toda a comunidade escolar nas ações e estratégias desenvolvidas no contexto escolar e de ensino remoto. Promover a participação e envolvimento das famílias nas atividades desta U.E.; Possibilitar a articulação dos servidores e carreira assistência nas atividades e em ações que possibilitem o trabalho remoto de forma mais articulada; Envolver todos os professores na elaboração e execução dos projetos da escola, segundo as normas da SEEDF.	Sensibilizar os servidores e carreira assistência através de eventos e atividades em que os mesmos entrem em sintonia com a dinâmica pedagógica da escola, principalmente através das tecnologias par o ensino remoto; Promover a coletiva como um espaço democrático de debates e troca de ideias; Organizar nas reuniões de pais momentos de escuta e sugestões para melhorias da escola; Oportunizar a participação efetiva do Conselho Escolar e da APM nas decisões da escola; Promover formações que oportunizem aos servidores e às famílias o contato mais íntimo com as ferramentas tecnológicas do ensino remoto.	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Palestrantes e docentes que possam promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.	Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada temática abordada nas ações.	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

10.4 Dimensão: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Promover a integração entre todos os segmentos da escola; Possibilitar a formação continuada dos professores, servidores e carreira assistência;	Agilizar as devolutivas de atividades aos professores; Registrar e informar as intervenções realizadas com estudantes que necessitam de encaminhamento;	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Palestrantes e docentes que possam	Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de

Promover a articulação entre professores, SOE, EEAA e Sala de Recursos; Integrar os servidores, carreira assistência e terceirizados ao ambiente pedagógico da escola; Possibilitar a participação da comunidade escolar junto aos professores e atividades desenvolvidas na escola; Promover formações continuadas para a comunidade escolar.	Fazer devolutivas pedagógicas quanto ao desenvolvimento dos estudantes encaminhados; Promover momentos específicos com atividades reflexivas integrando todos os profissionais da escola; Devolutiva rápida às queixas da comunidade; Realizar palestras e fóruns com temas que atendam às necessidades da comunidade escolar. Permitir o acesso dos pais à escola através dos diversos canais de comunicação virtual, em virtude do contexto remoto de ensino.	promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.	temática abordada nas ações.		classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

10.5 Dimensão: Gestão Financeira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Gerir adequadamente os recursos recebidos pela escola e arrecadar fundos para utilizar nas melhorias desta U.E. Garantir o funcionamento efetivo da APM; Discutir coletivamente a utilização das verbas do PDAF e demais verbas existentes na escola.	Reunir a comunidade escolar para planejar e discutir as ações e formas de utilização das verbas; Firmar parceria com deputados/CRE para angariar verbas a fim de arcar com as despesas financeiras da escola, principalmente, no que se refere à reformas e obras.	CRE e Deputados; Empresários locais; APM.	Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

10.6 Dimensão: Gestão Administrativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Melhorar o aspecto físico e administrativo da escola; Reformar o estacionamento; Pintar os muros externos internos; Realocar e reformar o parquinho; Reformar o banheiro dos professores, servidores e estudantes; Retocar da pintura das salas; Adquirir uma TV com suporte para cada sala; Adquirir armários novos para salas de aula; Investir em câmeras de segurança da escola; Trocar os arames farpados dos muros; Construir uma quadra poliesportiva; Acompanhar o funcionamento administrativo segundo as normas da SEEDF.	Utilizar a verba do PDAF e PDDE no que for permitido; Utilizar os serviços das empresas que trabalham para a SEDF nas demandas pertinentes; Buscar parcerias para levantamento de fundos; aperfeiçoar as ações da APM e incluí-la na discussão do PPP; Acompanhar o trabalho dos servidores no ensino remoto.	Corpo Docente; CRE e Deputados; Empresários locais; APM.	Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.	Durante o ano letivo de 2021 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O acompanhamento e avaliação deste PPP serão realizados nos dias letivos temáticos que são datas estabelecidas pela SEEDF, onde a comunidade escolar é envolvida como um todo com o objetivo de analisar as ações do PPP e o desenvolvimento pedagógico da escola, bem como, traçar novas metas a serem alcançadas de acordo com as sugestões apresentadas pelos atores envolvidos no processo.

Outra forma de avaliação e acompanhamento do PPP é através do Conselho Escolar que periodicamente se reúne para analisar as questões levantadas pela comunidade escolar e, também, deliberar sobre as demandas pertinentes ao cotidiano da escola que estão intimamente relacionadas ao PPP.

As coordenações coletivas são utilizadas como mais um espaço onde os profissionais de educação podem opinar e avaliar as ações pedagógicas que interferem diretamente no fazer pedagógico. Já os conselhos de classe são utilizados como mais uma ferramenta de acompanhamento bimestral das ações do PPP, sendo que dele saem novas sugestões e apontamentos à execução do projeto. Em

consonância com esta postura, temos na reunião de pais um espaço aberto para acompanhamento das ações desenvolvidas pelo PPP, priorizando a opinião deste segmento para que surjam novas propostas.

12. PROJETOS ESPECÍFICOS

O currículo do Ensino Fundamental deve atender à diversidade, explicitando e trabalhando as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e valorização das suas especificidades, voltada para o exercício da cidadania, na superação de todas as formas de discriminação e opressão, ofertando um ensino que proporcione uma ação pedagógica que efetive a não-exclusão, o avanço continuado, através da garantia do respeito aos ritmos e tempos de aprendizagem de cada aluno, e a construção do conhecimento, através da interdisciplinaridade de forma dinâmica, criativa, crítica, contextualizada, investigativa, prazerosa, desafiadora e lúdica.

Para tanto, é importante ter em mente que o conteúdo nunca é um fim em si mesmo, mas um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento. Sendo assim, a SEEDF e a EC 116 vêm adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental, visando a formação de alunos ativos, que interagem no meio em que atuam.

Dentre os projetos desenvolvidos na EC 116, podemos destacar: Projeto Semeando Saberes, Projeto Interventivo, Reagrupamentos extra, intra e interclasse, Polidocência (5° ano), Projeto de Informática na Escola, Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar), Projeto Horta, Projeto Hora do Recreio, Projeto Educação com Movimento e Projeto da Educação Integral.

No que se refere à organização curricular da escola, os professores juntamente com a coordenação pedagógica planejam anualmente as unidades de aprendizagem, subdividindo-as por bimestre. A partir daí, são realizadas coordenações por grupo quinzenalmente a fim de orientar os conteúdos a serem trabalhados no período. Vale ressaltar que todo planejamento feito pelo grupo de professores é norteado pelos projetos que envolvem o fazer pedagógico desta instituição de ensino. Assim, temos a garantia de que o grupo trabalha de forma interdisciplinar e articulado com a Proposta Político Pedagógica da escola e da Secretaria de Educação do DF.

Salienta-se que no quadro síntese, presente nos anexos deste texto, é possível encontrar um resumo de cada projeto. Ainda nos anexos, a quem interessar, detalham-se os projetos individualmente

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.27839,23/12/96b1996.

_____. Ministério Da Educação. Adaptações Curriculares em Ação: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades educacionais Especiais. Secretária de Educação Especial. Brasília, MEC/SEEP,2002.

_____. Adaptação Curricular: Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília. MEC/SEEP,2002.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: planejando a alfabetização e

dialogando com as diferentes áreas do conhecimento: ano 02 – unidade 06. MEC, SEB, 2012.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2015. Brasília, 2015.

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2018. Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. Parecer nº 15/98 de 01/06/98.

_____ Diretrizes curriculares nacionais para formação de docentes da educação infantil e dos anos iniciais e do ensino fundamental. Resolução nº 2, de 19/04/99. CNE. Câmara de Educação Básica.

DISTRITO FEDERAL. Síntese de Informações Socioeconômicas. Brasília DF: CODEPLAN – SEDUMA, 2010.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed Editora. Porto Alegre. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica, Pressupostos Teóricos, 2014.
_____Diretrizes Pedagógicas, Brasília- 2008

_____ Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais. 2.ed. Brasília, 2020.

_____ Orientações Curriculares, Ensino Fundamental – Séries E Anos Iniciais. 2008.

_____. Portaria nº 07, de 03 de fevereiro de 2011.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins, 1987.

_____. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ANEXOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO

SEMEANDO SABERES

Desenhorealizadopelaaluna: Emanuela Moreira, professora Sâmia, do

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA

ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO

Ser capaz de imaginar outros mundos, viajar por lugares distantes e viver grandes aventuras é algo que a leitura pode nos proporcionar sem ao menos precisar sair do sofá de casa ou da cadeira da escola. E através dela que podemos ampliar nossas habilidades para falar, escrever, pensar, agir e interagir com o mundo e as pessoas, assim também acontece com a matemática, que está no relógio da parede, no celular que usamos, no botão da geladeira, no mercado, na padaria e em tantos lugares que perdemos até as contas.

Quando se fala em leitura e raciocínio lógico matemático, nos vem à mente o papel da escola que é o berço da alfabetização, porém, não é somente na escola que esses hábitos precisam ser estimulados. A formação da criança leitora acontece desde quando a mãe começa a ler para o filho no seu ventre, ou seja, antes do nascimento, e se perpetua ao longo de sua vida. São inúmeras as queixas de pais e responsáveis pela criança e principalmente de nós, professores, acerca da problemática tanto na aquisição quanto no despertar do gosto pela leitura e entender os saberes matemáticos.

Cientes de que, é na escola que essas habilidades prioritariamente se formalizam, nós enquanto educadores, precisamos buscar ações concretas que ajudem na inicialização ou ampliação dessas práticas no cotidiano do estudante com o intuito de formar leitores independentes, motivados e criativos, capazes também de interpretar e entender o mundo da matemática.

O trabalho para reverter essa realidade deve dar-se de forma conscientizadora e com ações que maximizemos contatos desses pequenos com esse mundo mágico da leitura e da matemática, e consequentemente essa motivação ultrapasse os muros da escola. Sendo assim, a escola precisa semear estratégias e fortalecer o Projeto Político Pedagógico com ações que busquem despertar tais habilidades de forma dinâmica e prazerosa.

JUSTIFICATIVA

A escola vem observando através das avaliações externas (Prova Diagnóstica, Prova ANA e a Prova do SAEB) e avaliações internas, que os alunos obtiveram alguns avanços na leitura e escrita, porém ainda não encontram-se dentro de um padrão

considerado ideal. Reconhecendo que ler, escrever, aplicar as quatro operações e interpretar situações-problema, são habilidades importantíssimas para se chegar ao letramento, sentimos a urgente necessidade de elaborar este projeto, com a finalidade de colocar em prática ações que despertem nos alunos o prazer pela leitura e pela matemática consequentemente possibilite o acesso à diversidade conhecimentos ofertados pelos livros e materiais concretos.

Diante disso, o presente projeto visa organizar o trabalho pedagógico da escola dando enfoque à leitura e a matemática com as seguintes ações: trabalhos envolvendo os gêneros textuais, carrinho da leitura, sacola da leitura, soletrando, hora da leitura, circuito da matemática, hora do desafio matemático, entre outros que serão mais detalhadas adiante.

OBJETIVO GERAL

Despertar na comunidade escolar e principalmente nos alunos o gosto e prazer pela leitura e saberes matemáticos, levando-os a compreender que ambos é uma fonte de ampliação de conhecimentos e desenvolvimento de diversas habilidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aguçar o prazer pela leitura e saberes matemáticos aumentando o potencial cognitivo e criativo;
- Tornar o momento e o espaço de leitura potencializadores de conhecimento;
- Promover o aprimoramento do vocabulário, proporcionando melhor desempenho da oralidade e da escrita;
- Proporcionar aos alunos, professores e demais profissionais da escola a oportunidade de ampliar seus horizontes pessoais e culturais, auxiliando na formação crítica;
- Estimular o intercâmbio dessas leituras com pais, professores, colegas e outras pessoas de sua convivência;
- Oferecer tempos e espaços de leitura diferentes na escola e nas casas com as famílias;
- Propiciar a formação de educadores, e alunos leitores e produtores de textos nas diversas áreas do conhecimento;

- Desenvolver as capacidades das habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Fazer com que construam o hábito de ouvir e sentir prazer nas situações que envolvem a leitura de histórias;
- Possibilitar o acesso a diferentes tipologias textuais e literárias;
- Desenvolver o raciocínio lógico e estimular a sua curiosidade;
- Interligar o estudo da matemática com seu cotidiano, perceber a presença da matemática em tudo que fizermos;
- Desenvolver e resolver situações-problema, criando e elaborando técnicas de resolução válidas no encontro das soluções.

DESENVOLVIMENTO

A Biblioteca dessa U.E, já vem desenvolvendo ao longo desses anos algumas ações de incentivo à leitura, tais como: empréstimos de livros aos alunos e professores; momento de leitura na biblioteca previamente agendado e planejado pelo professor; apresentações teatrais com a participação dos alunos; entre outros.

Com o objetivo de enriquecer ainda mais esses momentos, incluímos as seguintes ações a serem desenvolvidas em relação à leitura: escolha de gêneros textuais bimestralmente; Hora da leitura com Carrinho da leitura; Sacola literária; Mostra Literária e o Soletrando.

Em sala de aula os professores do 1º ao 5º ano e turmas de TGD, utilizam a caixa matemática para facilitar a compreensão de conceitos matemáticos através de materiais concretos. As demais ciências são trabalhadas de maneira lúdica atrelada aos conteúdos propostos no currículo.

Com o intuito de continuar contribuindo com a aprendizagem dos nossos estudantes, incluímos também as seguintes atividades: circuito da Matemática; Circuito de Ciências; e o JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos, projeto que funciona em parceria com o SEBRAE.

ESCOLHA DE UM GÊNERO LITERÁRIO BIMESTRALMENTE

Esse será um momento onde o grupo de professores escolherão durante o planejamento do plano de ação bimestral, o gênero literário que será trabalhado. No planejamento por ano junto à coordenação haverá a escolha dos textos, além das atividades diversificadas de leitura e escrita que o mesmo favorece. O professor poderá proporcionar aos alunos as seguintes estratégias:

- Leitura de livros utilizando ilustrações ampliadas;
- Dramatizações;
- Avental e expressão corporal;
- Álbum seriado;
- Datashow;
- Televisão de caixa ou cineminha;
- Teatro de fantoches;
- Teatro de varas;
- Teatro de sombra;
- Cartazes;
- Acesso ao acervo da Biblioteca e Virtualteca;
- Entre outros.

Durante a realização da Mostra literária os trabalhos dos gêneros literários são expostos, com stands divididos por ano, com a sugestão de visita de um (a) escritor (a). Essa atividade é destinada à toda comunidade escolar.

Essa estratégia foi mantida, mesmo no contexto do ensino remoto com ênfase nos materiais, textos e livros disponibilizados na Virtualteca da escola.

HORA DA LEITURA

A Hora da Leitura irá contemplar do 1º ao 5º ano e turmas de TGD, e trata-se de um momento onde a escola para suas atividades durante trinta minutos, todas as quartas-feiras às 8:00 no turno matutino e 13:30 no turno vespertino, para todos participarem da leitura de algum gênero literário. Nesse momento haverá uma música instrumental para dar início a leitura. De início, durante um mês, haverá um carrinho deixando um livro em cada sala, para o professor ler para os alunos, após essa data o professor poderá utilizar as caixas de livros da biblioteca ou confeccionar sua própria caixa de leitura.

O espaço para esse momento será na sala de aula ou preparado previamente pelo professor, podendo acontecer no pátio ou em outro ambiente de acordo com o planejamento.

É importante que o aluno perceba que esse é um momento mágico e se sinta motivado para a atividade, que poderá posteriormente ser explorada pelo professor proporcionando o desenvolvimento da oralidade através do “compartilhar”, do registro escrito e pictórico ou simplesmente ler pelo prazer de ler sem obrigatoriamente ter que fazer alguma atividade ou avaliação relacionada a isso.

Dada a importância do incentivo à leitura, essa atividade foi adaptada ao contexto remoto, sendo as sugestões de leitura compartilhada através da Plataforma Google Sala de Aula com link de textos e materiais da Virtualteca da escola.

SACOLA DE LEITURA

O objetivo dessa sacola é levar a leitura a toda família. Nela a criança sorteada levará para casa livros, revistas, informativos e outros, previamente selecionados pelo professor e convidará a família para um momento de leitura coletivo. Em seguida, fará o registro dessa atividade juntamente com seu responsável através de desenhos ou preenchimento da Ficha de Leitura, que deverá conter um espaço para observações da família.

Em sala de aula, o professor promoverá um momento em que o aluno irá compartilhar a experiência com colegas e expor seu trabalho. Na sacola, além do material para leitura deverá conter a ficha de leitura ou caderno para registro. Outras opções de registro podem incluir diário de bordo e pasta catálogo. Dada a dinâmica de organização e realização dessa atividade, a mesma está temporariamente suspensa enquanto durar o ensino remoto/híbrido.

SOLETRANDO

Essa atividade envolve todos os alunos da escola e acontece uma vez por ano. Trata-se de um jogo semelhante ao popularmente conhecido com regulamento e regras próprias, adaptadas à realidade da escola.

A primeira eliminatória é realizada em sala de aula, onde o professor recebe uma lista de palavras para repassar aos alunos, os mesmos estudam a lista e em um determinado momento participam soletrando para o professor regente e colegas da turma, restando apenas cinco alunos de cada turma que recebem outra lista de palavras para estudarem.

A segunda eliminatória fica a cargo da coordenação e convidados, onde os nomes dos cinco alunos classificados de cada turma são repassados para a coordenação. Eles realizam a soletração em um lugar previamente preparado, com todos os finalistas dessa etapa por ano, restando assim um de cada turma, que posteriormente ganhará uma lista com palavras mais complexas.

A etapa final é realizada no pátio com todos os alunos da escola, onde as famílias dos finalistas podem prestigiar também esse momento. Nesse evento os próprios alunos sorteiam as palavras que serão soletradas e que fazem parte da lista enviada previamente para estudos. Como critério de desempate, haverá um envelope surpresa com palavras inéditas onde os finalistas deverão soletrar até que aconteça a eliminação dos concorrentes ou empate final. A premiação dessa atividade é um kit de materiais pedagógicos.

Dada a dinâmica de organização e realização dessa atividade, a mesma está temporariamente suspensa enquanto durar o ensino remoto/híbrido.

CIRCUITO DA MATEMÁTICA

Essa ação também envolve todos os alunos da escola. Em uma sala é montado previamente pequenos estandes, representando lugares cotidianos como padaria, feira, farmácia, entre outros. Através de situações-problemas, os estudantes são convidados a percorrer o circuito junto ao professor regente e demais colegas para resolver os desafios através do raciocínio e cálculos matemáticos, de acordo com o nível de cada ano. Nesse local ficam disponibilizados materiais concretos como

tampinhas, palitos de picolés, dinheirinho, etc., para auxiliar na resolução dos desafios.

Dada a importância de incentivar o raciocínio lógico-matemático, essa atividade foi adaptada ao contexto remoto, sendo trabalhado através de jogos on-line que incentivam a participação dos estudantes de forma competitiva e colaborativa.

HORA DO DESAFIO MATEMÁTICO

Essa atividade envolve todos os alunos do 1º ao 5º ano e turmas de TGD. Ele acontecerá de forma fixa todas as sextas-feiras, onde o professor irá apresentar um desafio matemático para os alunos, podendo ser individual ou coletivo. Eles terão um tempo determinado pelo professor (a) para responder. Esses desafios serão planejados previamente durante as coordenações por ano/série, fazendo parte da sequência didática da semana. Dada a dinâmica de organização e realização dessa atividade, a mesma está temporariamente suspensa enquanto durar o ensino remoto/híbrido.

FEIRA DE CIÊNCIAS

Essa atividade envolve alunos do 1º ao 5º ano e turmas de TGD. Acontece em consonância com o Circuito de Ciências do DF, onde é planejado por ano/série projetos sobre o tema do ano vigente.

Esses projetos durante a Feira da escola, são escolhidos pela comunidade escolar e professores, para serem inscritos e posteriormente expostos nas demais etapas do Circuito de Ciências do DF.

Dada a importância e trajetória histórica da escola junto a essa atividade, no presente ano será trabalhada de forma on-line e a exposição será realizada através das mídias sociais da escola em forma de vídeos.

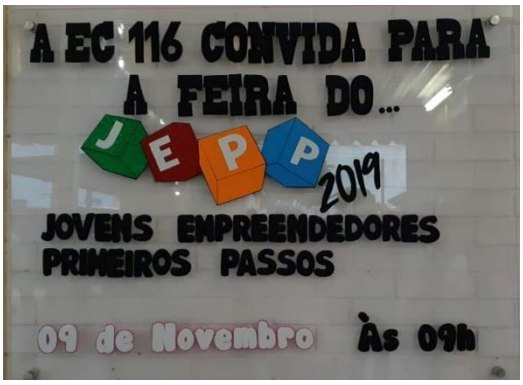
MOSTRA LITERÁRIA

Essa atividade comtempla todos os alunos da escola, das turmas de TGD até os 5º anos. Acontece uma vez ao ano. É um momento onde os trabalhos literários (livros, pintura de quadros, desenhos, entre outros) realizados após a escolha dos gêneros textuais, ou temas escolhidos pelos docentes durante as coordenações pedagógicas, são expostos para toda comunidade escolar, em stands. Durante essa atividade, tem a dramatização de uma história escolhida pelos funcionários da biblioteca e a presença de um autor, com apresentação e autógrafo do livro. Dada a dinâmica de organização e realização dessa atividade, a mesma está temporariamente suspensa enquanto durar o ensino remoto/híbrido.

MOSTRA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Essa atividade é desenvolvida ao longo de todo o ano letivo e realizada tendo como objetivo promover o estudo e a exposição de atividades relacionadas à cultura afro-brasileira. Sua culminância acontece através de uma festa com toda a comunidade escolar no mês de Novembro. No contexto do ensino remoto essa atividade foi adaptada ao ensino remoto e acontece de forma online, primando pela estudo das literaturas e demais aspectos da cultura afro-brasileira.

JEPP – JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS



Essa atividade é um projeto realizado em parceria com o SEBRA e tem como objetivo realizar o acompanhamento da aplicação da metodologia nas escolas que aderiram ao Programa Nacional de Educação Empreendedora. Trata-se de metodologias que se utilizam de recursos lúdicos como ferramenta de envolvimento e fixação de conceitos de empreendedorismo e plano de negócios.

O curso JEPP gera interesse sobre o mundo dos negócios, ensinando aos alunos como dar os primeiros passos rumo ao sucesso em sua vida profissional futura fazendo com que o jovem se torne protagonista da própria vida. A proposta do curso é compatível com o currículo do ensino fundamental e médio, ficando a critério da

escola a inserção do curso na carga horária do ensino regular ou promovê-lo em horário alternativo como no período que não seja o horário regular das aulas.

A metodologia contempla a vivência do aluno nas diversas fases do curso. É proposto um tema para cada série adequado à faixa etária correspondente bem como os jogos, dinâmicas grupais, exercícios e pesquisas intra e extraclasse. Nas propostas dos planos de negócios procura-se responder às necessidades dos alunos qualquer que seja sua situação escolar, social econômica e cultural. O envolvimento da comunidade escolar também é contemplado neste projeto.

Neste programa do PNEE os professores são capacitados pelo Sebrae para multiplicarem os conteúdos para os alunos. A consultoria de acompanhamento proporciona um suporte na aplicação e garantir com isso que os objetivos sejam atingidos e verificar se a metodologia está sendo aplicada da forma como foi planejada.

A culminância dessa atividade acontece uma vez ao ano, com uma feira de empreendedores, onde os alunos vendem os produtos fabricados por eles, para posteriormente organizarem o destino do dinheiro. Esse projeto leva os estudantes a contabilizarem os gastos com a confecção dos produtos, margem de lucros e logo após colocarem o preço adequado no produto, evitando prejuízos.

CRONOGRAMA

Todas as atividades serão desenvolvidas no decorrer do ano letivo de 2021, conforme planejamento do plano de ação de cada bimestre. De antemão, as atividades adaptadas ao ensino remoto ficarão assim distribuídas:

- Escolha de gêneros textuais bimestralmente (Ano todo);
- Hora da leitura link de textos da Virtualteca na Plataforma (Ano todo);
- Reagrupamento e Interventivo atendimentos via Google Meet (Ano todo);
- Concurso de desenho: 1º bimestre Água 22 de março;
- Circuito de Ciências: 2º bimestre;
- Circuito da Matemática online: 3º Bimestre;
- Mostra da Cultura Afro: 4º bimestre.

CONCLUSÃO

Essas ações permitem assinalar que podemos transformar a leitura e a matemática, em algo prazeroso e criativo, onde o professor, junto com a equipe gestora e pedagógica, serão os facilitadores no processo de ensino aprendizagem, buscando na Escola Classe 116 práticas inovadoras e apoio da comunidade escolar.

Esse projeto está em constante avalição, esse também será o nosso propósito, para juntos conseguirmos que nossos alunos ultrapassem os muros da escola com seus múltiplos saberes.

Que cada semente de informação, sejam plantadas em nossos estudantes e regadas com esperança e confiança, sempre acreditando no potencial e nas qualidades de cada um.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO INTERVENTIVO

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

"Alfabetizar é aprofundar, é introduzir a criança no mundo da leitura e da escrita dando-lhes condições para interagir, socializar e tornar-se um cidadão crítico".

Autor Desconhecido.

JUSTIFICATIVA

Após a realização do teste psicogenético, verificou-se que a escola encontra-se com alunos com a alfabetização defasada para o ano que cursam. Alguns desses alunos estão dentro da idade certa e alguns defasados em relação à idade/ano. Pode-se constatar que apresentam problemas de aprendizagem, pois não alcançaram as habilidades de leitura e escrita previstas para o ano em que se encontram. Foi percebido pelos professores que grande parte desses estudantes provém de contextos de vulnerabilidade demonstrando fragilidade nos vínculos protetivos tendo suas necessidades básicas atendidas insuficientemente, apresentando também problemas de saúde, comportamento inadequado, baixa autoestima e pouca capacidade de concentração.

OBJETIVO GERAL

Promover avanço cognitivo em relação à leitura e a escrita dos alunos pré-silábicos, silábicos, alfabéticos, de acordo com o ano que cursam (1º ao 4º ano), devido ao Projeto da Polidocência os alunos do 5º realizam atividades diferenciadas dentro do Projeto Interventivo envolvendo alunos nos níveis Alfabetizados 2.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer as letras do alfabeto e os sons correspondentes a cada letra;
- Ler e escrever palavras e frases alfabeticamente;
- Perceber a importância das leituras e suas diversas finalidades;
- Desenvolver a leitura e a escrita através de atividades lúdicas;
- Ler e interpretar diferentes tipos de texto;
- Desenvolver o senso crítico na interpretação textual;
- Desenvolver o raciocínio lógico matemático.

METAS

- Alfabetizar os alunos que estão defasados em suas aprendizagens e idade/ano;
- Desenvolver as habilidades que não foram alcançadas pelos alunos selecionados;

- Elevar a autoestima e autoconfiança desses estudantes.

DESENVOLVIMENTO

O projeto interventivo será desenvolvido entre os professores regentes e seus respectivos alunos. Ocorrerá no ambiente escolar e, eventualmente, em atividades fora da escola. Sistematicamente, será desenvolvido uma vez por semana, na terça-feira ou quinta-feira, atendendo o grupo de alunos pré-selecionados num período de um mês, ou seja, quatro encontros durante o bimestre. Os encontros terão duração de uma hora, sendo que os alunos serão atendidos noturno contrário da aula, pois a maioria dos mesmos se encontra na escola nesse horário, porque participam do Programa da Educação Integral.

As necessidades a serem atendidas por esse projeto serão: 1º ano, estudantes no nível PS2; 2º ano, estudantes no nível PS2, silábico e alfabético; 3º ano, estudantes no nível PS2, silábico e alfabético; 4º ano, estudantes no nível silábico, A; 5º ano, estudantes no nível A1 e A2.

As atividades serão planejadas através de Temas Geradores com abertura e culminância específica para os estudantes atendidos. Dentre as atividades previstas, teremos: trabalho com livros de literatura adequados à faixa etária; oficinas de origami, pintura, recorte e colagem; portfólio com o alfabeto e palavras significativas, enriquecendo o vocabulário e trabalhando a consciência sonora; oficinas com jogos, bingos, palavras cruzadas, alfabeto móvel, etc; atividades psicomotoras para desenvolver a coordenação motora fina e grossa.

Utilizaremos o espaço da sala de professores, sala de vídeo, informática, biblioteca, Sala de Recursos, SOE, Sala de apoio à aprendizagem, entre outros.

RECURSOS

- Humanos: professores;
- Materiais: jogos pedagógicos e materiais concretos para sistematização do pensamento.

AVALIAÇÃO

Após um mês da realização do projeto serão realizados testes da psicogênese, para avaliar os avanços obtidos ou não e, assim, planejar novas ações. À medida que

os alunos forem avançando, serão desligados do projeto dando a oportunidade para outros estudantes que também apresentam problemas em sua aprendizagem.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO DE REAGRUPAMENTOS

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

JUSTIFICATIVA

A escola busca ações pedagógicas que possibilitem aos alunos aprender por múltiplos caminhos, pois sabemos que a aprendizagem não ocorre da mesma forma e no mesmo momento para todos.

Assumir uma aprendizagem significativa, exige ações de ensino direcionadas para que os alunos aprofundem e ampliem os significados elaborados mediante suas participações nas atividades de ensino e aprendizagem.

Por isso a importância da intervenção e mediação do professor e da troca com os pares, para que cada um vá realizando tarefas e resolvendo problemas que criem condições de superar as dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo assim competências e conhecimentos.

Acreditando que ensinar e aprender, com significado, implica caminhos diversos, a escola trabalha o desenvolvimento de diversas atividades, com vistas a uma aprendizagem de fato, a partir do Reagrupamento Interclasse, não deixando de utilizar também o Intraclasse e o Extraclasse, quando houver necessidade com todas as turmas.

OBJETIVO

Integrar os alunos com mesma dificuldade (níveis de aprendizagem), a fim de que as atividades sejam adequadas e de uma forma lúdica, porém respeitando o foco principal do projeto que é a retomada de habilidades necessárias para proporcionar aos alunos o sucesso no processo ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Selecionar os alunos que apresentam mais dificuldades em leitura, escrita, matemática e/ou motora, observando os níveis.

As atividades das oficinas são organizadas/planejadas pelos professores na coordenação.

Os professores permanecerão nas salas e os alunos mudarão de turma seguindo o cronograma estabelecido.

As oficinas serão organizadas em LEITURA, MATEMÁTICA e ESCRITA.

A organização / divisão dos alunos será na entrada após as outras turmas entrarem.

REAGRUPAMENTO INTERCLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que seja realizado bimestralmente e após cada experiência deve se avaliar o trabalho para sanar quaisquer falhas. A equipe de coordenação estará envolvida, facilitando o desenvolvimento do projeto e providenciar crachá com nome do professor para identificação dos mesmos. O período de execução será de uma semana, podendo ser ampliado pelo mesmo período.

REAGRUPAMENTO INTRACLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que se realize dentro do ambiente da sala de aula e será desenvolvido pelo professor regente. Nele, os alunos são agrupados de acordo com suas potencialidades e necessidades e as atividades são planejadas e aplicadas de acordo com os níveis. Este reagrupamento deverá ser realizado durante todo o ano letivo, observando nas necessidades da turma. O planejamento para os grupos/níveis ocorrerá sempre que o professor avaliar o desenvolvimento dos alunos com vistas à formação de novas equipes de trabalho.

REAGRUPAMENTO EXTRACLASSE:

Este reagrupamento tem em sua proposta inicial um trabalho mais individualizado para àqueles alunos que demonstrem mais dificuldades em sala de aula, necessitando de uma atenção individualizada. O planejamento deverá ser feito junto à Coordenação Pedagógica, bem como sua avaliação ao final de cada processo. Este projeto se realizará em horário contrário ao da aula e contará com um grupo reduzido de alunos. O professor regente avaliará a necessidade do mesmo e convocará a família para acompanhar o aluno no decorrer deste projeto. A frequência dos atendimentos será definida pelo professor regente, bem como os alunos que precisam deste atendimento diferenciado.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

A Escola Classe 116 de Santa Maria oferece Ensino Fundamental I aos seus alunos matriculados, com idade entre 6 a 12 anos. A escola está consciente de seu papel social e transformador, sendo assim, busca desenvolver o ensino criando condições e situações desafiadoras e mediando a construção do conhecimento através de experiências concretas.

Santos (2012) ressalta que, quando na escola há desconhecimento acerca dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ela fica impossibilitada de planejar estratégias de intervenção educativa que auxiliem o desenvolvimento cognitivo deles. Assim a escola acaba colaborando para legitimar, mesmo que de forma indireta, o fracasso escolar, a segregação e a exclusão social desses alunos. Em gral, esse problema tende a se agravar porque muitos profissionais da educação possuem um conceito subjetivo e superficial a respeito das dificuldades de aprendizagem, deixando de considerar e avaliar os fundamentos científicos subjacentes.

A Escola Classe 116, sempre buscou observar os seus estudantes e intervir em todos os aspectos: cognitivo, social e afetivo, foi assim, que surgiram algumas inquietações suscitadas pelas seguintes problemáticas: estudantes que precisavam permanecer mais tempo na escola, pois corriam risco social, ficando em ambientes inapropriados depois do horário da aula, insegurança ao realizar as atividades em sala de aula, desestimulo e comportamentos de hostilidade com os seus pares. Com o objetivo de ajudar esses estudantes, que a Instituição Educacional, aderiu ao Projeto da Educação Integral no ano de 2015, buscando aperfeiçoar e aprimorar o ensino aprendizagem, com atividades diferenciadas em turno contrário, resgatando os valores e a autoestima, de crianças que ao longo da sua vida escolar, apresentaram comportamentos de incapacidade.

Atualmente temos o Programa Novo Mais Educação/MEC que tem como objetivo: ampliação do tempo do estudante na escola, para no mínimo 7h diárias. Com esse novo Programa a escola passa a ofertar educação em tempo integral possibilitando a reorganização do espaço escolar por meio de atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Nesse programa a escola atende cem alunos, que foram selecionados, observando-se os critérios de seleção do programa que são: estudantes com alfabetização incompleta ou letramento insuficiente, beneficiários de programas

sociais, estudantes que apresentam defasagem idade/ano, disponibilidade para frequentar os cinco dias da semana.

A escola conta ainda com profissionais que são atores nesse processo e realizam o acompanhamento pedagógico dos estudantes. Neste âmbito temos:

- Coordenador/articulador da escola, responsável pela coordenação e organização das atividades do programa na escola;
- Mediador da aprendizagem, responsável pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico em português e matemática;
- Articulador, responsável pela realização das 7 (sete horas e atividades de livre escolha da escola.

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Educação, através da portaria MEC nº 1.144/2016, lançou o Programa Novo Mais Educação. Este programa tem a finalidade de realizar acompanhamento pedagógico em Língua portuguesa, Matemática e desenvolver outras habilidades por meio de atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes do ensino fundamental.

Diante disso, a Escola Classe 116 decidiu participar do Programa de Educação em Tempo Integral e ampliar a permanência dos alunos na escola por um período de 7 horas/dia ofertando atividades que possibilitem aos mesmos, desenvolver as habilidades de leitura, escrita e matemática. A priori cem alunos estão matriculados nesse projeto.

De acordo com Bourdieu (2012), a escola não é neutra, separada do contexto social, ela reproduz os privilégios existentes na sociedade, beneficiando os já socialmente favorecidos. Sendo assim, sob a aparência de neutralidade ela exerce a violência simbólica e não promove a democratização e a ascensão social porque reproduz privilégios existentes.

Freire (1996) pontua que, o objetivo da educação é conscientizar o aluno, das classes desfavorecidas, a entender sua situação como oprimido e agir em favor da própria libertação. Condena o ensino oferecido pela escola burguesa e a educação bancária, aquela em que o professor deposita o conhecimento em um aluno receptível e dócil. Para este autor, este modelo, trata-se de uma escola alienante, que mata a

curiosidade, o espírito investigador, a criação e a produção de conhecimentos. A valorização da cultura do aluno é a chave para o processo de conscientização.

Para melhor atender os alunos participantes do programa foi necessário adaptar o espaço escolar, organizar uma sala para a realização das oficinas, e adquirir recursos pedagógicos. As atividades a serem trabalhadas foram organizadas em oficinas assim distribuídas:

- Oficina de letramento e matemática;
- Oficina de jogos e matemática;
- Oficina de Artes plásticas/visuais;
- Oficina de Artes Cênicas;
- Educação Física - kickboxing;
- Educação Física – capoeira;
- Oficinas de música/flauta.

Essas oficinas buscam colocar o aluno como ator do seu processo de aprendizagem, pois se tornará participante ativo em todas as atividades, tendo a oportunidade de vivenciar a prática e o concreto tornando o seu aprendizado mais significativo.

Segundo Guimarães e Bolsanello (2007), é necessário o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem de forma prematura, pois as mesmas concorrem para o abandono escolar quando o estudante se sente inferiorizado frente ao desempenho de seus pares.

Acreditamos que, a partir dos estímulos das inúmeras habilidades das crianças, alcançaremos um desenvolvimento amplo de suas potencialidades e consequentemente contribuirá para sua alfabetização e letramento.

OBJETIVO GERAL

Promover a alfabetização, letramento e matemática de maneira significativa e lúdica, incentivando a criança a adquirir o gosto pela leitura, escrita e desenvolver o raciocínio lógico, a fim de conquistar sua autonomia e criticidade, adquirindo condições para participar na sociedade como cidadãos ativos e conscientes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreensão e valorização da cultura escrita (letramento);
- Apropriação do Sistema de Escrita (alfabetização);
- Desenvolvimento da Oralidade;
- Reproduzir através de desenhos as histórias (produção e reprodução de histórias);
- Dramatizar (encenar as histórias contadas);
- Desenvolver o senso crítico;
- Transformar-se em atores e autores de suas histórias;
- Distinguir os diversos temas das histórias para saber diferenciar um conto de uma fábula, uma aventura, um drama e etc;
- Incentivar a criatividade e a expressividade;
- Despertar o gosto pela leitura e atividades lúdicas;
- Reconhecer e utilizar números naturais e racionais no contexto diário;
- Reconhecer o agrupamento em base 10 e sua relação com o Sistema de Numeração Decimal: ordens, classes e valor posicional;
- Escrever, comparar e ordenar números naturais de qualquer grandeza;
- Resolver situações-problema envolvendo adições, subtrações, multiplicações e divisões com números naturais, por meio de estratégias pessoais e do uso de técnicas operatórias convencionais.

DESENVOLVIMENTO

As atividades da Educação Integral serão organizadas em oficinas pedagógicas listadas abaixo e descritas na sequência:

- Oficina de alfabetização e letramento;
- Oficina de jogos e matemática;
- Oficina de Artes Plásticas;
- Oficina de música/flauta;
- Educação com Movimento – capoeira;
- Oficina de Artes Cênicas;

Durante o contexto do ensino remoto imposto pela Pandemia da Covid-19 o projeto da Educação Integral ficará temporariamente suspenso sendo a coordenação

desse projeto direcionada para mediar outras atividades pedagógicas de apoio ao corpo docente e equipe gestora.

Oficina de Letramento e Alfabetização

Produzir bons leitores é o grande desafio atual da escola, visto que alguns dos nossos alunos chegam ao final do Ensino Fundamental sem o domínio pleno dessa habilidade, percebendo informações implícitas e explícitas dos textos.

É preciso entender que o ensino atinge um nível muito mais satisfatório, quando se desperta o interesse das crianças, para isso, é necessário ir além dos métodos tradicionais utilizados, transformando a alfabetização em um processo dinâmico e criativo através de jogos, brincadeiras, brinquedos e músicas.

Observando essa realidade, que a Oficina de Letramento e Alfabetização vem buscar uma metodologia diferenciada, onde se utilizará de atividades lúdicas que levem os estudantes a refletir sobre a leitura escrita e matemática, que redirecione o fazer pedagógico, assegurando a aprendizagem dos sistemas linguísticos, melhorando assim o desempenho escolar.

Oficina de Matemática

A oficina de matemática buscará através do lúdico, envolver os estudantes nas brincadeiras, jogos e desafios apresentados e construídos. Os vários conteúdos matemáticos, serão trabalhados de forma lúdica e prazerosa, assim os alunos perceberão que é possível aprender matemática de forma divertida, bem como contribuindo para o aumento da criatividade, criticidade e inventividade, capacidade de resolver problemas, além de ensinar também os estudantes a lidar com sentimento de perda, ganho e respeito a regras, habilidades importantes para o aprendizado da matemática.

Deixar o aluno participar da confecção de alguns jogos (aqueles feitos de materiais reciclados) também é um bom estímulo para que a prática e jogos na sala de aula fiquem mais interessantes e significativas para eles.

Nesse contexto, serão utilizados: dominós, xadrez, baralho matemático, bingo, jogo da memória, mercadinho, jogo com material dourado e outros.

Oficina de Artes Plásticas/Artesanato

A arte promove a ampliação do conhecimento de mundo que a criança já possui. Elas têm suas próprias impressões, ideias e interpretações sobre a produção de arte e o fazer artístico. Tais construções são elaboradas a partir de suas experiências ao longo da vida, que envolvem a relação com a arte, com o mundo dos objetos e com seu próprio fazer.

As crianças exploram, sentem, agem, refletem e elaboram sentidos de suas experiências. A partir daí constroem significações sobre como se faz, o que é, para que serve e sobre outros conhecimentos a respeito da arte. É no fazer artístico e no contato com os objetos de arte, que parte significativa do conhecimento em artes visuais acontece.

Com a Oficina de artes os estudantes poderão: desenhar livremente, reproduzir modelos reais, fazer releitura de obras importantes, visitar exposições, museus, experimentar técnicas de pintura variadas e etc.

Oficina de Música/Dança

A oficina de música, visa expor a criança a mais um estímulo, dentro do espaço escolar, que venha a colaborar com o seu processo desenvolvimento, tornando-as receptiva e participativa.

A música, enquanto um processo educacional, não se resume simplesmente na aquisição de habilidades, mas sim, poderá contribuir para o aprimoramento das habilidades básicas e desenvolvimento das potencialidades, favorecendo a criatividade e o processo de construção do conhecimento.

Diante disso, a escola por meio do programa de educação em tempo integral, propõe a organização dessa oficina por meio de atividades, que levem o aluno a criar diferentes movimentos, através dos estímulos musicais, ritmos e improvisos, transformando brincadeiras em danças e sons em melodia.

Oficina de Artes Cênicas

Essa oficina visa oportunizar momentos e atividades em que as crianças, através das diversas linguagens, consigam se expressar cada vez melhor. Por meio da representação e brincar, a criança vai construindo consciência da realidade e, ao mesmo tempo, já vive uma possibilidade de modificá-la.

Tal como um adulto, procura compreender o mundo e as ações humanas do seu cotidiano; assumindo diversas personalidades e representa diferentes papéis: é a capacidade inventiva da criança.

Para isso pretendemos utilizar várias ferramentas e recursos, tais como: dramatizações livres, dramatizações com texto, jograis, recitações, improvisações, jogos dramáticos, expressão corporal e vocal, caracterização de personagens, teatro de fantoches entre outras expressões teatrais.

AVALIAÇÃO

A avaliação está diretamente ligada com a definição dos objetivos específicos. É um instrumento essencial para registro das competências que os alunos adquiriram. A abordagem didática específica destas áreas implica a escolha de instrumentos de avaliação diversificados. A avaliação contínua permite fazer o registro do progresso dos alunos. O professor procede à avaliação utilizando fichas de observação, uma lista de verificação e tomando nota das observações. Os outros meios, tais como o dossiê individual, as fichas de auto-avaliação, os trabalhos individuais e coletivos também podem ser empregados.

CONCLUSÃO

Todo ser humano possui limitações em algo, alguns sobressaem em determinadas situações, mas apresentam dificuldades em outros momentos, sendo assim se faz necessário uma mediação consciente dessa dificuldade.

No ambiente escolar, todo estudante precisa de uma mediação, uma ajuda, sendo assim, a escola não pode se omitir perante esse fato, pois ela é a única esperança como mediadora do processo de ensino aprendizagem, principalmente das crianças que apresentam mais dificuldades nesse processo, pois já são excluídas socialmente.

A Escola Classe 116 busca com esse programa, um conceito de Educação em tempo integral, que se preocupa em ir além da ampliação da jornada escolar, mas pressupões uma mudança de visão sobre a educação, isso significa que além de se preocupar em garantir o aprendizado da leitura e escrita, buscar também preparar os alunos para se inserirem plenamente na sociedade através do trabalho, cidadania e relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 11.ed. Petrópolis: Vozes,1994.

FONSECA. V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PATTO, Maria Helena Souza. Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia. –São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

SANTOS, Marcos Pereira. Dificuldades de Aprendizagem na Escola: Um Tratamento Psicopedagógico. – 1º.ed. – Wak, 2012.

SOUZA JARDIM, W. R. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental: manual de identificação e intervenção. São Paulo: Loyola,2001.

WERNER, Jairo. Saúde & Educação Desenvolvimento e Aprendizagem do Aluno. -- 1º ed. – Gryphus, 2001.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO INFORMÁTICA NA ESCOLA: COMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DA APRENDIZAGEM

Professoras:

Laurinda do Nascimento Costa

Ângela Ferreira da Silva Gonçalves

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que as tecnologias da informação e comunicação exercem um enorme fascínio sobre o público infantil, o laboratório de informática na escola torna se uma ferramenta eficiente no apoio à aprendizagem, uma vez que faz parte do cotidiano dos estudantes, desperta o interesse dos mesmos e possibilita o acesso a uma fonte inesgotável de conhecimentos através da internet e favorece o contato e interação com culturas diversas.

Dessa forma o Laboratório de Informática da escola torna-se um incentivo a mais ao trabalho executado pelo professor em sala de aula e nas salas de aulas virtuais Classroom em tempos de Pandemia, principalmente em relação aos alunos desmotivados e com dificuldade de aprendizagem.

O uso da tecnologia não como “máquina de ensinar”, mas, como uma nova mídia educacional: o computador passa a ser uma ferramenta educacional, uma ferramenta de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade de ensino (VALENTE, 1993, p. 5).

Com o objetivo de desenvolver e melhorar a qualidade da aprendizagem, as escolas aderem cada vez mais ao uso das NTICs na educação. Segundo Valente (1997), a história da Informática na Educação no Brasil data de mais de 20 anos. Nasceu no início dos anos 1980, sendo considerada por órgãos governamentais como um fator para promover o avanço científico e tecnológico da sociedade, e se estabeleceu através de diversas atividades e programas, permitindo que essa área hoje tenha uma identidade própria e raízes sólidas.

Porém, a disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas brasileiras tem tomado caminhos diferentes dos outros países. Apesar disso, os avanços pedagógicos conseguidos através da informática são similares.

O ProInfo, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, foi criado pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 522 em 09/04/1997, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto n° 6.300, o ProInfo passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como

principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

JUSTIFICATIVA

A sala de aula com o quadro branco à frente e cartazes emoldurando as paredes já não bastam para chamar atenção de nossos alunos e despertar nos mesmos a vontade de aprender, pois fora da escola muitos tem acesso a computadores com internet, smartfones, tablets e outras tecnologias que proporcionam entretenimento e possibilidade de acesso rápido aos conhecimentos que necessitam no cotidiano. Dessa forma a utilização do laboratório de informática como espaço de complementação e expansão da aprendizagem torna se um recurso importante na busca de uma educação de qualidade.

OBJETIVOS GERAIS

- Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na escola;
- Utilizar os recursos disponíveis no Laboratório de Informática da escola como complementação e expansão da aprendizagem;
- Utilizar as ferramentas do ambiente G Suíte;
- Suporte a Comunidade Escolar no Ensino Remoto mediado pelas tecnologias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Utilizar os softwares Jclic e Hot Potatoes;
- Utilizar ferramentas do Google, tais como: Plataforma Sala de Aula, Google Forms, Apresentações do Google, Google Sites e Google Meet;
- Produzir textos individuais e coletivos;
- Realizar pesquisas com a orientação do professor;
- Utilizar mídias sociais;
- Utilizar ferramentas como kahoot!, Quiz, WhatsApp e vídeos educativos;
- Utilizar Jogos educativos produzidos da Escola e disponíveis na rede;
- Utilizar vídeos do Youtube.

METAS

O público atendido consiste nos estudantes da EC 116. Com o desenvolvimento do trabalho proposto espera-se que esses alunos alcancem avanços significativos em seu desempenho escolar, pois grande parte desses alunos são oriundos de famílias carentes e embora as NTICs sejam realidade para muitos, grande parte desses alunos não conta com computar e acesso à internet em suas casas. Dessa forma o computador da escola é a única opção de acesso à internet. As atividades desenvolvidas no laboratório não consistem em cursos de informática, e sim na utilização da informática como potencializador da aprendizagem inserindo a mesma em todas as disciplinas ministradas na escola.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Com o objetivo de alcançar as metas traçadas, implementamos algumas ações que viabilizar a execução do ensino remoto mediado pelas tecnologias e ampliar o desempenho de nossos alunos e professores.

I. Implementação e elaboração das atividades pedagógicas do cotidiano, questionários, avaliações e atividades diversas de leitura, escrita, raciocínio lógico(matemática) no Google Forms, além da adaptação das avaliações de larga escala, tais como: Provinha Brasil, Prova Diagnóstica, Letramento e demais avaliações de desempenho pedagógico em Google Forms com o objetivo de serem usados como simulados pelos alunos;

II. Elaboração de atividades de Leitura, Escrita, Interpretação e Matemática nas Apresentações do Google e do Meet;

III. Elaboração de sequências de atividades pedagógicas nos Softwares Jclic e Hot Potatoes;

IV. Utilização do Google Sites para disponibilizar as atividades elaboradas no Google Forms e Apresentações do Google para os alunos realizarem no Laboratório de Informática e na Plataforma Google Sala de Aula. além de disponibilizar links de sites e o WhatsApp com atividades pedagógicas online relevantes ao aprendizado dos alunos;

V. Levantamento e seleção de sites que disponibilizam atividades pedagógicas online e ou conteúdos pedagógicos que sejam relevantes como fonte de pesquisa para os alunos e professores;

VI. Utilização da Sala de Aula Virtual do Google como ferramenta de planejamento do trabalho pedagógico do Laboratório de Informática; a Sala de Aula Virtual é o principal canal de comunicação entre as professoras do Laboratório de Informática e demais professores da escola, lá são disponibilizadas as atividades de acordo com o planejamento de cada grupo de série, cabendo ao professor regente acessar esse ambiente virtual e escolher a atividade a ser trabalhada com sua turma, a escolha pode ser através das atividades sugeridas pelo Laboratório de Informática ou de iniciativa do próprio professor regente.
VII. Disponibilização de atividades desenvolvidas no Laboratório através da Plataforma de Recursos Educacionais Digitais do MEC.

EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe de profissionais responsáveis pela proposta de trabalho ora apresentada são as professoras Laurinda do Nascimento Costa e Ângela Ferreira da Silva Gonçalves, ambas professoras readaptadas.

A professora Laurinda é responsável pelo atendimento no turno matutino e a professora Ângela pelo turno vespertino. O turno contrário, horário de coordenação, é utilizado para elaborar, organizar, dar suporte aos professores e comunidade escolar e sugerir aos professores regentes as atividades a serem trabalhadas no Site do Laboratório e nas Plataformas.

CRONOGRAMA

As atividades serão realizadas no decorrer do ano letivo. As turmas da escola serão atendidas uma vez por semana em dias pré-determinados com a duração de 50 minutos no Ensino presencial e no Ensino remoto o atendimento está sendo compatível com a carga horária.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, através da observação do desenvolvimento dos alunos no presencial e no ensino remoto e das opiniões de professores, equipe gestora, pais e alunos.

Para acompanhamento das atividades, segue o site do Laboratório de Informática: gg.gg/lab.116

BIBLIOGRAFIA

VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP. 1993.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO HORA DO RECREIO

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

JUSTIFICATIVA

O projeto Hora do Recreio foi pensado devido à grande quantidade de conflitos e pequenos acidentes ocorridos neste horário. Percebemos que sem uma orientação e atividades direcionadas, os alunos ficam mais agitados e agressivos, comprometendo a segurança física do grupo como um todo.

Acreditamos que a hora do recreio deve ser um momento divertido que proporciona lazer e entretenimento para os nossos estudantes. Portanto, a necessidade de fazer um recreio diferente, criando espaços e oportunidades para que as crianças desenvolvam o hábito de brincar com respeito e segurança. Este projeto se inter-relaciona com o projeto da escola intitulado “Semeando saberes”, pois proporciona a mudança de comportamento, oportuniza atividades físicas, através das brincadeiras e diversos jogos.

OBJETIVO GERAL

- Aperfeiçoar o horário do recreio, proporcionando aos alunos atividades dirigidas conscientizando os mesmos sobre a importância do brincar com respeito e segurança.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver atitudes de respeito, promovendo a sociabilidade com seus pares;
- Ensinar e valorizar novas brincadeiras, jogos e danças, estimulando o potencial lúdico das crianças;
- Desenvolver a coordenação motora e pensamento lógico;
- Promover um ambiente seguro e organizado para a brincadeira;
- Tornar o horário do recreio mais prazeroso;
- Diminuir os conflitos e pequenos acidentes.

DESENVOLVIMENTO

A escola adquiriu material recreativo como: cestas e bolas de basquetes, cordas, elásticos, etc; para promover um recreio descontraído ao som de músicas.

O recreio acontecerá no pátio em espaços organizados para cada brincadeira. O recreio contará com a participação do corpo docente e coordenação.

Haverá escala com os nomes dos profissionais que deverão direcionar as brincadeiras e ajudar durante o recreio no dia da semana determinado.

As brincadeiras durante o recreio não seguirão critérios, ficando a cargo do grupo de professores, porém segue abaixo, sugestões de atividades:

- Segunda-feira – corrida do saco
- Terça-feira – músicas (just dance) com o auxílio do data show
- Quarta-feira – dança da cadeira
- Quinta-feira - músicas (just dance) com o auxílio do data show
- Sexta-feira – dia do brinquedo

RECURSOS

- Humanos: coordenação pedagógica, servidores e professores voluntários.
- Materiais: jogos, cadeiras, sacos, brinquedos, corda, músicas selecionadas e data show.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada ao longo do processo nas coordenações coletivas, analisando os resultados obtidos ou não com o desenvolvimento do projeto, principalmente, em relação às atitudes dos estudantes.

Dado a suspensão das aulas presenciais no contexto da Pandemia, esse projeto encontra-se temporariamente suspenso.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO LER ARTE

PROFESSORES:

Denílson Araújo

Patrícia Alves Breyer

Raquel Souza de Almeida

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO

O papel da escola é fundamental no processo de criar no aluno o hábito pela leitura. São muitas as atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula.

A leitura tem impacto sobre todas as outras matérias escolares. E é um fator importante para o processo de ensino aprendizagem. A ideia é oferecer ferramentas que ajudam a desenvolver toda a capacidade dos alunos em sala de aula. Incorporar a leitura à rotina dele.

Tudo começa com a doação de livros, aquisição de acervo literário, caixa estante, caixa do PNLD/FNDE, projeto trilhas, revistas, jornais, gibis e outros. Com todo esse suporte surgem as oficinas de arte, música, interpretação teatral complementam o projeto, mas a principal característica é a mediação com a leitura.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver no educando o hábito pela leitura e pela escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar o desenvolvimento curricular, articulando a Biblioteca com as estruturas pedagógicas e os professores, proporcionando abordagens diversificadas no processo de ensino e aprendizagem, de modo a promover o sucesso escolar;
- Dinamizar atividades culturais e lúdicas, oficinas de artes que contribuam para enriquecimento curricular, desenvolver assim o hábito pela leitura;
- Criar espaços para exposições, encontro de escritores, concursos de leitura e escrita, feiras de livros, destaques de livros, notícias de interesse escolar e comunitário e trabalhos elaborados pelos alunos;
- Fornecer material bibliográfico aos professores e estudantes.

DESENVOLVIMENTO

Através das artes cênicas, artes visuais, música e dança, interpretando textos e livros do acervo literário, estimulando assim o interesse, o hábito pela leitura, o debate de temas, a pesquisa e a apreciação de diferentes autores e ilustradores.

Os envolvidos nesse projeto, também ajudarão a escola na realização de algumas ações do Projeto “Semeando Saberes”, bem como nas atividades desenvolvidas na própria biblioteca, a saber:

ESCOLHA DE UM GÊNERO TEXTUAL BIMESTRAL

Esse será um momento onde o grupo de professores do 1º ao 5º e turmas de TGD irão escolher durante as coletivas, o gênero textual que será trabalhado mensalmente. No planejamento por ano/série, haverá a escolha dos textos com o apoio dos profissionais da biblioteca.

HORA DA LEITURA

A Hora da Leitura irá contemplar do 1º ao 5º ano e turmas de TGD, é um momento onde a escola irá parar suas atividades durante trinta minutos, todas as quartas-feiras às 8:00 no turno matutino e 13:30 no turno vespertino, para todos participarem da leitura de algum gênero literário, haverá uma música instrumental para dar início a leitura. De início, durante um mês, haverá um carrinho saindo da biblioteca, deixando um livro em cada sala, para o professor ler para os alunos, após essa data o professor poderá utilizar as caixas de livros da biblioteca previamente agendado ou confeccionar sua própria caixa de leitura.

CARRINHO DA LEITURA

A escola terá um ou mais carrinhos de supermercado adaptados e ornamentados, para que os profissionais da biblioteca possa levá-lo durante um mês para as salas de aula no momento da hora da leitura. O professor também poderá utilizá-lo, pois o mesmo contém uma diversidade de textos, tais como: jornais, revistas, contos, poesias, revistas em quadrinhos e outros.

SACOLA DA LEITURA

O objetivo dessa sacola é levar a leitura a toda família. Nela a criança sorteada levará para casa livros, revistas, informativos e outros, previamente selecionados ou (emprestados da biblioteca) pelo professor e convidará a família para um momento de leitura coletivo. Em seguida, fará o registro dessa atividade juntamente com seu

responsável através de desenhos ou preenchimento da FICHA DE LEITURA, que deverá conter um espaço para observações da família.

CHÁ LITERÁRIO

Será um momento que irá envolver todas as turmas da escola e acontecerá uma vez ao ano. Nesse dia os alunos conhecerão vários gêneros literários e autores, no espaço da biblioteca. Os mesmos também participarão de uma contação de história, resgatando a magia e o incentivo a leitura.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

É uma atividade que envolve todas as turmas da escola, acontece uma vez ao mês, onde um profissional da biblioteca ler uma história para cada turma, incentivando assim o gosto pela leitura, com o objetivo também de desenvolver nos educandos a capacidade de identificarem informações explícitas e implícitas nos textos.

VIRTUALTECA

Com o advento da pandemia causada pelo covid-19 fez-se necessário a criação de mecanismos para fomentar o acesso a leitura e a continuação dos trabalhos desenvolvidos pela biblioteca, deste modo a virtual teca EC 116 foi criada seguindo o GPLEI em seu Guia de Orientações para os Profissionais Atuantes em Bibliotecas Escolares e Escolares-Comunitárias em Contexto de Atividades Escolares durante a Pandemia de Covid-19.

A virtualteca (http://gg.gg/virtualteca) em sua plataforma tem abas especificas: artes, contos/poesia, culinária, gibis, literatura infanto juvenil e jogos. Cada aba tem vídeos, voltados para a mediação de leitura (contação de histórias, leitura de livros ou de trechos de livros), vídeos de artesanatos, vídeos referentes as datas comemorativas, receitas entre outros; catálogo com lista de links para acesso a bibliotecas; lista de links relativos a vídeos e livros digitais gratuitos; lista de plataformas de jogos educativos virtuais e gratuitos.

Outra atividade desenvolvida pela equipe da virtualteca são as Lives com escritores objetivando a interação entre os alunos e autores, de modo que os estudantes sintam-se motivados com o universo literário.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada ao longo do processo pela equipe da Biblioteca nas coordenações coletivas junto aos professores, análise dos resultados obtidos junto à equipe gestora e comunidade escolar.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO HORTA ESCOLAR

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO

As atividades ligadas ao uso do solo tais como revolver a terra, plantar, arrancar mato, podar, regar não só constituem ótimo exercício físico como representam uma forma de aprendizado saudável e criativo, tal qual o contato com as coisas da natureza. Este projeto procura apresentar atividades que despertem o interesse do aluno no cuidado com o ambiente.

Neste projeto, as pessoas devem atuar sempre com muita responsabilidade e compromisso. Os alunos e professor da turma devem estar presentes na maioria das etapas e atividades desenvolvidas na horta, tais como: preparação do solo, seleção das espécies a serem cultivadas, plantio, cuidados com a horta e colheita.

Os professores devem auxiliar e acompanhar os alunos no desenvolvimento e manutenção da horta e na supervisão dos trabalhos.

PÚBLICO ALVO

Todos os estudantes, docentes e comunidade escolar da Escola Classe 116.

TEMPO DE DURAÇÃO

Dois semestres. Entendendo que se caracteriza como uma atividade continuada e que a cada ano, novas turmas darão continuidade, o projeto seguirá até enquanto durar a consciência coletiva de sua importância na escola.

OBJETIVO GERAL

- Sensibilizar e conscientizar as crianças e a comunidade escolar de que a vida depende do ambiente e o ambiente depende de cada cidadão deste planeta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Despertar o interesse das crianças para o cultivo de horta e conhecimento do processo de germinação;
- Dar oportunidade aos alunos de aprender a plantar e cultivar plantas utilizadas como alimento principal na alimentação diária;
- Conscientizar da importância de estar saboreando um alimento saudável e nutritivo;

- Degustação do alimento semeado, cultivado e colhido;
- Criar, na escola, uma área verde produtiva pela qual todos se sintam responsáveis;
- Estimular os alunos a construírem seu próprio conhecimento no contexto interdisciplinar;
- Contextualizar os conteúdos aos problemas da vida urbana;
- Construir a noção de que o equilíbrio do ambiente é fundamental para a sustentação da vida em nosso planeta.

JUSTIFICATIVA

Um número crescente de educadores tem refletido e muitas vezes buscado cumprir o importante papel de desenvolver o comprometimento das crianças com o cuidado do ambiente escolar: cuidado do espaço externo e interno da sala ou da escola, cuidado das relações humanas que traduzem respeito e carinho consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

A reflexão sobre o ambiente que nos cerca e o repensar de responsabilidades e atitudes de cada um de nós, gera processos educativos ricos contextualizados, significativos para cada um dos grupos envolvidos. Neste contexto, o cultivo de hortas escolares pode ser um valioso instrumento educativo.

O contato com a terra no preparo dos canteiros e a descoberta de inúmeras formas de vida que ali existem e convivem, o encanto com as sementes que brotam como mágica, a prática diária do cuidado – regar, transplantar, tirar matinhos, espantar formigas é um exercício de paciência, do compartilhar e perseverança até que a natureza nos brinde com a transformação de pequenas sementes em verduras e legumes viçosos e coloridos. São aspectos produtivos no desenvolvimento da formação humana.

Hortas escolares são instrumentos que, dependendo do encaminhamento dado pelo educador, podem abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada e promover vivências que resgatam valores sócio educativos.

Valores tão bem traduzidos no livro Boniteza de um Sonho, de Moacir Gadotti (2004) “Um pequeno jardim, uma horta, um pedaço de terra, é um microcosmos de todo o mundo natural”. Nele encontramos formas de vida, recursos de vida, processos

de vida. A partir dele podemos conceitualizar nosso currículo escolar. Ao construí-lo e cultivá-lo podemos aprender muitas coisas.

As crianças o encaram como fonte de tantos mistérios! Gadoti, mostra os valores da emocionalidade com a Terra: a vida, a morte, a sobrevivência, os valores da paciência, da perseverança, da criatividade, da adaptação, da transformação, da renovação".

RESULTADOS PREVISTOS

- Maior integração do corpo docente;
- Melhora no nível de socialização do aluno;
- Desenvolvimento das habilidades específicas do aluno;
- Melhora do nível de higiene do ambiente escolar;
- Conscientização da necessidade de conservação dos recursos naturais.
- As turmas envolvidas no projeto poderão realizar pesquisas sobre:
- O solo, o clima e os alimentos;
- Os alimentos e o seu valor nutricional;
- A importância do solo na reprodução de alimentos;
- Os cuidados com a preparação do solo
- E alimentos e seu valor nutricional;
- Coletas de Receitas pesquisadas junto a familiares e outras pessoas da comunidade que contenham os alimentos cultivados na horta;

PROCEDIMENTOS

O planejamento do projeto deve ser feito de modo que os alunos acompanhem todas as etapas do cultivo, participando diretamente de cada uma delas. Ervas e Temperos (1991).

A cada semestre, pode ser escolhida uma verdura para ser cultivada. Entretanto, antes que os alunos comecem a ter contato com a terra e as sementes, é importante que o professor procure envolvê-los em uma atividade lúdica que desencadeie a questão do cultivo.

Para implantar o projeto, vamos precisar de:

- Um terreno para desenvolver a horta;
- Apoio e participação coletiva dos alunos, professores e da comunidade;

- Recursos como adubos, sementes e ferramentas necessárias ao cultivo de hortaliças como: luvas, pazinhas, rastelos e regadores apropriados para crianças.

  As vantagens de ter uma horta:
- Fornecimento vitaminas e minerais importantes à saúde dos estudantes e de toda comunidade;
- Permite a colaboração dos estudantes, enriquecendo o conhecimento de forma interdisciplinar;
- Estimula o interesse das crianças pelos temas que serão desenvolvidos com a horta.

1ª ETAPA:

- Visitação à horta:
- Reconhecimento do espaço em que será feito o plantio. Nesta etapa, o professor deve aproveitar para conversar com os alunos, abordando questões como o que é uma horta, para que serve e o que podemos plantar.
- Exploração do espaço da horta, mostrando suas partes e os instrumentos que serão utilizados para a semeadura, como manusear, com segurança, o rastelo, a pá, o regador Preparação da terra:
- Depois de uma aula sobre plantio, os alunos começam a preparar a terra afofando-a, desmanchando os torrões que se formam e molhando-a.

2ª ETAPA:

- Apresentação do que será plantado (explicar às crianças as características e o valor nutricional do alimento e para que servem as vitaminas que estão contidas nele, a experimentação da verdura, conhecer o gosto do alimento para tanto, deve ser preparado algo para degustação.

3ª ETAPA:

Para o plantio, os alunos deverão ser "apresentados" à semente que será plantada. Em seguida, fazer as covas para colocação da semente. Depois da plantação, os professores devem combinar com a turma o espaço de tempo em que será feita a rega e a limpeza dos canteiros.

4ª ETAPA:

Acompanhamento do plantio, a época de crescimento da plantação, observação do crescimento da semente, limpeza e rega dos canteiros.

5ª ETAPA:

- Colheita Experimentação:

A fase final do projeto deve ser encarada como uma festa onde todas as turmas se reúnem para comer o que plantaram.

A vivência deste projeto é uma experiência muito rica para os alunos, instiga a curiosidade deles e introduz noções de Ciências Naturais desde a Educação infantil ao Ensino Fundamental.

Época de colheita para várias hortaliças:

- Rabanete: 35 dias;
- Alface, chicória, almeirão e rúcula: 40 dias;
- Espinafre: 60 dias;
- Salsa: 70 dias;
- Beterraba e cenoura: 90 dias.
- Alface e chicória: assim que apresentar de quatro a seis folhas;
- Couve, repolho e cebolinha: 30 dias

Regar:

É um dos principais momentos do cultivo de uma horta. Sem a rega, é impossível o bom desenvolvimento de qualquer planta. Ela deve ser feita da manhã bem cedo. No caso de dias muito quentes, regue também no final da tarde. Em regiões de clima mais ameno, uma rega ao dia é suficiente.

O solo do canteiro ou a terra da sementeira deve receber água de maneira uniforme, até que infiltre abaixo das sementes ou raízes, sempre tomando cuidado para não encharcar a terra.

Colheita:

É feita de duas maneiras: arranco e corte. Para alface, chicória, mostarda, beterraba, cenoura e rabanete, bastam arrancar. Salsa, cebolinha e rúcula devem ser

cortadas três dedos acima do solo Se a salsa e a cebolinha forem cortadas corretamente, poderão ser colhidas muitas vezes. Rúcula e almeirão, no entanto, podem ser colhidos, no máximo, sete vezes.

O almeirão deve ser cortado rente ao solo. No caso do espinafre, deve-se cortar apenas os ramos maiores. Para a couve, retire as folhas maiores com cuidado para não danificar os brotos centrais. Tanto o espinafre quanto a couve podem ser colhidos diversas vezes.

Controle de pragas e doenças:

- Para evitar o aparecimento de pragas e doenças, alguns cuidados devem ser tomados. O ideal é não cultivar uma única hortaliça no canteiro, pois cada planta retira um tipo de nutriente do solo e atrai um diferente tipo de praga. Nas bordas dos canteiros, cultive salsa, cebolinha e coentro. Eles funcionam como repelentes para alguns bichinhos acostumados a atacar as hortaliças.
- Numa metade, cultive alface. Na outra, beterraba. Esse procedimento ajuda a equilibrar a retirada das vitaminas do solo e confunde os bichinhos que atacam as plantas pelo cheiro, cor e forma das folhas.
- O cultivo de ervas medicinais, como melissa, capim-cidreira, poejo, hortelã, menta e boldo ao redor da horta, também é muito eficaz para espantar algumas pragas.
- A erva-doce atrai para si o pulgão que costuma atacar a couve. Se houver poucas plantas de couve na horta, pode-se fazer a lavagem das folhas retirando todos os pulgões. Se não resolver, o ideal é aplicar a calda de fumo.

Recursos materiais

Necessário os seguintes materiais para executar o projeto: Luvas, baldes, enxadas, pás, rastelos, irrigadores, mangueira, latas, sementes, adubos, entre outros. Para preparo dos alimentos ao final do processo, acrescenta-se: touca, forno, liquidificador, batedeira, entre outros.

AVALIAÇÃO

Observação periódica com registros do desenvolvimento da horta. Observação enquanto as crianças esperam e trabalham com a horta poderá ser trabalhado outras receitas.

BIBLIOGRAFIA

ACHARAM, Y.M. - As Plantas que Curam. Vol. I - 1ª edição - Ed. Li Bra. - São Paulo.

COSTA, R. Notas de Fitoterapia. - 2ª edição - Rio de Janeiro, 1958. Guia Rural – Ervas e Temperos. Ed. Abril - São Paulo, 1991.

GADOTI. Moacir. A Boniteza de um Sonho.

PRIMAVESI, A. - Manejo integrado de pragas e doenças. Ed. Nobel - São Paulo, 1988.

TEIXEIRA, A.S. - Dicas de Alimentos e Plantas para a Saúde. Ed. Tecnoprint S.A. - Rio de Janeiro, 1983.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO

EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO

Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) apresenta o Projeto Educação com Movimento (PECM) para a rede pública de ensino, orientando a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O documento reúne concepções, princípios, procedimentos e instrumentos avaliativos que norteiam a organização do trabalho pedagógico e administrativo desse profissional em consonância com os documentos curriculares norteadores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Projeto Educação com Movimento tem como finalidade precípua a ampliação das experiências corporais dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

A partir dessa política desenvolvida pela Gerência de Educação Física e Desporto Escolar, da Diretoria de Programas Institucionais, Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com as Diretorias de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, espera-se contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, possibilitando uma formação integral crítica e integrada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

OBJETIVO GERAL

Implementar a política pública de educação denominada Educação com Movimento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, ampliando as experiências corporais mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explorar os conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos e conteúdos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de educação física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de atividades, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e com o currículo da educação básica;
- Fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança de brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da educação física na organização do trabalho pedagógico da escola.

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não é uma proposta nova. Algumas iniciativas foram conduzidas em Minas Gerais, Amazonas e no município de Goiânia, despontando no Distrito Federal, no final dos anos 50 e início dos 60, com Anísio Teixeira, ao pensar o projeto de educação para a Capital da República[1]. A iniciativa, que seria referência nacional, implementou-se, à época, no projeto denominado Escola-Parque, inserindo o componente curricular Educação Física, entre outros, para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposta esta que perdura até os dias atuais.

Em 2012, inspirada na experiência da Escola Candanga (1997), a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com a Coordenação de Ensino Fundamental da Subsecretaria de Educação Básica, e com o apoio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas passa a desenvolver o Projeto Educação com Movimento (PECM), inserindo progressivamente o professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O PECM, vem expandindo progressivamente sua organização no atendimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, em 2014, passou a atender a Educação

[1] TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. 1967. p.246-253.

Infantil, inserindo-se no planejamento das políticas públicas educacionais constantes no Plano Distrital de Educação (PDE) e no planejamento estratégico da SEDF.

A ampliação desse atendimento para a Educação Infantil e a integração à política de Educação Integral requerem orientações didático- pedagógicas e administrativas que possibilitem a atuação conjunta entre o professor de educação física e o professor de atividades, com o partilhamento entre estes docentes, do planejamento e as ações voltadas para o trabalho com a cultura corporal das crianças.

O Currículo e os fundamentos norteadores do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

A Educação Física no sistema público de ensino do Distrito Federal é orientada pelo Currículo da Educação Básica, que apresenta as concepções, objetivos e conteúdos nas etapas e modalidades da educação. Este documento é a base do trabalho pedagógico do professor na escola. Discutido amplamente pelos educadores da rede pública, o Currículo é a materialização dos desejos e anseios da comunidade escolar. Ressalta-se que as orientações para o trabalho pedagógico não se configuram como um “manual”, e sim, como um documento orientador crítico que tem por objetivo pensar, articular, organizar, desenvolver e avaliar as práticas educativas das unidades escolares de forma qualificada.

A prática pedagógica do professor de Educação Física, integrada à prática pedagógica do professor de atividades, tem como objetivo fortalecer e enriquecer o trabalho educativo com a criança na educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. As aulas de educação física nestas etapas da educação básica visam à ampliação do acesso às manifestações da cultura corporal, possibilitando o desenvolvimento da linguagem corporal, umas das formas proeminentes de aprendizagem do ser humano na perspectiva da Educação Integral.

> Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valorização entre um tempo de alegria, caracterizado por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizado pelo conteúdo formal e acadêmico [...] (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno de Pressupostos Teóricos, 2014, p.25).

Assim, compreende-se que o PECM colabora para uma transformação no cotidiano da escola, onde Educação Física e pedagogia se unem, dividindo

conhecimentos e espaços antes inexplorados. É sabido que a escola tradicionalmente tem lidado de forma pouco flexível com a corporeidade das crianças, consolidando uma prática social sem ouvir as necessidades destas. De acordo com Costa (2000), as práticas escolares não percebem as crianças como sujeitos com opiniões próprias e contribuições a dar, pormenorizando as capacidades de criação e recriação de suas realidades, suas produções e culturas.

As ações psicomotoras e intelectuais, tais como o brincar, o jogar, são, portanto, produções corporais indivisíveis não apenas na criança, mas em qualquer ser humano. A fragmentação corpo e mente tem sido um paradoxo à escola pública na busca pela formação integral dos estudantes.

Diferente da visão psicológica idealista acerca da criança onde esta era paparicada ou vista como um adulto em miniatura (LAPIERRE E AUCOUTURIER, 1984), a criança vivencia o mundo ao seu redor de forma única. Não é mais possível formas de organização do trabalho pedagógico em que se acredita ser possível educar a criança, dividindo-a em corpo e mente, ou seja, a sala de aula como sendo o espaço da aprendizagem e da seriedade, e o espaço do pátio ou da quadra de esportes como sendo o espaço da recreação, e secundário ao processo de ensino e aprendizagem.

A criança aprende por meio do movimento de saltar, correr, chutar, arremessar, rolar, transpor barreiras por meio de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas. A aquisição de habilidades básicas e controle corporal permitem à criança aprimorar seus gestos e expressões de forma a possibilitar interações humanas mais diversas, no caso da Educação Física, pautadas pela ludicidade e pela conquista da autonomia e autoconfiança.

Conforme Rodrigues (2005), a linguagem corporal precede a comunicação humana e invariavelmente transcende às demais formas de comunicação. A incontestável importância das brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas e conhecimentos sobre o corpo na construção do acervo cultural e cognitivo de nossos estudantes, desde seu ingresso na educação infantil, demonstra a relevância do professor de educação física na abordagem dessa linguagem em articulação com os objetivos e conteúdos da Educação Básica previstas no Currículo.

Assim, os professores devem proporcionar metodologias nas quais estão envolvidos – o(a) professor(a) de atividades, regente da turma, o coordenador

pedagógico local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – para a concretização de uma proposta curricular integrada.

Dessa maneira, o planejamento e a intervenção do professor de educação física articulam-se ao planejamento e intervenção do professor de atividades, ou seja, requerem o exercício dos princípios epistemológicos, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, flexibilização e contextualização (DISTRITO FEDERAL, Caderno Pressuposto Teóricos, 2014, p. 66) por ambos os profissionais na organização do trabalho pedagógico. Essa perspectiva enfatiza a presença do professor de atividades como observador participante no processo ensino-aprendizagem conduzido pelo professor de educação física, visando à compreensão da especificidade da intervenção pedagógica desenvolvida por meio da cultura corporal.

Reciprocamente, o professor de Educação Física buscará se aproximar do ambiente de aprendizagem e desenvolvimento propiciado pelos professores de atividades, criando condições para que ambos possam desenvolver o processo interdisciplinar no que se refere ao planejamento, execução e avaliação de suas intervenções pedagógicas.

Base Curricular orientadora dos Anos Iniciais do Ensino do Ensino Fundamental

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental representa um avanço na compreensão da importância da cultura corporal do movimento na organização curricular da escola. As práticas corporais assumem grande importância nesta etapa, não apenas porque proporcionam às crianças momentos de ludicidade, mas porque o movimento corporal está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento das crianças.

A formação integral da criança tem como ponto de partida a prática social por meio da brincadeira, do jogo e de movimentos básicos, “vivenciados em atividades orientadas, de iniciação das danças, de ginásticas e de jogos pré-desportivos, entre outras atividades que, ao oportunizar as aprendizagens, favorecem o desenvolvimento geral do estudante” (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014, p. 20).

Compreende-se que a Educação Física não deve ser tratada como complementar aos outros componentes curriculares. Apesar de ser uma área de conhecimento centrada no movimento humano, está em contato direto com as outras

área do conhecimento, que possibilitam a interpretação da realidade e a construção da identidade e expressividade por meio da linguagem corporal.

Dessa forma, superam-se abordagens da educação física como ferramenta para canalizar as energias das crianças ou como mera atividade física que busca apenas o aperfeiçoamento motor, sendo apartada do fazer pedagógico da escola.

O planejamento, organização e intervenção pedagógica do professor precisa ter como finalidade a aprendizagem de todos os estudantes, considerando a sua realidade, a sua história de vida e o seu contexto sociocultural. Dessa forma, a interdisciplinaridade precisa ser enraizada nas relações interpessoais no fazer pedagógico do professor, superando abordagens fragmentadas e reducionistas do seu trabalho, equivocadamente centradas no aspecto cognitivo, no mérito individual e no tecnicismo-conteudista.

Neste sentido, o acesso à cultura corporal na escola, deve permitir um estilo pessoal de participação para cada estudante, evitando seguir modelos e estilos esteriotipados de movimento e de práticas. O momento é de levar os estudantes à explorarem sua corporalidade, levando em conta seus limites e potencialidades, com o objetivo de ampliar suas possibilidades de movimento, sua autonomia e seu desenvolvimento pleno. A inserção gradativa do professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes. Esta conquista vem demonstrando a importância da valorização das práticas corporais inseridas no universo da cultura corporal das crianças.

O professor de Educação Física do PECM deverá elaborar seu planejamento de ensino para esta etapa tendo como base a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, referenciado no Currículo da Educação Básica da SEDF.

Organização do trabalho pedagógico do professor

Ao pensarmos na organização do trabalho pedagógico do professor devemos avaliar que esta organização se dá de um determinado ethos social e histórico. O planejamento faz parte da própria evolução humana, e carrega consigo reflexos do contexto sócio-cultural maior da sociedade.

O planejamento da intervenção pedagógica na escola deve ir além de uma lista de conteúdos e tarefas a serem seguidos. Planejar é pesquisar e construir novas possibilidades críticas acerca da realidade dos estudantes e do próprio professor.

Para Gandin (1994), planejar é decidir que tipo de sociedade e de ser humano são esperados e que tipo de ação educativa será desenvolvida, verificando a distância real desta ação para o resultado esperado. De acordo com Libâneo (2004), o planejamento docente é um processo de racionalização, organização e coordenação prática docente, articulando a ação educativa e a realidade social.

Ao mesmo tempo, o planejamento é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Assim, o ato de planejar não se reduz ao mero preenchimento de formulários administrativos. É a ação consciente de prever a atuação do educador, alicerçada nas suas opções político-pedagógicas e fundamentada nos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que envolvem os participantes do processo de ensino-aprendizagem (escola, professores, alunos, pais, comunidade) (MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C, 2009, p. 104).

Os professores são os principais sujeitos mediadores do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Este documento se propõe a dialogar e provocar os professores de Educação Física para que avancem ainda mais no planejamento de suas intervenções pedagógicas nos diversos espaços educativos da escola.

Não existe “fórmula secreta” e nem “receita” para uma intervenção eficiente e eficaz, tendo em vista que a forma de enfrentar a realidade escolar e de resolver problemas está intrinsecamente ligada às especificidades de cada contexto e seus respectivos processos de construção. Essa construção contextual requer o delineamento específico do professor no que tange o conhecimento escolar, pois historicamente a escola tem pormenorizado o saber popular ou tudo que transgrida o conhecimento tradicional, que é transmitido de forma pronta e acabada. Seu papel não é o de mostrar como se faz, mas de provocar os estudantes, a partir da criação de situações desafiadoras, a descobrirem como fazer (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014).

As estratégias didático-pedagógicas desafiam e provocam situações de ensino-aprendizagem, levando em conta a historicidade que cada estudante carrega consigo, sua trajetória enquanto ser socialmente em construção, e participante ativo do mundo

circundante. E é só desta forma que é possível se organizarem os conhecimentos escolares e, consequentemente a prática pedagógica do professor de Educação Física.

Compreende-se que a integração do trabalho dos professores de Educação Física e de atividades se concretiza por meio da participação ativa nos espaços de coordenação pedagógica, cada qual com sua importância e características. Enquanto a coordenação pedagógica coletiva possibilita a unidade e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem da escola como um todo, as coordenações pedagógicas por área do conhecimento permitem o estabelecimento da progressão curricular, que considera a abrangência e a profundidade dos conteúdos e objetivos ligados à Educação Física. Por fim, destaca-se a imprescindibilidade da coordenação pedagógica com o professor de atividades, entendendo que este é o momento que possibilita concretamente a interdisciplinaridade.

A sistematização do planejamento do professor de Educação Física, na medida que é integrado ao trabalho pedagógico do professor de atividades, precisa compor a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, entendendo que esse registro, longe de ser uma demanda burocrática, traz consistência didático-pedagógica e coerência para a intervenção do professor de Educação Física em relação aos outros projetos e atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da unidade escolar. Além disso, possibilita avaliar com maior clareza a organização curricular da Educação Física no que tange a abrangência dos conteúdos da cultura corporal e a profundidade na abordagem desses conhecimentos, dentro do que circunscreve a especificidade da Educação Física escolar.

Ainda no tocante à organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, salienta-se que a avaliação colabora para uma perspectiva integral de formação. O alinhamento de parâmetros que articulam os níveis de avaliação educacional, entralaçando os níveis de avaliação desde a avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação institucional e avaliação em larga escala ou em rede[2], preocupa-se com a identificação de potencialidades e fragilidades do Projeto com vistas à assegurar um trabalho integrado e de qualidade aos estudantes da rede

[2] DISTRITO FEDERAL. SEDF.Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.

públcia de ensino. Os instrumentos de avaliação e a descrição metodológica de quando e com aplicá-los figura na seção posterior referente a este tema.

Princípios de funcionamento

Os princípios de funcionamento do PECM buscam orientar a inserção do professor de Educação Física em consonância com as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da formação integral dos estudantes. Esses princípios precisam ser observados no momento de modulação da unidade escolar, no que concerne a quantidade de aulas semanais e de turmas atendidas pelo professor, com vistas assegurar a qualidade da intervenção pedagógica.

Os princípios precisam ser garantidos pela equipe gestora da unidade escolar, em parceria com as Coordenações Regionais de Ensino. O não cumprimento destes poderá acarretar o desligamento da escola, que serão avaliados e orientados pela GEFID.

Princípios:

1° O professor de Educação Física deverá ter jornada de 40 horas semanais em regime de jornada ampliada, resguardando o contra turno para as atividades de coordenação pedagógica, com a exceção da situação prevista no 3° princípio;

2º O atendimento do professor de Educação Física na Educação Infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá primar em todos os casos pelo planejamento conjunto com o professor de atividades e participação efetiva nos espaços das coordenações pedagógica coletiva e por área do conhecimento. A intervenção pedagógica do professor de educação física deverá ser conjunta com o professor de atividades, firmando uma atuação pedagógica interdisciplinar;

3° Cada professor de Educação Física deverá atender, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 turmas. Na Educação Infantil, caso a unidade escolar já possua o professor e o número de turmas, por período, for inferior a 10, o docente poderá atender no regime de 20 h mais 20 h, desde que sejam preservados os momentos de coordenação pedagógica com o professor de atividades, em ambos os turnos;

4° O desenvolvimento do Projeto, quanto ao quantitativo de aulas e à duração, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será organizado assim:

duas intervenções semanais de 50 minutos, evitando-se aulas duplas ou em dias consecutivos;

5° Na Educação Infantil o professor de Educação Física deverá atender, prioritariamente, os estudantes do 2° período (5 anos), expandido gradativamente para o 1°período;

6º Nos Anos iniciais do Ensino Fundamental será priorizado o atendimento das turmas de 5º ano, expandindo para as turmas de 4º, 3º, 2º, 1º, até que se complete o máximo de 15 turmas. Caso não se consiga atender todas as turmas de um mesmo ano, poderão ser reduzidos os atendimentos deste ano para uma aula semanal.

Metodologia

O desenvolvimento metodológico do PECM foi elaborado com vistas a assegurar o trabalho interdisciplinar, operacionalizando a inserção do professor de Educação Física na organização escolar da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, estabeleceram-se as rotinas da regência do professor em um dos turnos, garantindo o outro para a realização das coordenações pedagógicas, cursos de formação continuada e realização das reuniões ordinárias do Projeto.

Salienta-se que a organização proposta na Tabela 01 faz referência ao atendimento em regime de jornada ampliada de 40 horas semanais do professor de Educação Física, exigindo adaptações para o cumprimento dos princípios do Projeto no caso da atuação de professores em regime de 20h/20h.

Tabela 01

Organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Matutino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência
Vespertino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenção Pedagógica Interdisplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada/ Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta

Matutino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenção Pedagógica Interdisplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada / Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Vespertino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência

Conforme a tabela apresentada, destaca-se um dos turnos para a realização das aulas de educação física, entendendo a necessária integração dessas intervenções com o professor de atividades para possibilitar o exercício da interdisciplinaridade. O processo de ensino de Educação Física, além de contribuir para ampliação do acervo cultural e corporal dos estudantes, possibilita o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos relacionados às mais diversas áreas do conhecimento tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa maneira, a observação participante do professor de atividades pode direcionar as intervenções didático-pedagógicas no sentido de qualificar as brincadeiras, jogos, esportes, ginásticas, lutas, danças e conhecimentos sobre o corpo para um processo de ensino integral dos estudantes, envolvendo conteúdos das áreas do conhecimento linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino religioso, no caso dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das linguagens corporal, oral, escrita, matemática, artística, digital, interações com a natureza e com a sociedade e cuidado consigo e com o outro, no caso da Educação Infantil.

O outro turno fica destinado às atividades de planejamento e de formação continuada para o professor de educação física, das quais destacam- se os momentos de coordenação pedagógica, indispensáveis à integração do seu trabalho ao projeto político-pedagógico da unidade escolar, em especial à coordenação pedagógica com o professor de atividades. Ainda serão realizadas reuniões pedagógicas, coordenadas pela GEFID/DIPEF/COETE/SUBEB, com o objetivo de socializar as experiências pedagógicas e, ao mesmo tempo, adquirir orientações administrativas e didático-metodológicas que viabilizam o desenvolvimento do Projeto.

Visando manter uma atualização constante e aprofundar as especificidades da Educação Física nessas etapas de ensino, também faz-se necessária a participação desses professores em cursos de formação continuada, promovidos anualmente pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) em parceria com a GEFID.

O processo de registro administrativo e pedagógico do professor de Educação Física vincula-se identicamente aos procedimentos de escrituração da Carreira Magistério Público da SEDF, com assinatura de folha de ponto e preenchimento de diário de classe, elaborado em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) em formato impresso, diário eletrônico e virtual, este último em fase de desenvolvimento.

Além dos procedimentos padrão de escrituração, o PECM prevê instrumentos de avaliação próprio que visam orientar numa perspectiva formativa de avaliação da aprendizagem e avaliação institucional dos professores, gestores e estudantes envolvidos no Projeto.

Ao final de cada ano, o professor de educação física deverá elaborar um relatório em formato de portfólio apresentando suas experiências desenvolvidas na escola. Os intrumentos encontram-se explicitados e detalhados na seção de avaliação.

Critérios de Expansão

A expansão do Projeto Educação com Movimento em toda a rede pública de ensino do Distrito Federal visa universalizar o acesso à Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, indicam-se alguns critérios que orientam a definição das unidades escolares aptas a integrar o PECM, considerando o melhor aproveitamento dos recursos humanos desta Secretaria, bem como a continuidade do atendimento do estudante na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Ressalta-se que os critérios não definem as unidades escolares a receber o PECM, tão somente identificam as escolas qualificadas para o atendimento, considerando a política de gestão de pessoas em direção à universalização do atendimento da educação física nas etapas contempladas pelo Projeto. Abaixo estão listados, por ordem de prioridade, os critérios de expansão:

1º Equilíbrio proporcional entre os Jardins de Infância, Centros de Educação Infantil, Escolas Classes, CAIC atendidos por Coordenação Regional de Ensino (CRE);
2º Prioridade para as unidades escolares que atendam de 10 a 15 turmas, otimizando desta forma os Recursos Humanos do Projeto, com prioridade para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação à Educação Infantil;
3º Preferência para unidades escolares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que são sequenciais em relação à Educação Infantil;
4º Prioridade para unidades escolares com instalações físicas adequadas para a prática da Educação Física;
5º Manifestação da equipe gestora comprometendo-se com o PECM, por meio de Termo de Compromisso (Anexo 1)e sua inserção no Projeto Político- Pedagógico da unidade escolar;

Esses critérios precisam ser considerados anualmente, levando em conta o atendimento do Projeto nas distintas Coordenações Regionais de Ensino, o quantitativo de turmas e estudantes nas unidades escolares, bem como o interesse das equipes gestoras em contrair as responsabilidades inerentes ao Projeto.

Avaliação

O ato de avaliar assume diferentes significados de acordo com o contexto de sua aplicação e com os objetivos de quem o aplica. No campo educacional a avaliação consiste em um conjunto de procedimentos e técnicas de registro, observação e mensuração de dados referentes às condições, processos, concepções, objetivos e conteúdos da educação na perspectiva da definição de prioridades para a elaboração e retroalimentação do planejamento.

Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos/procedimentos pelos quais a análise qualitativa se sobreponha àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. Dessa sobreposição decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados, por si só, não são capazes de atingir. (DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, SEDF, 2014-2016. p. 12).

A avaliação tem como objetivo compreender as especificidades de cada unidade escolar em seus três níveis (aprendizagem, institucional e em redes),

considerando a gestão, o professor e o estudante. A construção do processo avaliativo deve se orientar pelo Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo construído de forma coletiva e democrática, tendo como referência o Currículo da Educação Básica do Distrito Federal e os outros documentos norteadores do trabalho pedagógico, em especial, as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal.

É importante considerarmos que nestas etapas, de maneira predominante, faz-se presente a avaliação formativa e participativa, onde o professor não pode se limitar a observar, devendo integrar as brincadeiras, jogos e atividades lúdicas de maneira corporal e colaborativa. Tal envolvimento no desenvolvimento das práticas pedagógicas nas aulas de educação física possibilita a observação sistemática das aprendizagens e do desenvolvimento dos estudantes de forma muito mais intensa e concreta, pois é vivenciando que o professor sente e pode, de fato, analisar os avanços e desafios enfrentados pelas crianças, considerando que nesta fase há um predomínio das relações afetivas.

Nesse sentido, avaliar no contexto das aulas de Educação Física, em qualquer tempo e em qualquer espaço, não pode se resumir à aplicação de atividades corporais mecânicas e repetitivas, muito menos à aplicação de uma avaliação quantificadora que tenha como eixo orientador movimentos desconexos, desarticulados e sem qualquer relação com a cultura e com a história de cada estudante e de sua comunidade.

Os instrumentos de avaliação apresentados neste documento não pretendem ser as únicas ferramentas de investigação da realidade, podendo o professor acrescentar novos itens para avaliação, caso considere que os itens propostos não atendam completamente aos objetivos planejados por este. É importante que o preenchimento do instrumento de avaliação do estudante seja feito em conjunto com o professor de atividades e o professor de educação física, para que se possa ter uma melhor visão sobre o desenvolvimento do estudante.

Para tanto, o Projeto adota os seguintes instrumentos de avaliação:

Modelo de Portfólio do Projeto (Anexo 2):

O Portfólio é parte integrante do processo avaliativo do Projeto. Deve ser entregue à GEFID, ao final do ano letivo formato virtual e impresso. Os itens constantes do portfólio tem papel fundamental nas ações e planejamentos futuros. É

por meio deles que são elaborados os relatórios anuais, o planejamento para o ano seguinte, bem como serão identificadas as fragilidades na execução do Projeto. Os itens relativos aos planejamentos e atividades são aproveitados para a elaboração e atualização de cadernos pedagógicos e para a montagem de vídeos que divulguem as estratégias positivas utilizadas pelos(as) professores(as) - Videoteca.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos estudantes (Anexo 3).

A avaliação realizada pelos estudantes tem como objetivo verificar o alcance do Projeto na visão dos seus beneficiários. As questões apresentadas visam diagnosticar a percepção do estudante em relação aos benefícios individuais como também sobre o funcionamento do Projeto. Tendo em vista o elevado número de estudantes é recomendado que a avaliação seja realizada por amostragem aleatória, nas diversas turmas atendidas, utilizando, aproximadamente, 5 estudantes por turma. Neste instrumento deve ser lançado o resultado do total de estudantes respondentes de acordo com os itens apresentados, e nas questões abertas as opiniões dos estudantes devem ser colocadas em forma de tópicos, constando como anexo do portfólio.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos professores de atividades (Anexo 4).

Este modelo de avaliação busca analisar o Projeto pela percepção do(a) professor(a) de atividades, principalmente nos aspectos relativos ao desenvolvimento do estudante e sua relação com o planejamento e atuação conjunta com o(a) professor(a) de educação física. Para a inclusão no portfólio,deve ser anexada apenas uma ficha com os dados gerais, sendo que os comentários devem ser colocados em forma de tópicos.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos gestores (Anexo 5);

A avaliação realizada pelo gestor da unidade escolar objetiva acompanhar a realização do Projeto na visão deste em âmbito local. Neste instrumento existem campos para observações mais abertas, onde poderão ser detalhadas as opiniões destes gestores de forma mais ampla. Os dados obtidos servirão para retratar o andamento do Projeto e a identificação de fragilidades que possam ser corrigidas a

nível local e central, para o alcance mais abrangente de suas finalidades. Também deve ser anexado ao portfólio.

Modelo de Avaliação pedagógica dos estudantes (Anexo 6).

Esta avaliação visa acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em suas diversas dimensões, conforme estabelecido na perspectiva de uma Educação Integral. Além das afirmações ali contidas, o professor tem a liberdade de incluir outras que não estejam contempladas, mas que se adequem melhor ao seu plano de ensino. Os dados constantes desta ficha de avaliação devem ser utilizados para subsidiar os(as) professores(as) de atividades na elaboração dos registros avaliativos da Educação Infantil (RDIA) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rav).

Referências

ANTUNES. Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp. 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. revista e atualizada, São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, v. 7, 1997.

_____. Lei Federal nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, D.O.U. 23 de dezembro de 1996. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Secretaria de Educação Básica - Brasília, DF: 2006.

COSTA, Márcia Rosa. Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação. Porto Alegre, 218 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UFRGS. 2000.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. Projeto Educação com Movimento, 1997.

_____. Plano Distrital de Educação – PDE, 2015. p. 116.

_____. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.

_____. Projeto Educação com Movimento. Educação Física nos Anos Iniciais, 2011.

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica, 2014.

ENGUITA, M. Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1989.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1994.

FIGUEIREDO, M. X. Bonorino. A corporeidade na escola: análise de brincadeiras, jogos edesenhos de crianças. Pelotas: Editora Ufpel, 1999.
GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
GRUNDY, S. J.; Kemmis, S. Educational action research in Australia: the state of the art.Geelong: Deakin University Press, 1982.

LAPIERRE, A. AUCOUTURIER, B. Fantasmas corporais. São Paulo: Ed. Manole, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica. Campinas: Papirus, 1992.

MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C. Didática: organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE. 2009. 340p.

NICOLAU, M. L. Machado. A educação pré-escolar (fundamentos e didática). São Paulo: Ed. Ática, 1997.

OLIVEIRA, V. Marinho. Consenso e conflito da Educação Física brasileira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RODRIGUES, D. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, E. F.A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. p.246-253, 1967.

VAGO, Tarcísio M. Um olhar sobre o corpo. Presença pedagógica ano 1, n. 2 Belo Horizonte Março/abril, p 65-70, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação. Campinas - SP: Papirus, 2008.

. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. Cadernos de Educação. CNTE, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A imaginação e a arte na infância. (Trad.) Espanha, Madrid: Edição Akal, 1998.

ANEXO 1
TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, Matrícula _____, na qualidade de Diretor(a) do(a) _____ (unidade escolar), me comprometo a implantar o Projeto Educação com Movimento, de modo a cumprir o que está previsto em seus Princípios e Diretrizes Pedagógicas. Ciente destas responsabilidades envidaremos esforços para o sucesso e plena realização do mesmo.

Brasília, _____ de _____ de _____.

_____

Diretor (a)/Matrícula

ANEXO 2

ESTRUTURA DO PORTFÓLIO

Coordenação Regional de Ensino:

Unidade Escolar:

Professores(as):

Tempo no Projeto Educação com Movimento:

Nº de turmas atendidas este ano: Matutino: Vespertino:

Nº aproximado de estudantes atendidos pelo Projeto nesta escola:

1. Atividades realizadas nas aulas de Educação Física: (anexar o plano de ensino e escrever um relato destas atividades. Podem ser incluídas fotografias);
2. Atividades realizadas dentro dos projetos desenvolvidos pela escola (podem ser incluídas fotografias);
3. Pontos positivos observados no desenvolvimento do Projeto;
4. Relato sobre as dificuldades encontradas e sugestões para a resolução dos problemas;
5. Relato sobre a contribuição para suas aulas do curso de formação continuada promovido pela EAPE/GEFID, e demais cursos realizados no ano;
6. Relato sobre as reuniões pedagógicas:
    a. Na coordenação pedagógica com o(a) professor(a) de atividades, equipe gestora e coordenadores;
    b. Reunião pedagógica com a equipe da GEFID;
7. Avaliação (anexar os formulários de avaliação “Avaliação pelos estudantes”, “Avaliação pelos Gestores” e “Avaliação pelos(as) professores(as) de atividades”.
8. Outras observações.

ANEXO 3

AVALIAÇÃO DO PROJETO

(ESTUDANTES)

Esta avaliação deve ser feita com os estudantes participantes do Projeto. Para isso, o(a) professor(a) de atividades ou de educação física, deverá realizar a avaliação por amostragem (aproximadamente 5 alunos por turma). Este quadro com os resultados deverá ser anexado ao portfólio.

Unidade Escolar:

Quantidade total de estudantes respondentes:

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
Você tem gostado das aulas realizadas pelos professores de educação física?			
O Projeto tem feito você se sentir melhor na escola?			
O Projeto melhorou sua relação com seus colegas de turma?			
O Projeto te ajuda a melhorar nos estudos?			
O(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física trabalham juntos nessas aulas?			
Você quer que o Projeto continue na sua escola?			

- O que você mais gosta nas aulas do Projeto?

- O que você não gosta nas aulas do Projeto?

ANEXO 4

AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO

(PROFESSOR DE ATIVIDADES)

Unidade Escolar:

Turno: ( ) Matutino ( ) Vespertino

AFIRMAÇÃO	INSATIS.	PODE MELHORAR	MUITO BOM
Relação pedagógica do(a) professor(a) de Educação Física com os(as) professores(as) de Atividades.			
Planejamento em conjunto com os (as) professores(as) de Educação Física.			
Contribuição do Projeto para o desenvolvimento dos estudantes.			
Impacto do Projeto na comunidade escolar.			
Condições gerais da unidade escolar para o desenvolvimento do Projeto Educação com Movimento.			
Apoio da equipe gestora às atividades do Projeto Educação com Movimento?			

- Outros comentários:

ANEXO 5

AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO

(GESTORES)

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
O Projeto tem contribuído para o desenvolvimento integral dos estudantes?			
O Projeto ampliou as possibilidades educacionais da unidade escolar?			
O Projeto tem repercutido positivamente na comunidade escolar?			
A unidade escolar possui as condições necessárias para o desenvolvimento do Projeto?			
O Projeto está inserido no PPP da unidade escolar?			
Os professores envolvidos desempenham adequadamente as disposições contidas no Projeto?			

- Faça um relato sucinto sobre a importância do Projeto para sua escola.

- Sugestões para o aprimoramento do Projeto.

Responsável pelo preenchimento:

Nome/matrícula/cargo:

ANEXO 6

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE

Estudante: Ano: Turma:

CRITÉRIOSDE AVALIAÇÃO QUALITATIVA

ASPECTOS DA APRENDIZAGEM	Sim (S)				Não (N)				Em parte (EP)				Não se aplica (NA)			
BIMESTRE	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	**4**
Com o desenvolvimento das atividades lúdicas, brincadeiras e jogos você tem notado evolução dos movimentos corporais do estudante?																
O estudante apresenta dificuldades de relacionamento durante a realização de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos?																
Durante as práticas corporais, o estudante apresenta dificuldades em trablhar com as diferenças de gênero?																
O estudante aceita bem novas atividades lúdicas, brincadeiras e jogos propostos pelo(a) professor(a)?																
O estudante respeita as regras das atividades durante as aulas de Educação Física?																
O estudante mostra interesse por novos conteúdos da cultura corporal trazidos pelo professor durante as aulas de Educação Física?																

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Este instrumento deve subsidiar a elaboração do RDIA ou RAV.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Plano de Ação 2021

O Mundo Mágico das Diferenças

Professora Denise Queiroz

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O atendimento Educacional Especializado caracteriza-se por ser uma ação do sistema de ensino, que deve acolher a diversidade ao longo do processo educativo, com o objetivo de considerar os estudantes com necessidades educacionais especiais, capazes de aprender e que necessitam de propostas condizentes com as especificidades, considerando as limitações individuais.

O projeto abrange várias oficinas, os temas propostos para cada oficina partem da PP da escola (Proposta Pedagógica) – Projeto “Semeando saberes”; com temas: horta, festa junina, produção de materiais recicláveis, jogos pedagógicos, dentre outros, relacionados aos educandos de acordo com os interesses, expectativas e necessidades. Os temas serão aprofundados e transformados de acordo com a necessidade de cada turma. Interagindo com o mundo o aluno vai compreendendo os seus próprios sentidos, através de arte/cultura e vai dando forma a seus próprios valores e fatos já incorporados e repassados diariamente na dinâmica escolar.

A melhor maneira de se trabalhar com a diversidade é considerar a idade cronológica, idade mental, dificuldade física, desenvolvimento social, interação com os pares e comprometimento mental, é valorizar sempre o potencial nato que cada ser humano possui, com foco na identidade e no desenvolvimento global e na identidade dentro e fora da escola.

JUSTIFICATIVA

Trazer a disciplina de Artes para a escola significa criar mecanismos de organização pedagógica para o seu desenvolvimento, dotando a instituição escolar de espaços e tempos curriculares para educadores e educandos buscarem seus saberes.

O ensino de Arte entra como componente curricular na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Educação Profissional, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei 9.394, de 20/12/96, artigo 26, parágrafo 2º: “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL,1997:32).

O conceito de arte deve ser ampliado e sua atuação preocupada com questões que envolvem a expressão pessoal de valores, sentimentos, relações, cognição e significações, visto que envolvem subjetividade. Ela vai ser um veículo para a interação dos alunos edificando uma relação de autoconfiança, com propostas pedagógicas e de produção. Não pode ficar somente do âmbito do fazer irrefletido, sendo que a arte tem conceitos a serem aprendidos e utilizados por qualquer ser humano, os tornando mais sensíveis e criativos. No entanto, a arte deve considerar a pessoa com necessidades educativas especiais enquanto humano, histórico, social, cultural e também simbólico.

O aluno com necessidades educativas especiais aprende, mas é necessário que o professor saiba o que propor e em que situações devem elaborar as atividades, dentro de suas especificidades, habilidades e dificuldades. É preciso compreender a importância do fazer artístico, como manifestação de atividade criativa do homem no mundo, para compreender assim a importância da arte na escola.

Os temas deverão partir do PPP e serem aprofundados e transformados em novos saberes. Interagindo com o mundo o aluno vai compreendendo os seus próprios sentidos. Através de arte/cultura, o aluno vai dando forma a seus próprios valores. Busca-se dar ao aluno, a possibilidade de vivenciar e experimentar, as etapas de construção de forma artística.

OBJETIVO GERAL:

Trazer à tona o debate sobre as práticas e saberes pedagógicos, a cerca da redução das desigualdades, falta de acessibilidade e melhores condições de ensino para os estudantes com necessidades educacionais especiais, proporcionando assim um conhecimento global de mundo, dando oportunidade ao estudante para que ele crie, invente, e possa transformar a realidade, exercitando a criatividade, concentração psicomotricidade, atenção, percepção, colaboração e solidariedade, os quais fazem parte de um procedimento da expressão humana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Valorizar a produção dos alunos enquanto pessoas que criam, desenvolvendo a sensibilidade, a percepção e imaginação através dos recursos oferecidos;

- Oferecer oportunidades à pessoa com necessidades especiais de conhecer uma forma de linguagem universal de comunicação por meio do movimento;
- Desenvolver a psicomotricidade;
- Reconhecer a importância da arte na sociedade e na vida dos indivíduos;
- Buscar o desenvolvimento da percepção sensória do próprio corpo, despertando a consciência de si mesmo e do outro;
- Perceber a formação social de grupos, seus hábitos e sua integração com o mundo que o cerca;
- Compreender as relações de tempo, espaço e cultura e sua influência na identidade social do povo brasileiro;
- Perceber que faz parte deste contexto social e que carrega heranças desta diversidade;
- Auxiliar os professores das turmas com ANEE'S em busca de alternativas para aprimorar o atendimento do estudante em sala de aula;
- Identificar individualmente as potencialidades e dificuldades de cada aluno;
- Produzir recursos pedagógicos diversificados, considerando as necessidades específicas dos estudantes;
- Oferecer para o professor regente atividades que valorizem o potencial individual de cada estudante.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO:

A criança com necessidades educacionais especiais, na primeira fase do ensino fundamental, se encontra em fase de pensamento concreto e faz largo uso de seus sentidos para enriquecer suas experiências. Nesta fase, as atividades artísticas fornecerão ricas oportunidades para o seu desenvolvimento, uma vez que, põem ao seu alcance os mais diversos tipos de material para manipulação.

Quando as habilidades infantis são estimuladas, ajudam no processo de aprendizagem, pois desenvolvem a percepção e a imaginação - recursos indispensáveis para a compreensão de outras áreas do conhecimento humano. Estabelecendo, sempre, um diálogo entre todos os participantes da turma - que é uma questão fundamental para que haja uma comunicação ampla - que será ampliado, desenvolvido, trabalhado, estimulado, aprimorado e praticado com constância para

que a criança tenha o máximo desempenho de sua capacidade cognitiva, procedimental e atitudinal.

Daí a necessidade de estimular os alunos com necessidades especiais educacionais a desenvolver suas habilidades como meio de aprimorar a criatividade, a sensibilização, a lateralidade e a socialização. Portanto, sua aprendizagem fluirá de forma prazerosa e significativa, sendo construída a cada instante em forma de lazer.

A metodologia e o desenvolvimento deste projeto serão voltados exclusivamente aos ANEE's, no período das Atividades Complementares da Escola, o que corresponde a 50 minutos, ocorrendo duas vezes por semana, utilizando as salas: multifuncional, quadra desportiva, sala de vídeo, sala de recursos e outros ambientes escolares.

Todos da equipe da inclusão se responsabilizarão pelos educandos auxiliando-os no desenvolvimento do ensino aprendizagem e na construção dos aspectos cognitivos, procedimentais e atitudinais.

Cada semana será desenvolvida uma etapa das "oficinas" de acordo com os conteúdos programados e previstos na Base Comum Curricular, utilizando materiais adequados para a concretização do processo de aprendizagem e desenvolvimento global de cada estudante.

A prática de classificar e categorizar crianças baseado no que apresentam de dificuldades físicas ou intelectuais, não cabem mais numa escola para todos, essa prática somente reforça e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores da metodologia educacional.

Assim com foco nas potencialidades e habilidades, alcançaremos o desenvolvimento e crescimento esperados de cada estudante.

Durante o período de isolamento social, devido à Pandemia do CORONAVÍRUS, os estudantes serão atendidos de forma remota pela Plataforma Google Sala de Aula, encontros via Google Meet e Whatsapp. Da mesma forma, os professores e responsáveis também serão orientados virtualmente.

PÚBLICO ALVO E DURAÇÃO DO PROJETO

Os alunos são incluídos nos grupos de acordo com o interesse e habilidade nas áreas que contemplam as linguagens artísticas, musicais e corporais.

- Número de alunos envolvidos: Aproximadamente 18 alunos, três por oficinas.

- Modalidades dos alunos envolvidos: Alunos do Ensino Fundamental (Anos iniciais).
- Faixa etária dos alunos: Alunos entre 07 a 12 anos.
- Deficiência que apresentam: Alunos com deficiência intelectual, alunos com diferentes Síndromes, Síndrome de Down e deficiência física.
- Tempo de desenvolvimento do Projeto: ano Letivo de 2019.
- Tempo de aula: três vezes por semana – 50 minutos cada aula

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

- 1º MOMENTO: Produção textual oral sobre o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema proposto.
- 2º MOMENTO: Assistir o vídeo, teatro, ouvir musica, etc.
- 3º MOMENTO: Produção artística (artesanatos).
- 4° MOMENTO: Exposição do material produzido pelos alunos.
- 5° MOMENTO: Oficinas.
- 6º MOMENTO: Apresentações teatrais.

RECURSOS

Os itens básicos para as atividades presenciais são: tintas, pincéis, lápis coloridos, giz de cera, papéis com diversas cores e texturas, retalhos de tecidos, cola, tesoura, recipientes para misturas de tintas, rolos vazios de papel higiênico, caixas, embalagens plásticas coloridas, sobras de tecido e outros, recursos áudio visuais, materiais recicláveis, entre outros.

No contexto do ensino remoto é necessário todo o aparato tecnológico de acesso à internet por parte da equipe e da família dos estudantes, bem como os materiais indispensáveis à execução das tarefas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 2000.

DUARTE JR, João Francisco. Porquê arte-educação?;(2008)

FERREIRA, Sueli (org.). O ensino das artes - construindo caminhos, Papirus Editora, 2001, SP;

FORCHETTI, Daniella. Dança e Inclusão: uma proposta de projeto em arte- educação. Disponível em: http://artedainclusao.blogspot.com.br/2013/12/i-seminario-internacional-de-danca.html Acesso em: 6 jan. 2014

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 12ºedição, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PLANO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Orientadora Neuza Gomes da S. Monteiro

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

Serviço de Orientação Educacional é o Serviço de acompanhamento educacional que atua junto aos alunos, famílias e equipe escolar, por meio de intervenções individuais e/ou em grupos, colaborando com o processo de ensino e aprendizagem, preocupando-se com a formação integral dos estudantes, sobretudo nos aspectos socioemocionais, influentes no ensino/aprendizagem. Assim, o trabalho focado nos alunos, famílias e equipe da escola sempre estarão em pauta nas ações do S. O.E.

AÇÕES NO ÂMBITO INSTITUCIONAL

- Apresentação do SOE, para toda a equipe escolar, em reunião coletiva, por meio de apresentação de slides e distribuição de folder;
- Participação na primeira reunião de pais do ano letivo de 2021, com apresentação personalizada, sobre as equipes de apoio especializada da escola (SOE-SEAA-AEE);
- Participação e orientação em situações de conflitos;
- Participação em Conselhos de Classe;
- Participação nas reuniões coletivas semanais;
- Participação nos estudos de caso, para estratégia de matrícula;
- Participação na reformulação do P.P da escola;
- Participação em reuniões de pais;
- Participação na elaboração do P.P.P da I.E;
- Participação nos eventos escolares.

AÇÕES JUNTO AO CORPO DOCENTE

- Reuniões com educadores, por série para colher dados dos alunos e mostrar os projetos a serem realizados durante o ano de 2021;
- Informar aos educadores, alunos encaminhados no ano anterior e que estão na turma atual, dando a devolutiva do passado e solicitando ao mesmo, informações novas, do aluno assim que possível, para dar continuidade ao acompanhamento;

- Orientação e esclarecimentos sobre alunos com dificuldade de aprendizagem e comportamento;
- Priorizar com o grupo as necessidades mais urgentes;
- Atendimento posterior individualizado quando houver necessidade ou solicitação dos mesmos, para os novos encaminhamentos de alunos;
- Devolutiva aos docentes, de acordo com o desenvolver dos encaminhamentos/demandas;
- Roda de conversa com os professores, momento de escuta com as equipes do SEAA e SOE.

AÇÕES JUNTO ÀS FAMÍLIAS

- Orientações sobre os projetos realizados pelo SOE ao longo do ano;
- Atendimento individualizado com o responsável legal, sempre que a demanda assim o requerer;
- Esclarecer às famílias sobre a importância da participação dos pais/ou responsáveis na vivência escolar dos filhos, participação nos projetos, tarefas de casa e reuniões bimestrais, ainda que de remota forma;
- Encaminhamentos que se fizerem necessários, aos órgãos competentes, os que possam dar atenção ao amparo legal do estudante em vulnerabilidade social.

AÇÕES EM REDE

- Buscar parcerias interna (dentro da escola), e externa, de outros órgãos, ONGs, tais como Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS, CRE, corpo de bombeiros, agentes de saúde, palestrantes, grupos de teatro, serviço social, entre outros, com o objetivo de trazer para à escola, temas relevantes ao desenvolvimento integral do estudante. Elencados previamente, entretenimentos que auxiliem na aprendizagem sócio emocional dos estudantes;
- Palestras realizadas no espaço escolar, pela equipe do SOE, SAA e EEAA;
- Encaminhamentos junto ao COMPP, Conselho Tutelar, CRAS, Ministério Público, Serviços de saúde pública, entre outros, sempre com o objetivo de

acolher o estudante e família, com necessidades específicas de cada órgão competente, para garantir a eficácia dos seus diretos educacionais.

AÇÕES JUNTO AOS ESTUDANTES

- As ações junto aos discente se dão através dos projetos, rodas de conversa, orientações acerca da boa convivência com os colegas, professores e família;
- Releitura de temas trabalhados nos projetos para ampliação das aprendizagens desenvolvidas nos mesmos;
- Intervenções individualizadas com educandos e famílias, com intuito de esclarecimentos sobre comportamentos e aprendizagens do estudante, vivências, entre outros;
- Coleta de dados sobre a vivência familiar, financeira, afetivo/emocional, com conversas individualizadas e secretas, para fins de acompanhamento escolar, atividades pedagógicas direcionadas, encaminhamentos à profissionais competentes, para averiguação de possíveis distúrbios/transtornos sócio-afetivos-emocionais, que interfiram na aprendizagem e vivencia escolar do estudante;
- Acolhimento individualizado na sala do SOE aos alunos que estejam demonstrando sofrimento emocional na escola, com escuta atenciosa e convocação dos responsáveis, caso seja necessário;
- Oficinas sobre a conservação do patrimônio escolar, cultura de paz na escola e na vida, Dengue, abuso sexual na infância, saúde e higiene, gravidez precoce, rotina de estudos;
- Busca ativa em período de aulas remotas;
- Conversas individualizadas, para incentivo à participação nas aulas remotas e acolhimento socioemocional.

PÚBLICO ALVO

As ações e atividades realizadas pelo SOE, são oferecidas a todos os estudantes do 1º ao 5º ano, com as devidas adaptações, estendem-se também às famílias, docentes e toda equipe escolar.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO SOE PARA 2021

O presente cronograma foi pensado de forma a se adaptar ao ensino não presencial ou híbrido.

- Projeto sobre conservação do patrimônio da escola: março. (participação por videoconferência, vídeo da escola antes e depois da reforma, conscientização sobre a importância de se manter a limpeza, beleza, conservação, e ao não vandalismo escolar. Postagem no tópico do SOE, nas turmas virtuais - plataforma e WA;
- Orientações para rotinas de estudos: março e abril (vídeos, slides, videoconferência);
- Paz na escola: abril, maio e junho (palestras via Meet, vídeos, história contada, slides, videoconferências), postagens sobre a prevenção do bullying, boa convivência, entre outros;
- Projeto de vida: agosto a novembro (google meet, plataforma) -protagonismo estudantil e autonomia nos estudos;
- Trabalhar os temas: sexualidade, abuso sexual na infância, drogas, saúde e higiene - postagens na plataforma e grupos de WA, de vídeos, slides, cartilhas, atividades na plataforma) material de apoio aos professores, podendo receber palestrantes capacitados (3º bimestre);
- Formação continuada para docentes: mensalmente (suspensos);
- Família na escola: bimestralmente (realizado por meio via you tube ou google meet, apenas com orientações sobre a importância da parceria entre a escola e a família do estudante, nas reuniões bimestrais de pais;
- Conversa coletiva virtual: serão realizadas quando houver demanda e necessidade. Pode ser solicitada pelo professor ou gestores da escola, para mediação de conflitos ou resolução de problemas, envolvendo famílias, alunos, professores, entre outros. (mediados por aplicativos tecnológicos);
- Trabalhando as emoções: uma vez por quinzena com postagens na plataforma e texto de apoio. Temas: medo, ansiedade, raiva, tristeza, luto, entre outros. A partir de abril;

- Projeto de transição dos 5º anos: novembro e dezembro – será realizado com a parceria entre as duas escolas, esta e a qual serão transferidos, os alunos no 6º ano;
- Atendimentos individuais: diariamente de acordo com os encaminhamentos da escola e/ou ocorrências pontuais. Com alunos, pais e professores;
- Busca ativa de estudantes que não tiverem realizando as atividades com regularidade/infrequentes - contatos telefônicos, via WhatsApp ou visitas presenciais. (Ano todo).

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO SOE

DIAS	TURNOS	
	MATUTINO	VESPERTINO
Segunda	CPI	13 às 17h.
Terça	7:30 às 11:30	13 às 17h.
Quarta	7:30 às11:30	13 às 17h.
Quinta	7:30 às 11:30	curso (ASP)
Sexta	EAP (CRE)	CPI

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Equipe Especializada da Apoio à Aprendizagem (EEAA)

Plano de Ação 2021

Professora Daniele Araújo da Silva

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) da EC 116 com o objetivo de nortear o trabalho a ser desenvolvido ao longo do ano, bem como estabelecer metas e estratégias a serem seguidas por esta equipe como forma de apoiar o desenvolvimento discente e subsidiar o trabalho docente.

No contexto do ensino remoto, o trabalho da EEAA ganhou novos contornos e segue como primordial para o bom desempenho do trabalho pedagógico como é possível observar no plano de ação que segue nas laudas abaixo.

Plano de Ação – EEAA 2021

UE: **Escola Classe 116 de Santa Maria** Telefone: **3901-6613**

Diretor(a): **Simeir Prestes** Vice-diretor(a): **Suzana Aguiar**

Quantitativo de estudantes: **735** Nº de turmas: **34**

Etapas/modalidades: **Anos Iniciais/Ensino Fundamental**

Serviços de Apoio: Sala de Recursos (**X**)

Orientação Educacional (**X**)

Sala de Apoio à Aprendizagem ( )

Outro: _____

EEAA: **Pedagoga Daniele Araújo da Silva**

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva
2. Observação do contexto escolar
3. Observação em sala de aula
4. Ações voltadas à relação família-escola
5. Formação continuadas de professores
6. Reunião EEAA
7. Planejamento EEAA
8. Eventos
9. Reunião com a Gestão Escolar
10. Estudos de caso
11. Conselhos de Classe
12. Projetos e ações institucionais

Eixo: Coordenação Coletiva					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional. - Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem. - Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Estimular a adequação curricular, quando necessário. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	- Análise documental. - Análise de dados estatísticos relacionados ao rendimento escolar. - Participação na elaboração da Proposta Pedagógica. - Observação e participação nas coordenações coletivas. - Escuta sensível com comunidade escolar para percepção do contexto. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades. - Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional. - Divulgação de informações sobre as dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Postagem de mensagens e textos informativos ao professor, via plataforma: Dificuldades de aprendizagem, ensino remoto, novas tecnologias, sala de aula virtual, estratégias de estudo. (Incluir outros temas, conforme demanda).	Semanalmente	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal; - Formulários on-line;

Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Conhecer e analisar as práticas educativas. - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.	- Agendamento de observação com professor. - Observação das dinâmicas pedagógicas. - Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento e passeios pedagógicos. - Acompanhamento do acesso dos alunos às aulas virtuais, à	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - Professores - Coordenação Pedagógica - SOE	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal;

	- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	plataforma ou às tarefas impressas. - Mediação quanto ao acesso dos alunos com dificuldades em relação ao ensino remoto. - Sugestão de atividades de acordo com a demanda de cada ano.			

Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Conhecer e analisar as práticas educativas. - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	- Agendamento de observação com professor. - Observação das dinâmicas pedagógicas. - Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento e passeios pedagógicos. - Acompanhamento do acesso dos alunos às aulas virtuais, à plataforma ou às tarefas impressas. - Mediação quanto ao acesso dos alunos com dificuldades em relação ao ensino remoto. - Sugestão de atividades de acordo com a demanda de cada ano.	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - Professores - Coordenação Pedagógica - SOE	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal;

Eixo: Ações voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem. - Estimular as famílias a terem uma visão sensível sobre a produção escolar dos alunos. - Orientar as ações dos familiares para o auxílio em relação às intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações. - Orientar quanto à importância da participação na educação remota dos estudantes para a redução dos prejuízos causados pelo distanciamento temporário da escola. - Mediar os possíveis conflitos na relação entre o ambiente escolar virtual e a família.	- Divulgação de informações sobre as dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares. - Colaboração na organização dos estudos em casa. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos responsáveis e seus impactos no acompanhamento escolar. - Incentivo a participação da família em relação ao ensino virtual. - Orientação em relação ao ensino remoto. - Participação nas reuniões com as famílias;	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal; - Formulário próprio; - Formulários on-line;

Eixo: Formação continuadas de professores					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional. - Conhecer e analisar as práticas educativas. - Ressignificar a práxis pedagógica do professor com vistas às aprendizagens. - Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos. - Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Contribuir para a construção da adequação curricular, quando necessário.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Planejamento, execução e avaliação de vivências e oficinas. - Elencar junto à Coordenação Pedagógica os assuntos pertinentes a serem tratados pela EEAA nas formações. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades. - Participação nas formações.	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - SOE -AEE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal; - Formulários on-line;

Eixo: Reunião EEAA					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas. - Pesquisar situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Analisar documentos referentes à SEAA.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas. - Análise das produções dos alunos.	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores - CRE	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal; - Formulários on-line;

Eixo: Planejamento EEAA					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino –Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional; - Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.	- Organização ou ressignificação do Plano de ação da EEAA. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o	Durante o ano letivo/ Durante o Teletrabalho (com as devidas adaptações)	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível;

	- Planejar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Mapear entre os profissionais da U.E. o acesso à internet, à dispositivos eletrônicos e às plataformas oficiais da SEE. - Mapear entre os alunos da U.E. o acesso à internet, à dispositivos eletrônicos e às plataformas oficiais da SEE.	contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento e de avaliação do trabalho: coordenações pedagógicas coletivas, semana pedagógica, conselhos de classe, reuniões extraordinárias. - Estabelecer contato direto com os professores em teletrabalho via whatsapp, email, telefone ou qualquer outro recurso disponível. - Seleção de textos informativos sobre ensino, aprendizagem, materiais didáticos, dificuldades de aprendizagem, transtornos funcionais educacionais e outros temas, conforme demanda.			- Conversa formal; - Relatórios; - Formulários on-line;

Eixo: Eventos

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional; - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.	- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Eventos escolares.	Em reestruturação devido ao ensino remoto.	- EEAA - SOE - AEE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada de acordo com o previsto no planejamento.

Eixo: Reunião com a Gestão Escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional. - Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Buscar situações para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	- Participação na elaboração da Proposta Pedagógica. -Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem do corpo docente e seus impactos no rendimento escolar.	Durante todo o ano letivo, conforme demanda.	- EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica	Será realizada de forma contínua, através de: -Escuta sensível; - Conversa formal.

Eixo: **Estudos de caso**					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Promover estudos de casos, quando houver necessidade de adequação ou mudança de atendimento ao aluno. - Conhecer e analisar o desenvolvimento do aluno em relação às práticas educativas. - Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos. - Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Estudos de Caso. - Análise das produções dos alunos.	2º e 3º bimestres	- EEAA - AEE - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada no momento pelos envolvidos no processo.

Eixo: Conselhos de Classe					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional. - Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas. - Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar - Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação do Conselho de Classe. - Análise das produções dos alunos. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.	Ao final de cada bimestre letivo.	- EEAA - AEE - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada no momento, conforme o planejamento da Equipe Gestora.

Eixo: Projetos e ações institucionais					
Ações/Demandas	**Objetivos**	**Procedimentos**	**Cronograma**	**Profissionais envolvidos**	**Avaliação**
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional; - Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papeis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. - Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno. - Avaliar de maneira contextual os alunos para encaminhamentos externos necessários. - Elaborar documentos e RAIE apresentando a conclusão de cada caso e indicando as possibilidades de atuação pedagógica. - Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional com o intuito de favorecer as ações institucionais. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Projetos da escola. - Análise das produções dos alunos. - Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no contexto escolar.	Definido em cada Projeto e/ou ação institucional.	- EEAA - AEE - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores	Será realizada conforme planejado para cada projeto e/ou ação institucional.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PROJETO POLIDOSCÊNCIA

5º ANO

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

APRESENTAÇÃO

As etapas escolares pelas quais os estudantes passam costumam representar momentos de passagem e mudança na vida, principalmente das crianças. Na realidade vivenciada pelos estudantes da EC 116, ao concluir o Ensino Fundamental I, os estudantes precisam mudar de escola para uma que atenda do 6º ao 9º ano, ou seja, o Ensino Fundamental II.

Geralmente, esse é um momento que causa angústia e ansiedade não só nos estudantes, bem como em suas famílias. Portanto, o projeto da Polidocência foi criado com o objetivo de possibilitar aos estudantes do 5º ano uma vivência aproximada com a realidade que irão encontrar no Ensino Fundamental II. Dessa forma, as crianças e famílias atravessam esse momento de transição de forma mais suave, pois se ambientam melhor com a organização pedagógica e chegam mais seguros na escola subsequente.

Portanto, o projeto da Polidocência conta com a participação dos professores docentes do 5º ano que trabalham de forma articulada e contam com a colaboração da coordenação pedagógica e equipe gestora. Ao assumir essas turmas, o professor já tem ciência que haverá uma divisão disciplinar para atender às turmas, podendo haver uma subdivisão no grupo, de acordo com o número de turmas atendidas e as necessidades pedagógicas apresentadas.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver a autonomia e senso de responsabilidade nos estudantes ao fazer a transição do EF I para o EF II;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Adaptar a estrutura curricular do 5º ano à possibilidade de revezamento das turmas na Polidocência;
- Vivenciar a organização curricular aproximada à organização pedagógica utilizada nas escolas de Ensino Fundamental II;
- Fomentar o trabalho dos professores com apoio pedagógico através da coordenação;
- Possibilitar uma transição de etapas educacionais de forma mais suave;

DESENVOLVIMENTO

A organização da polidocência se inicia após a escolha de turma onde os docentes lotados nessas turmas se subdividem para atender os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, e uma terceira opção que atender os componentes de Ciências, Geografia e História. Os componentes de Artes e Ensino Religioso é trabalhado pelo docente titular de cada turma. O componente de Educação Física é trabalhado pelo professor responsável pelo projeto Educação com Movimento.

A coordenação pedagógica fica responsável por viabilizar essa organização e montar a grade curricular junto ao grupo de forma a atender as horas necessárias para cada disciplina. Se necessário, em virtude da quantidade de turmas, o grupo pode ser subdivido, de forma que quando formam-se seis turmas, subdivide-se o grupo em dois para realizar a divisão dos componentes curriculares entre os docentes e assim atender a carga horária necessária para cada disciplina.

As salas de aula não são temáticas, portanto, a mudança de sala é realizada pelo professor e os estudantes aguardam em sala enquanto organizam os materiais para a disciplina seguinte.

As famílias são orientadas sobre o projeto em reunião específica onde o projeto é apresentado junto com a organização do trabalho pedagógico da escola. A organização da carga horária de cada disciplina por dia é realizada conforme a quantidade de turmas, podendo ser de duas a quatro por dia de acordo com a necessidade do grupo. Os horários são impressos, entregue aos estudantes e fixados na sala para possibilitar o acesso a todos.

As coordenações pedagógicas são realizadas em grupo para possibilitar o compartilhamento de informações sobre os estudantes e viabilizar uma avaliação formativa consistente com o processo de aprendizagem de cada estudante. Assim, as informações para a elaboração dos relatórios individuais vão sendo compartilhadas ao longo do processo, sendo o docente titular da turma o responsável pela escrita e formatação dos mesmos.

Em casos de projetos de reagrupamento envolvendo um componente curricular, geralmente de Língua Portuguesa, a sua execução é feita por todo o grupo, independente da disciplina pela qual o docente é responsável. Os projetos pedagógicos da escola são desenvolvidos de forma coletiva e o professor da disciplina

mais evidente no projeto, lidera o trabalho a ser realizado pelo grupo. Nesse quesito destacamos o Circuito de Ciências, o Circuito da Matemática e as Mostras Culturais.

RECURSOS

- Humanos: estudantes e famílias do 5º ano, coordenação pedagógica, equipe gestora e equipes pedagógicas.
- Materiais: estrutura física da escola.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada ao longo do processo nas coordenações coletivas, analisando os resultados obtidos e a adequação de docentes e discentes às demandas que surgirem durante o processo.

Dado a suspensão das aulas presenciais no contexto da Pandemia, esse projeto encontra-se temporariamente suspenso.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO SANTA MARIA/DF

A alfabetização muda o futuro das crianças

UM PROJETO COMUNITÁRIO PARA A MUDANÇA SOCIAL

Santa Maria, 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EC 116 DE SANTA MARIA

Identificação

GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes
Suzana Medeiros de Souza Aguiar

CHEFE DE SECRETARIA: Samara da Silva Medeiros

SUPERVISORA PEDAGÓGICA: Andréia Cardoso Lima Pantoja

COORDENADORES PEDAGÓGICOS: Andréia Pereira de Souza
Daiana Maria Lima Silva
Islene Peixoto dos Santos Silva
Luiza Vieira da Silva
Suzana Rodrigues Brandão
Rainilda Barbosa de Oliveira
Rosa Maria R. de Mesquita Araújo

APOIO DA COORDENAÇÃO: Dinéia Dias de Freitas Francelino
Núbia Cristina Belchior
Zulma Alves de Oliveira

JUSTIFICATIVA

O Projeto **Pacto pela Alfabetização** é um trabalho colaborativo entre o Poder Público, a sociedade civil, as famílias, os professores, as Unidades Escolares e a SEDF, a fim de garantir a qualidade da alfabetização em Santa Maria/DF, uma vez que a alfabetização é uma etapa chave para o sucesso escolar das crianças e para o cumprimento da função social do sistema escolar.

Para o desenvolvimento do Pacto na Regional de Ensino de Santa Maria, algumas pontuações são pertinentes, quais sejam:

1- No Brasil, mais da metade dos estudantes não possui habilidade de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, e tal contexto impacta fortemente nos indicadores de repetência e evasão escolar;
2- O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Coordenação Regional de Santa Maria, em parceria com o Instituto Raiar, e tem como objetivo melhorar os indicadores de alfabetização, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar;
3- A Política Nacional da Alfabetização, instituída pelo Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como premissa a alfabetização das crianças até o final do 1º ano. Além disso, considera a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para alfabetização;
4- A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado. No país, é a estratégia que tem as maiores evidências de resultados na melhoria da qualidade da aprendizagem em Redes de Educação. É a mesma que está sendo utilizada em Sobral/CE e em Teresina/PI, principais referências em qualidade da educação pública no país. Ambas as cidades têm mais de 80% dos alunos alfabetizados ao final do 1º ano;
5- O programa pedagógico do Pacto pela Alfabetização está inteiramente alinhado com a Política Nacional de Alfabetização. Qualquer sugestão de melhoria poderá ser reportada aos autores. Entretanto, os debates político-

pedagógicos devem estar pautados por evidências científicas e indicadores de resultados;

6- A gestão da Regional de Ensino de Santa Maria e das Unidades Escolares estão focadas em melhorar os indicadores de alfabetização que atualmente, infelizmente, tem ajudado a condenar a maioria das crianças ao fracasso escolar;
7- Reconhecer o cenário desafiador dos baixos indicadores de aprendizagem e implantar estratégias para reverter este quadro deve ser a principal pauta de diálogo do Poder Público e da comunidade. O interesse da criança deve estar acima de qualquer viés ideológico ou partidário;
8- Os 3 primeiros anos do Pacto são totalmente financiados pelo Instituto Raiar, com recursos de doadores. Não há desembolso de recursos por parte da Secretaria de Educação e nem repasse de recursos do Instituto Raiar para a gestão da Unidade Escolar. A participação da sociedade civil na construção e implantação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal e foi reforçada na Política Nacional de Alfabetização;
9- O Pacto pela Alfabetização representa uma possibilidade real de promover a mobilidade social das crianças em vulnerabilidade social e, por isso, merece o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

A alfabetização é uma condição fundamental para o progresso das crianças em sua trajetória escolar. Como país, ainda temos muito o que avançar na garantia do direito de aprendizagem, sobretudo na educação pública. A última Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada em 2016, indica que 54,6% dos estudantes não possuem as habilidades esperadas de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, contexto que impacta fortemente os indicadores de repetência e evasão escolar. Este cenário preocupante também pode ser observado no Distrito Federal, com 45% das crianças sem as habilidades esperadas de leitura e de matemática ao final do 3º ano.

O contexto acima explicita que há uma lacuna de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem a ser suplementada. As evidências demonstram que, com uma metodologia de aprendizagem adequada, baseada principalmente na estruturação do ensino e na gestão baseada em indicadores, é possível melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos do 1º ano, em processo de alfabetização, e impactar em toda a sua trajetória escolar.

O investimento na qualificação da educação é um requisito essencial para a melhoria dos indicadores sociais, rompendo o círculo vicioso da desigualdade socioeconômica e da pobreza e, dessa forma, tornar possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cenário apresentado acima justifica a necessidade e a urgência da implantação de uma estratégia para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais.

O QUE DIZ A POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização. Dentre as principais diretrizes da política estão:

- a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. (Artigo 1º);
- a PNA deve ter fundamentação nas ciências cognitivas. (Artigo 3º), com ênfase no ensino de cinco componentes essenciais para a alfabetização:
    I. Consciência fonêmica, instrução fônica sistemática
    II. Fluência em leitura oral
    III. Desenvolvimento de vocabulário
    IV. Compreensão de textos
    V. Produção de escrita
- deve-se adotar referenciais de políticas públicas exitosas, tanto nacionais quanto estrangeiras. (Artigo 3º);
- priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. (Artigo 5º);

- incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; (Artigo 5º)
- a política de alfabetização deverá passar por avaliação e por monitoramento constante (Artigo 9º), incluindo as seguintes ações:
    - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
    - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
    - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita.

Documento na PNA na íntegra disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

DESENVOLVIMENTO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O Pacto pela Alfabetização é fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raiar, publicizado no **DODF nº 98 de 26 de maio de 2021, com o Acordo de Cooperação nº 05/2021 no processo SEI nº 00080-00018746/2021-14,** e tem como principal objetivo implementar as diretrizes do PNA, melhorando os indicadores de alfabetização no município, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar.

a) Escopo da parceria:

O Acordo de cooperação tem duração de 3 anos e as atividades previstas serão executadas por cada uma das partes integrantes do acordo conforme abaixo:

Instituto Raiar	Secretaria de Educação
Monitoramento da implantação da solução técnica e gerencial; Financiamento do Programa de Alfabetização; Apoio a modelagem de gestão; Apoio aos processos de comunicação para engajamento comunitário.	Elaboração e execução do plano de trabalho; Implantação das ações; Gerenciamento de resultados.

A solução pedagógica para o Programa de Alfabetização será fornecida pelo Instituto Alfa e Beto. Os critérios de escolha, bem como a detalhamento da solução serão explicitados neste documento.

b) Instituto Raiar e a participação da sociedade civil na implantação de políticas públicas:

O Instituto Raiar é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em parceria com o Poder Público, promovendo o desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, principalmente por meio da qualificação das políticas públicas na área da educação.

A participação e colaboração de toda a sociedade na construção de tais políticas é um direito e um dever previsto no artigo 205 da Constituição Federal: *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família,* ***será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade****, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."*

Tal ação colaborativa também é legitimada na página 44 do PNA: "*A presença das organizações da sociedade civil é sinal significativo da amplitude do esforço para levar a efeito esta política nacional, cujo bom êxito depende da harmoniosa articulação entre os seus diversos agentes."*

Neste sentido, o Instituto Raiar, por meio deste Acordo de Cooperação, exerce seu direito e função social de defender e trabalhar para a preservação do direito de aprendizagem das crianças.

c) Adesão à proposta na EC 116 de Santa Maria

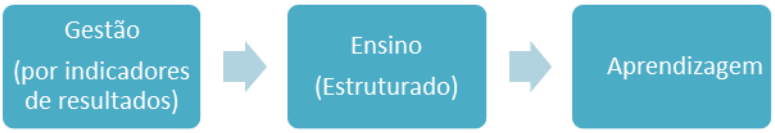
O projeto foi apresentando aos docentes da escola no quarto bimestre do ano letivo de 2020, onde explanou-se brevemente e de forma superficial sobre o projeto já que as formações ainda tinham ocorrido. Prontamente o grupo se animou e aderiu à

proposta, por vislumbrar uma oportunidade de melhorar os aspectos relacionados à alfabetização das crianças do bloco inicial de alfabetização.

Sendo assim, o grupo docente iniciou o ano letivo esperançoso pela implementação do projeto, fato que só ocorreu no mês de maio/junho. Ainda assim, a equipe se mostrou bastante atuante e comprometida com o processo de formação para assim colocar em prática o projeto na EC 116.

OBJETIVOS

O objetivo do programa é contribuir para que haja uma transformação nas práticas pedagógicas e gerenciais, de forma a projetar o município numa trajetória que lhe permita um salto de qualidade na alfabetização e no avanço escolar das crianças. Neste sentido, a estratégia para a qualificação da aprendizagem segue o ciclo apresentado no diagrama abaixo, onde se começa pela estruturação dos processos de gestão, passando pela estruturação das metodologias de ensino que impactarão na aprendizagem.



Os objetivos específicos do Pacto estão estabelecidos conforme os seguintes eixos:

Gestão	Qualificar a gestão da rede municipal de educação para uma atuação pautada pela estruturação do ensino e análise crítica de indicadores de resultados e melhores práticas para garantia da aprendizagem.
Ensino	Implantar a metodologia de ensino estruturado para as turmas de Pré II, 1º e 2º ano.
	Formar diretores e demais lideranças pedagógicas para gerir a escola com foco na excelência do ensino.
	Capacitar e sensibilizar professores para a utilização de metodologia adequada de planejamento, prática de sala de aula, avaliação e recuperação de alunos.
	Desenvolver os pré-requisitos necessários para alfabetização no último ano da educação infantil.

Aprendizagem	Promover a alfabetização e o domínio das habilidades esperadas de escrita e matemática até o final do primeiro ano.
	Potencializar o desenvolvimento da compreensão e fluência em leitura e domínio das habilidades de escrita e matemática, a cada ano.
	Diminuir a infrequência escolar

O MODELO DE ATUAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O acordo de cooperação prevê que a aprendizagem passe a ser o centro da política de gestão da educação. Para alcance dos objetivos propostos, serão implementadas 3 macroações:

1) **Sistema de Ensino Estruturado:**

Implantação de Sistema de Ensino Estruturado que alia pedagogia e gestão. Será composto de programa de ensino, materiais didáticos, propostas pedagógicas, plano de curso, métodos de avaliação e recuperação e materiais de apoio ao professor.

2) **Modelagem de Gestão**:

Consultoria do Instituto Raiar para apoio aos processos de sensibilização da rede de educação, gestão da mudança e estruturação do processo de gestão a partir de indicadores de aprendizagem. Cada etapa do programa segue um ciclo de planejamento, de implantação e avaliação de resultados e de execução de medidas corretivas para alcance de metas.

3) **Mobilização Social:**

Consultoria do Instituto Raiar para planejamento e execução de estratégias de comunicação, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na construção e na garantia de uma educação básica de qualidade.

Uma das principais ações do eixo de mobilização social é a oferta de um programa de aprendizagem socioemocional para professores que tem como objetivo promover a aprendizagem coletiva e dar suporte aos educadores, buscando o desenvolvimento social, emocional e ético de toda a comunidade escolar.

SOBRE A ESCOLHA PEDAGÓGICA ADOTADA

a) A escolha da solução técnica a ser implantada

A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado, é financiada pelo Instituto Raiar e fornecida pelo Instituto Alfa e Beto (IAB). Tal solução foi escolhida a partir dos seguintes critérios:

I. programa de ensino baseado em sólidas evidências científicas nacionais e internacionais.
II. Evidências robustas de resultados na melhoria de indicadores de resultados de Redes de Educação. Não há no país outra solução com resultados semelhantes.
III. Alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019).

Trata-se de uma estratégia de intervenção que integra as atividades de pedagogia e de gestão nos níveis de sala de aula, escola e secretaria tendo como referência o conceito de ensino estruturado. Os programas de ensino são baseados em evidências científicas sólidas e materiais pedagógicos de alta qualidade.

O desenvolvimento do Programa de Alfabetização do Instituto Alfa e Beto foi liderado pelo Prof. João Batista Araújo Oliveira – Ph.D em Educação pela Florida State University. Seus estudos foram utilizados como referencial para a Construção da Política Nacional de Alfabetização, bem como para o estudo da Academia Brasileira de Letras "Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva.", documento que serviu como base para a construção do PNA.

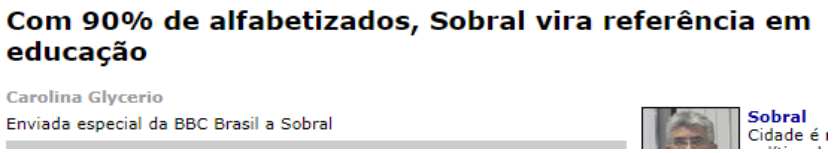
SOBRE O INSTITUTO ALFA E BETO

O Instituto é uma Organização da sociedade civil, sem fins econômicos, voltada para o desenvolvimento de soluções educacionais baseadas em evidências e com potencial de replicabilidade em escala.

Com mais de 15 anos de atuação, as soluções do Instituto Alfa e Beto já foram utilizadas por centenas de municípios, alfabetizando milhões de crianças.

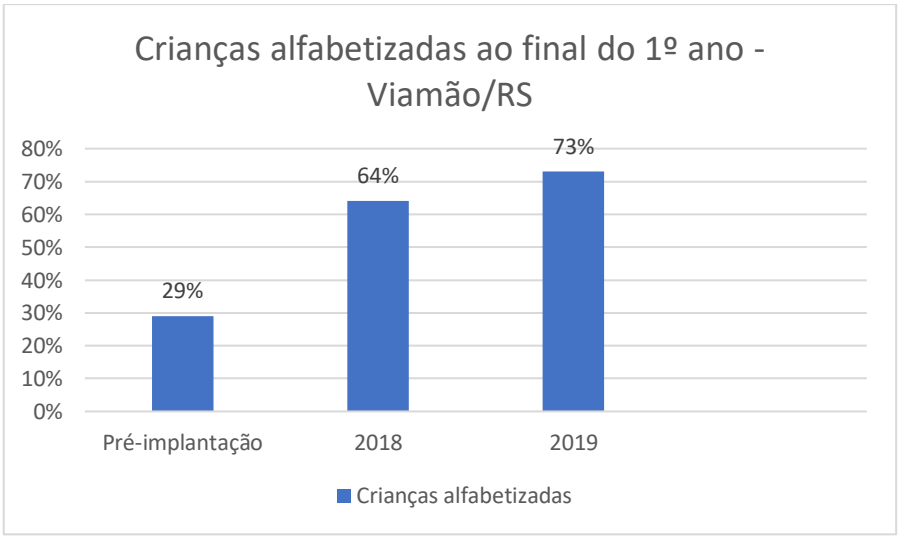
b) Evidências de resultados Programa de Alfabetização – Instituto Alfa e Beto

- Sobral/CE: principal referência em educação pública no país utiliza a metodologia de alfabetização do Instituto Alfa e Beto há mais de uma década.



- Teresina/PI: capital brasileira com melhor índice de Desenvolvimento da Educação Básica, utilizando a metodologia desde 2008.

- Viamão/RS: em parceria firmada com o Instituto Raiar, o município implantou a metodologia de ensino estruturado do IAB, por meio do Pacto pela Alfabetização, em 2018 e, em um curto espaço de tempo mudou, o cenário da alfabetização:



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

Para monitoramento das ações e dos resultados desta política pública, está prevista no Acordo de Cooperação a formação de um comitê gestor. Tal comitê deverá

ser liderado pelo Coordenador da Regional de Ensino em exercício e será regido pelas seguintes condições:

- o Comitê deverá ser composto pelos seguintes membros:
  a) Coordenador da Regional de Santa Maria;
  b) Representante da Secretaria de Educação;
  c) Representante do Conselho de Educação;
  d) Representante do Conselho da Criança e do Adolescente;
  e) Representante do Conselho Tutelar;
  f) Representante do Ministério Público;
  g) Representantes do conselho de pais e mestres;
  h) Representante do Instituto Raiar.

- por convocação do coordenador da Regional de Ensino, o Comitê deverá se reunir bimestralmente para monitoramento das atividades implantadas, para a avaliação de resultados obtidos e, sempre que necessário, estabelecimento de ações em apoio aos resultados do Pacto pela Alfabetização;
- Comitê Gestor deverá gerar um parecer ao final de cada reunião, prestando contas e formalizando alinhamentos necessários para o alcance dos melhores resultados no Pacto pela Alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na Educação Básica, mas em todo o sistema educacional do país. O Pacto pela Alfabetização se constitui como uma estratégia para implementar, na íntegra, o Plano Nacional de Alfabetização como a alfabetização bem consolidada é imprescindível para o sucesso escolar, deve merecer prioridade absoluta, pois constitui o rito de iniciação da criança na escola formal assim toda criança deve ter o direito de dar certo, começar com sucesso.

Como sociedade, não podemos mais aceitar que mais da metade das crianças do país e desta cidade cheguem aos 8 anos de idade sem saber ler. A sociedade deve estar mobilizada e unida para reverter este cenário que tem penalizado a maioria das crianças. As famílias de classes sociais mais baixas são mais fortemente punidas em

momentos de crise, de desemprego ou de pandemia, e a tendência é aumentar as desigualdades. Por isso a necessidade de intervenções rigorosas para evitar que as diferenças se perpetuem.

Para termos êxito em nossas intervenções, baseamo-nos na ciência cognitiva da leitura que apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e para avaliar o conhecimento mais recente sobre os métodos de alfabetização.